



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SHAIANE CARLA GABOARDI

**O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO:
LEITURAS DO CAPA E DO CETAP ACERCA DA PNAPO E OS PROJETOS
PARALELOS QUE PROMOVEM A AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO DE
ERECHIM.**

ERECHIM

2014

SHAIANE CARLA GABOARDI

**O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO:
LEITURAS DO CAPA E DO CETAP ACERCA DA PNAPO E OS PROJETOS
PARALELOS QUE PROMOVEM A AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO DE
ERECHIM.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo

ERECHIM

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Gaboardi, Shaiane Carla

O Movimento Agroecológico: leituras do CAPA e do CETAP acerca da PNAPO e os projetos paralelos que promovem a Agroecologia na Microrregião de Erechim / Shaiane Carla Gaboardi. -- 2014.

111 f.:il.

Orientador: Márcio Freitas Eduardo.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia, Erechim, RS , 2014.

1. Agroecologia. 2. Política Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica. 3. Capa. 4. Cetap. 5. Microrregião De Erechim. I. Eduardo, Márcio Freitas, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SHAIANE CARLA GABOARDI

O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO:

LEITURAS DO CAPA E DO CETAP ACERCA DA PNAPO E OS PROJETOS
PARALELOS QUE PROMOVEM A AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO
DE ERECHIM.

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito
para obtenção de grau de Licenciado em Geografia pela Universidade Federal
da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
18/07/2014.

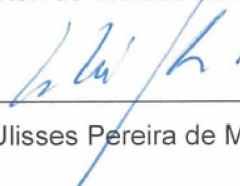
Banca examinadora:



Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo



Prof. Me. Éverton de Moraes Kozenieski



Prof. Me. Ulisses Pereira de Mello

RESUMO

A base técnica e econômica da agricultura transformou-se, sobretudo, após a década de 1960, no período que ficou caracterizado como Revolução Verde. As relações capitalistas passaram a se territorializar no campo gerando diversos impactos sociais e ambientais. Este fato fez com que diversos movimentos de resistência surgissem no intuito de pensar alternativas à exclusão gerada por este modelo de desenvolvimento hegemônico, por meio da agroecologia. Entre estes movimentos de resistência, citam-se duas organizações não governamentais que atuam na microrregião de Erechim, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Este movimento passou a se fazer representar também na esfera estatal, reivindicando políticas públicas de caráter emancipatório para os agricultores de forma a promover a agroecologia. A metodologia de pesquisa é pautada na investigação qualitativa utilizando-se de levantamentos por meio de revisão bibliográfica, entrevistas e análise documental, com o objetivo de entender o contexto de surgimento das organizações populares que fazem parte deste movimento agroecológico e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a qual foi uma conquista destas organizações, e refletir sobre as leituras que o CAPA e o CETAP fazem do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual institucionaliza a política. Além disso, objetiva-se apontar os projetos paralelos que estas organizações vêm desempenhando no sentido de promover a agroecologia na microrregião de Erechim.

Palavras-Chave: Agroecologia. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Organizações Populares. Microrregião de Erechim.

RESUMEN

La base técnica y económica de la agricultura se convirtió, especialmente después de la década de 1960, en el período en que fue presentada como la revolución verde. Relaciones capitalistas empezaron a asignar el campo genera varios impactos sociales y ambientales. Esto condujo a varios movimientos de resistencia que aparecen para pensar en alternativas a la exclusión generadas por este modelo hegemónico de desarrollo, por medio de la agroecología. Entre estos movimientos de resistencia, citó dos organizaciones no gubernamentales que operan en la Microrregião de Erechim, el Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) y el Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Este movimiento comenzó a hacerse representar en la esfera estatal, alegando un carácter emancipador de las políticas públicas para los agricultores con el fin de promover la agroecología. La metodología de la investigación se basa en la investigación cualitativa mediante encuestas a través de la revisión de literatura, entrevistas y análisis documental, con el objetivo de entender el contexto de aparición de las organizaciones que forman parte de este movimiento ecológico y la Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que fue un logro de estas organizaciones, y reflexionar sobre las lecturas que el CAPA y el CETAP hacen de Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, que institucionaliza la política. Además, se pretende señalar los proyectos secundarios que estas organizaciones están a llevar a cabo con el fin de promover la agroecología en la Microrregião de Erechim.

Palabras Clave: Agroecología. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Las organizaciones de base. Microrregião de Erechim.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de conscientização política, ano de 1980.....	23
Figura 2 - Logotipo do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor em comemoração aos 35 anos da organização.	24
Figura 3 - Logotipo do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares.....	27
Figura 4 - Selo de Certificação da Rede Ecovida de Agroecologia.	29
Figura 5 - Logotipo da Articulação Nacional de Agroecologia.....	36
Figura 6: Logotipo do “Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe”. ..	37
Figura 7 - Logotipo da "Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología".....	38
Figura 8 - Logotipo da Associação Brasileira de Agroecologia	38
Figura 9 - Logotipo do movimento "La Via Campesina".	39
Figura 10 - Escola Latino Americana de Agroecologia, município de Lapa/PR.	40
Figura 11 - Seminário Oficina Regional Sul “Por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”. Passo Fundo/RS, março de 2012.	51
Figura 12 – Cartão informativo sobre a fruta butiá, com sugestão de receita.	64
Figura 13 – Feira do Bairro São Cristovão, Erechim/RS.	65
Figura 14 – II Seminário de Agroecologia do Alto Uruguai.....	65
Figura 15 – Fotos do Jantar Agroecológico promovido pelo NAAU em 2014.	66
Figura 16 – Ferinha das Sementes em escola do município de Getúlio Vargas.	67
Figura 17 – Aplicação de Adubo Biológico em Citrus.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos por grupo de área total na Microrregião de Erechim (2006).....	31
Gráfico 2 - Porcentagem da área colhida (ha) Produtos da Lavoura Temporária na Microrregião de Erechim (1995).....	32
Gráfico 3: Porcentagem da área colhida (ha) Produtos da lavoura temporária na Microrregião de Erechim (2006).....	32
Gráfico 4 - Número de Estabelecimentos Agropecuários que Realizaram Despesas no ano de 2006 na Microrregião de Erechim.	33

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AOPA - Associação Para o Desenvolvimento da Agroecologia

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CNPORG – Comissão Nacional de Produção Orgânica

CTAO – Câmara Temática da Agricultura Orgânica

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAELA – Movimiento Agroecológico de America Latina y El Caribe

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organizações Não Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SOCLA – Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO	16
2.1 O Processo de modernização da agricultura.....	16
2.2 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA): a busca pelo protagonismo, formação e inserção política.....	21
2.3 Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP): a colaboração no desenvolvimento de uma nova agricultura	24
2.4 A agroecologia na pauta do CAPA e do CETAP: a resistência meio a um contexto de desenvolvimento excludente.....	27
2.5 O Movimento Agroecológico no Brasil e América Latina: a articulação das organizações populares por outro desenvolvimento	35
3 POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO): A MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	44
3.1 A Trajetória da PNAPO: movimento de institucionalização	44
3.2 As Diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.....	46
3.3 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: as potencialidades e os limites apontados pelas organizações populares	48
4 OS PROJETOS PARALELOS QUE PROMOVEM A AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM: O PAPEL DO CAPA E DO CETAP	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6 REFERÊNCIAS.....	71
7 ANEXOS	75

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura no Brasil, desde a década de 1960, passou a transformar-se impulsionada por ações do Estado e das grandes multinacionais, estes, em conjunto passaram a incentivar a utilização de insumos químicos, melhoramentos genéticos e tecnologias apropriadas para a artificialização da produção, período este conhecido como Revolução Verde.

Sob a tutela dos governos militares, é posto em curso uma vigorosa “revolução-nas-relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia verde” (PORTO-GONÇALVES, 2004), produzindo uma modernização colonial/subalterna e conservadora: beneficiando grandes proprietários fundiários, com vistas à exportação da produção agropecuária. Este processo passou a afetar a territorialidade camponesa e no Sul do país, em especial na microrregião de Erechim, a realidade não foi diferente, os preceitos do agronegócio passaram a integrar o pequeno produtor a lógica do capital: da produção artificializada e exportadora, na qual é praticamente excluída a relação do homem com a terra e a quantidade torna-se a qualidade.

O capital subordina o camponês indiretamente à sua lógica através de diferentes ferramentas, como destaque na microrregião de Erechim, a integração com grandes empresas processadoras de aves e suínos, a produção de grãos de *commodities* como a soja e o milho e a consequente utilização de pacotes tecnológicos para a produção destes. No entanto, esta forma de produção é excludente para muitos agricultores, tendo em vista, que nem todos possuem condições para trabalhar nesta lógica, pois esta é uma agricultura de elevado padrão científico e tecnológico e que visa a segurança alimentar, a qual segundo Porto Gonçalves (2006) não visa alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto.

Na microrregião de Erechim, a perda da autonomia campesina e a subordinação da produção ao interesse do capital, acaba por gerar conflitos agrários e conseqüentemente, formas de resistência a este modelo hegemônico. É nesse contexto de conflitualidade e transformação do campo, caracterizadas pela modernização, que surgem, na década de 1980, alguns dos principais movimentos de resistência a esses processos. Estes movimentos foram ganhando força com o passar dos anos e passaram a se articular com um objetivo em comum: promover a agroecologia como forma de resistência a inserção do capitalismo no campo.

Entre as organizações que formam este movimento agroecológico podemos citar: o Movimiento Agroecológico de America Latina y el Caribe (MAELA), Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), entre outras organizações que atuam regionalmente e localmente, entre elas duas organizações não governamentais que são os atores principais desta pesquisa: o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

Articuladas, essas organizações vem ao longo dos anos, criticando políticas públicas de caráter compensatório para o campo, ou seja, as políticas voltadas para a inserção dos agricultores na lógica do mercado capitalista. Assim, as organizações populares estão se fazendo representar também na esfera estatal reivindicando por políticas públicas emancipatórias, as quais promovam a autonomia relativa destes agricultores. Nesse sentido, desde 2010, as organizações populares e o Estado vêm travando diálogo acerca da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a qual objetiva segundo o artigo 3º do Decreto 7.794 de agosto de 2012 “promover a Agroecologia e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis a partir do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2012).

Vale frisar, que ainda não podemos avaliar os resultados da PNAPO, pois sua institucionalização é recente, trata-se de 2012, portanto, este fato não nos permite classificá-la como uma política emancipatória ou compensatória. Desta forma, a presente pesquisa possui os seguintes objetivos, os quais serão discutidos em três capítulos: 1) Compreender o contexto de surgimento das organizações populares que formam o movimento agroecológico e quais são suas principais pautas de luta; 2) Entender como se deu o processo de construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e verificar quais são as leituras que as organizações CAPA e CETAP fazem do Decreto 7.794 de agosto de 2012; e 3) Evidenciar em âmbito das organizações estudadas, a busca pela sustentabilidade do campo baseada em projetos de desenvolvimento alternativos ao modelo atual de agricultura calcada nos preceitos do agronegócio.

Para tanto, os procedimentos metodológicos assentaram-se sob três eixos, conforme a construção dos capítulos: primeiramente, foi realizada revisão bibliográfica acerca do processo de modernização da agricultura no Brasil. Para a melhor caracterização deste contexto em âmbito da região que envolve os principais atores da pesquisa, CAPA e CETAP, foi realizado recolhimento e análise de dados acerca da população total, rural e urbana da microrregião de Erechim, da estrutura fundiária, produção, colheita, efetivos animais, entre outros dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE). Além disso, a análise de mídias impressas e de *sítes* das organizações populares foram fundamentais para entender a formação e os objetivos do movimento agroecológico. As principais referências que basearam as discussões acerca do processo de modernização da agricultura foram Porto-Gonçalves (2006), Wanderley (2009), Matos e Pêsoa (2011) e Oliveira (1998). Para a análise da articulação em rede das organizações populares que formam o movimento agroecológico as principais referências utilizadas foram Caporal & Petersen (2006, 2012), Petersen (2013) e Scherer-Warren (2006). Além destas, as pesquisas realizadas em âmbito dos projetos “A Agroecologia na Dinâmica do Desenvolvimento Rural no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul: O Papel das Instituições Locais e a Integração da Universidade Federal da Fronteira Sul Nesse Processo” (Edital MDA/SAF/CNPq no 58/2010) e “Ecologismo Popular e Agroecologia: as contribuições do CAPA e do CETAP e a estruturação da Rede Ecovida na região do Alto Uruguai gaúcho” (Edital 168/UFFS/2012) também foram referências fundamentais para a realização deste trabalho.

No segundo eixo, o qual trabalha-se com o contexto de surgimento da PNAPO e da análise do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, o qual a institucionaliza, estudou-se diversos documentos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e documentos governamentais, como a minuta do Decreto e o Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, da Secretaria Geral da Presidência da República, além do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e do próprio Decreto. Para verificar as leituras que as organizações CAPA e CETAP fazem deste Decreto, foram realizadas entrevistas com um técnico de cada entidade. Estas entrevistas foram feitas a partir da elaboração de um roteiro e posteriormente foram

transcritas na íntegra. Importante salientar que as entrevistas utilizadas em âmbito desta pesquisa foram realizadas em 2011, 2012 e 2013 e complementadas no ano de 2014 com questões que ainda não tinham sido respondidas pelas organizações e também para atualizar determinados dados, como por exemplo, o quadro de experiências agroecológicas na Microrregião de Erechim. O embasamento teórico deste eixo se deu principalmente a partir de Fernandes (2012), Petersen & Almeida (2006), no entanto, cabe destacar a escassa bibliografia que aborda a temática das políticas públicas para o campo e até mesmo da agroecologia por dentro da Geografia, o que limitou algumas discussões nesta pesquisa.

Por fim, o terceiro eixo, o qual visa verificar quais são os projetos paralelos executados pelo CAPA e pelo CETAP para promover a agroecologia na microrregião de Erechim, baseou-se também em entrevistas semidirigidas com roteiro aberto às lideranças de cada instituição, análise das publicações destes coletivos na *Internet* e das mídias impressas, tais como: *folders*, cartilhas, livros, manuais, entre outros.

A pesquisa justifica-se pelo visível impacto que a monocultura tem gerado, em especial, na microrregião de Erechim. Primeiramente, podemos citar a visível mudança na paisagem e, conseqüentemente, na base produtiva, nos últimos 30 anos. Produtos de subsistência passaram, cada vez mais, a dar lugar as plantações de grãos tidos como *commodities*, como a soja e o milho em detrimento do arroz, feijão e outras leguminosas, por exemplo. Além disso, os dados da Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul apontam que em menos de vinte anos triplicou o efetivo na criação de frangos de corte confinados em aviários. Isto devido à grande demanda de exportação e conseqüente técnica de criação tendo em vista que estes podem ser abatidos em cerca de trinta e cinco dias, devido aos investimentos maciços em melhoramento genético, em elevação no uso de ração balanceada, a iluminação e o controle artificial da umidade e temperatura – entre outras tecnologias (amarradas aos sistemas de crédito) – e novos padrões de organização da produção.

As contradições deste modelo de desenvolvimento passaram a ser notadas na área de estudo. A modernização calcada na especialização produtiva, adoção de novas tecnologias e a intensificação da mecanização na microrregião não fez com que somente se perdesse a diversidade produtiva, mas fez também com que a

reprodução da condição camponesa ficasse comprometida, tendo em vista que esta é uma agricultura cara e assim acaba não atingindo uniformemente os agricultores, provocando um quadro de exclusão social, devido aos endividamentos, na tentativa dos camponeses entrarem no circuito global de comercialização.

Além dos endividamentos, segundo o IBGE, cerca de 40% da população rural da microrregião de Erechim migrou para as áreas urbanas no período entre 1991 e 2010. Assim, o forte êxodo rural demonstra as consequências da questão agrária regional: a especialização produtiva, lograda com a territorialização do agronegócio, efetivou-se desterritorializando populações rurais e concentrando-as em áreas urbanas cada vez mais polarizadas, como na cidade de Erechim.

São problemas como estes que preocupam e despertam a necessidade de compreensão da territorialização do capital no campo na microrregião de Erechim e também da necessidade de uma política pública de caráter emancipatório, voltada para outra forma de produzir no campo: a agroecologia. Compartilhamos com Sevilla Guzmán *et al* (2006), Caporal & Petersen (2012) e Gonzales de Molina (2012) que a agroecologia vai além da aplicação de conceitos e princípios da ecologia ao manejo de agroecossistemas, na busca de mais sustentabilidade na agricultura. Desta forma, na agroecologia há uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam papel relevante na apresentação de alternativas à crise da agricultura moderna, ou seja, a agroecologia como comprometimento político, que levanta propostas coletivas de mudança social. É nesse sentido que na presente pesquisa apontaremos também a realização de projetos paralelos com viés agroecológico que são levados em frente por organizações como o CAPA e o CETAP.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

2.1 O Processo de modernização da agricultura.

A modernização agrícola baseada nos preceitos técnico-científicos da Revolução Verde ocorrida no final do século XIX, sobretudo após a década de 1960, introduziu grandes mudanças na base técnica e econômica da agricultura (VAN DER PLOEG, 2009). Este momento induziu um processo de especialização produtiva e a disseminação do empreendedorismo baseado na economia agroexportadora, além da forte dependência de produtos dominados por grandes complexos agroindustriais. Esse modelo de produção reproduziu-se com rapidez, territorializando mundialmente novos padrões tecnológicos de circulação, venda e consumo, intensificando conflitos e gerando novas contradições, sob a égide das novas relações de poder no campo, conduzidas pelas transnacionais do agronegócio, alicerçadas pelas políticas públicas de modernização empreendidas, especialmente, pelas nações ditas “subdesenvolvidas”, sob a tutela dos países desenvolvidos. Cabe salientar ainda, segundo Porto Gonçalves (2006) que a “Revolução Verde” veio repleta de caráter político e ideológico, tentando despolitizar o debate contra a fome, trazido a baila por movimentos camponeses que erguiam bandeiras vermelhas (socialistas) na tentativa de discutir esta problemática.

No Brasil, conforme aponta Wanderley (2009), o início dos anos 60 foi marcado por um debate que polarizou a sociedade brasileira a respeito da necessidade de adequação da agricultura às novas exigências de desenvolvimento do país. Nesse debate, a autora afirma que no início da década de 1960, o presidente Castelo Branco, em seu discurso, defendia a modificação da estrutura agrária, devido às grandes mudanças decorrentes da nova organização social gerada pela industrialização e conseqüente aumento da urbanização brasileira. Wanderley (2009) afirma ainda que a estrutura agrária brasileira era considerada pelo Estado como improdutiva e mal aproveitada, e estava provocando um “vazio socioeconômico”. Desta forma, o Estatuto da Terra, ainda durante o governo militar, escolheu a “empresa rural” como o modelo de unidade de produção a ser estimulado pelas políticas propostas.

Empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural dentro de condição de rendimento econômico da região em que

se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados pública e previamente pelo poder executivo. (Estatuto da Terra, artigo 4º, VI apud WANDERLEY, 2009).

Sobre a *opção* brasileira por esta concepção de desenvolvimento rural, Wanderley (2009) frisa em seu artigo que esta não era a única alternativa possível, tendo vista as concepções adotadas em outros países na mesma época, como a França, por exemplo, a qual promoveu a estrutura de desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar.

No entanto, o Estado brasileiro então passou a promover a modernização das áreas rurais do país através de vários incentivos como: o crédito agrícola, apoio e desenvolvimento da pesquisa (com o objetivo principal de diminuir o tempo de produção e aumentar a produtividade), assistência técnica, instituição de preços, entre outros. Desta forma, ainda seguindo as considerações da autora, o principal resultado desta política modernizante foi a subordinação da agricultura à indústria, através dos “complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1996), devido aos benefícios que os grandes proprietários obtiveram, resultando ainda no amplo processo de concentração de terras. Wanderley (2009) assegura ainda que esse processo de modernização agrícola resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores *não proprietários* de suas terras, dificultando a reprodução camponesa. Além disso, “menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados a essa moderna maneira de produzir” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 170). O camponês, nesse sentido, passou a ser percebido como a representação do atraso. Impossível ser reconhecido como um ator do progresso social.

Além da desvalorização do campesinato, a modernização da agricultura trouxe consigo sérios problemas de insustentabilidade ambiental. Lisboa (2009) afirma que na década de 1970 o desenvolvimento econômico patrocinado pelo governo militar, acarretou em grande impacto negativo ao meio ambiente. Segundo a autora, o crédito fácil para a produção agroexportadora, como a soja, milho, arroz e trigo fomentou a mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos, levando a destruição de áreas de florestas, a erosão e a contaminação dos solos. Sobre o tema em questão, Porto-Gonçalves (2012) aponta que há décadas a expansão exponencial do uso de adubos, fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas, vem sendo objeto de críticas ambientalistas, devido às limitações ecológicas dessas

formas de manejo dos agroecossistemas, dependentes de insumos externos para manter seu “equilíbrio dinâmico”. O autor aponta ainda que esta produção vem contaminando a água dos rios e lençóis freáticos, levando a diminuição das espécies e do número de peixes, acarretando prejuízos às comunidades ribeirinhas e à diversidade biológica e cultural.

A exportação de *commodities*, incentivada pelo processo modernizador acabou motivando também mega projetos de logística, como construção de estradas, hidrovias e portos, os quais caracterizam a dinâmica expansiva do capital, criando condições de acessibilidade para a exportação e circulação de pessoas e ao mesmo tempo provocando sérios danos ambientais e sociais. Porto-Gonçalves (2006) indica ainda outra consequência danosa à natureza que foi motivada pela modernização agrícola: a introdução dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e dos Organismos Transgenicamente Modificados (OTMs). Estes vêm, segundo o autor, artificializando a produção por meio da biotecnologia na lógica “tempo é dinheiro” e, por outro lado, causando a “poluição genética”, contaminando as mais diversas culturas, além de estar desapropriando e desqualificando os saberes populares, priorizando o conhecimento científico desenvolvido nos laboratórios das grandes empresas do agronegócio.

Matos e Pessôa (2011), sobre a modernização da agricultura, afirmam que sua consolidação só foi possível devido a opção do Estado pela modernização do território, tendo em vista que todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias, não seria possível sem a infraestrutura disponibilizada para viabilizar os projetos anteriormente citados, como a viabilidade de circulação de pessoas e produtos, além de toda a infraestrutura das telecomunicações, cada vez mais necessária na lógica moderna do comércio internacional globalizado. Conforme Santos (2006) uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, produtos e dinheiro, principal interesse da hegemonia. Assim, a modernização do território por via do “meio técnico-científico-informacional”, afeta não somente as relações econômicas, mas também as sociais, políticas e culturais e afeta as relações de trabalho do meio urbano como também do meio rural.

Em relação a esta nova relação de trabalho no campo, a partir da década de 1980, surge o termo “agronegócio” o qual veio a definir o processo produtivo capitalista no campo. Para Matos e Pessôa (2011)

[...]o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-de-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais (MATOS e PESSÔA, 2011, p. 04).

Ainda segundo as autoras, para o Estado, este é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribuiu com o Produto Interno Bruto (PIB), responsável pelo crescimento da economia, desta forma a modernização era vista como forma de atingir o crescimento econômico e era apresentada como o símbolo de progresso e desenvolvimento.

No entanto, no Brasil, a introdução dessa relação capitalista no meio rural, acabou por desterritorializar forçosamente um grande número de camponeses e seus saberes potencialmente edificadores de outros projetos de modernidade para o campo e a sociedade, os quais se viram obrigados a migrar para a cidade por não conseguirem acompanhar o ritmo e os valores da modernização, já que as técnicas modernas não atingiram todos os produtores, produtos e espaços, podendo ser caracterizada, por Oliveira (1971), como um processo desigual e contraditório.

Na década de 1980, ao passo que a modernização avançava beneficiando uma parcela restrita e específica de produtores – aqueles que podiam acompanhar financeiramente as inovações tecnológicas –, diversos movimentos passaram a se constituir com diferentes objetivos. Almeida (1999) afirma que com a abertura política, pós-regime militar, passaram a obter destaque no Brasil várias mobilizações e reivindicações referentes à reforma agrária e pouco a pouco se englobaram na discussão os temas relativos ao meio ambiente e a modernização da agricultura. Ainda segundo o autor, foi meio a este conflito que no Sul do Brasil estes movimentos tomaram força no final da década de setenta e início da década de oitenta, com importante repercussão no espaço rural, tendo em vista que os trabalhadores rurais estavam sendo marginalizados pela lógica da *revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia* (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Segundo Fernandes e Leal (2002) estes movimentos vinham viabilizando uma base social autônoma, objetivando a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garantisse a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. Entre outros

destacaram-se: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por barragens (MAB); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos que na década de 1990 passaram a integrar a Via Campesina Internacional. Nesse contexto, ressalta-se o surgimento no Sul de ONGs como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), ligado a Igreja Luterana; o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essas organizações, com diferentes pautas, consoante Loureiro (2003, p. 101) vão atuar sob três modalidades não excludentes: “(1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopia societária ou civilizacional”.

Para Almeida (1999) a luta inicial e central destes movimentos vinha da necessidade de preservar a categoria social do camponês, do pequeno agricultor, ou ainda, do agricultor familiar e, conseqüentemente, reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias na busca por uma maior autonomia desta categoria, que se via cada vez mais subordinada aos efeitos excludentes da modernização do campo. A partir destes propósitos é que irão tomar destaque diversas ONGs de apoio ao pequeno agricultor. Essas organizações, de maneira paulatina, foram ampliando o debate acerca do modelo de desenvolvimento para o campo escolhido pelo Estado, o qual se demonstrava (e se demonstra) insustentável. É nesta perspectiva que O'Connor (2002) afirma que não é possível um capitalismo sustentável, sendo que este sistema em busca constante pelo lucro ataca a natureza em todas as partes e cria, a cada dia, uma quantidade maior de necessitados e marginalizados.

É com o objetivo de projetar e produzir alternativas para esse campesinato situado nesse cenário de subordinação ao capital, explorados e marginalizados, juntamente com o objetivo de lutar contra a forma nociva que a natureza estava sendo “atacada” pela quantidade de insumos químicos advindos do “pacote tecnológico” da Revolução Verde, que são fundadas, no Norte do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970 e 1980, as organizações não-governamentais CAPA e CETAP. A marginalização no processo de desenvolvimento, fez com que estes atores, como por exemplo, o CAPA e o CETAP passassem a buscar alternativas aos resultados que o modelo de desenvolvimento hegemônico estava gerando na natureza e também em relação à pobreza que se instalava por consequência, desenvolvendo o que chamamos de “ecologismo dos pobres” (ALIER, 2007), ligados

ao pressuposto de que a degradação ambiental é consequência da desigualdade gerada pela sociabilidade capitalista. Alier (2007) afirma que o ecologismo dos pobres emerge da pobreza, da necessidade de sobrevivência. A partir das inúmeras problemáticas inerentes ao desenvolvimento econômico e tecnológico do período, alguns grupos de pequenos agricultores se viram prejudicados, não só financeiramente, mas também culturalmente e socialmente, assim acabaram por aderir o “ecologismo popular” como modo de vida.

2.2 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA): a busca pelo protagonismo, formação e inserção política.

O CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) foi criado em 1978, no contexto da Revolução Verde a qual adotava um novo padrão tecnológico, baseado na intensificação do uso de agrotóxicos e da mecanização do campo. É uma organização ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e surgiu da necessidade e da preocupação que a Igreja tinha em relação aos seus fiéis, que em grande parte eram agricultores e estavam sofrendo as consequências do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. Durante o contexto de surgimento da organização popular, os objetivos centrais do CAPA se baseavam em dois pontos principais: o de manter o agricultor no campo, diminuindo o êxodo rural e ser uma alternativa na produção de alimentos sem agrotóxicos.

Os trabalhos iniciais do CAPA eram realizados através de mutirões em comunidades, entre os quais, pode-se destacar o trabalho de recuperação de solos, produção de sementes e recuperação das nascentes. Na época de surgimento (1978-1979) a sede da organização estava em Santa Rosa/RS, mas os trabalhos eram desenvolvidos em vários municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo o Técnico A¹ da organização do núcleo de Erechim, nesse contexto de surgimento se andava muito com pequenas equipes de três ou quatro pessoas no intuito de desenvolver o trabalho com as famílias, focando especialmente no trabalho da mulher e dos jovens.

Ainda no contexto de surgimento da ONG, segundo informações do técnico, a aceitação dos projetos do CAPA por parte dos agricultores era boa, mas faltavam

¹ Para preservar a identidade do técnico entrevistado que atua no CAPA, chamaremos de TÉCNICO A.

recursos financeiros. Em Santa Rosa/RS nos primeiros anos, o CAPA desenvolvia também um papel de “denúncia” em relação aos agrotóxicos, a partir principalmente, de um programa de rádio chamado “Nova Paisagem”, o qual era transmitido todos os domingos. A organização preocupava-se em gravar os programas, na época em fita cassete, e encaminhar uma cópia para as rádios de outras cidades do Rio Grande do Sul. Uma preocupação muito grande da época era também em relação à comercialização dos produtos, em relação à organização dos agricultores para comercializar os produtos ecológicos em feiras, a quantidade, os excedentes, as diversas culturas, pois a experiência ainda era muito nova e estava contextualizada numa região onde a monocultura, sobretudo da soja, e os complexos agroindustriais (leite, suínos, frangos, etc.) tinham avançado com muita força.

Outro projeto levado em frente pelo CAPA nesse contexto, principalmente em 1982 era o “Terra de Deus, Terra de Todos”, ou seja, a luta pela reforma agrária. Projeto este desenvolvido dentro da Igreja e nos movimentos, pois a luta nunca foi direcionada somente para luteranos, trabalhavam junto com sindicatos rurais, com as pastorais e com o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Segundo o Técnico A do CAPA Erechim, os agricultores estavam, na época, perdendo a terra para os Bancos, devido aos financiamentos. Desta forma, o CAPA não se limitava ao papel da organização e orientação produtiva. O debate político acerca da reforma agrária (figura 1) e a reivindicação por políticas públicas para a agricultura familiar também estiveram presente desde a criação da ONG.

Atualmente a ONG atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná², e a equipe é formada por profissionais da área da agricultura, saúde, administração e comunicação. Segundo o Técnico A do núcleo Erechim, a organização tem como público alvo os agricultores familiares, mas desde 1997 o CAPA passou a trabalhar também com a população indígena:

[...] temos em parceria com o COMIN³, uma extensão do CAPA na Reserva Indígena de Guarita [...]. Em Pelotas também abrange a

² Região Oeste do Paraná, Região Sudoeste do Paraná, Região Alto Uruguai (Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina), Região Central do Rio Grande do Sul e Região Sul do Rio Grande do Sul, resultando em mais de cem municípios atendidos.

³O Conselho de Missão entre Índios (COMIN) é um órgão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Foi criado em 1982, com a finalidade de assessorar e coordenar o trabalho da IECLB com os povos indígenas em todo Brasil.

área indígena, além dos quilombolas e pescadores artesanais. Santa Cruz também tem um trabalho com os indígenas Guaranis. Não é público prioritário, a gente tem trabalhos em parceria. Aqui na região, em diferentes momentos, a gente acompanhou, até fez algumas assessorias na área indígena, mas assim, como o público não é nosso alvo são experiências-piloto. Em Pelotas o trabalho com os quilombolas já se inseriu e é muito forte a partir dos territórios (TÉCNICO A, 2011).

Figura 1 – Processo de conscientização política, ano de 1980.



Fonte: Ide (2008).

Além dos agricultores familiares e indígenas o CAPA também está atendendo os agricultores assentados, quilombolas e pescadores profissionais e artesanais.

Sobre as questões ambientais, o técnico A afirma que estas sempre estiveram presentes na atuação do CAPA, mas de forma transversal. A organização sempre trabalhou a educação ambiental com escolas da área rural, mas desde 2005 vem intensificando as ações nas escolas rurais e de 2009 aos dias atuais, numa escola urbana também. As ações são principalmente voltadas a palestras nas semanas do meio ambiente, com foco em outro modelo de desenvolvimento, o qual valorize a água, sementes, solos, entre outros, além de um trabalho frequente sobre a importância da valorização do alimento saudável, das comidas típicas, já trabalhando as diferenças culturais. Em Santa Catarina o CAPA vem trabalhando

junto com o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) na recuperação e melhoramento das sementes crioulas.

Para o CAPA o respeito à diversidade – biológica, cultural, étnica e religiosa – é fundamental para a manutenção da vida e para a construção de independência e de autonomia. Deste modo, o CAPA trabalha na perspectiva de facilitar processos coletivos de construção de propostas. Portanto, prioriza metodologias participativas que possibilitem que os agricultores sejam atores reais no processo. Apostando na criação conjunta dos conhecimentos dos agricultores e as informações obtidas através das pesquisas acadêmicas para a formulação de propostas.

Figura 2 - Logotipo do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor em comemoração aos 35 anos da organização.



Fonte: CAPA (2014).

2.3 Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP): a colaboração no desenvolvimento de uma nova agricultura.

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) é uma organização não-governamental, criada em 1986 em Pontão/RS, coordenada a princípio por um coletivo de movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (CRAB/MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e uma organização sindical ligada à CUT, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul).

O Centro foi criado com o objetivo de suprir a necessidade de acompanhamento técnico para os agricultores assentados da “Encruzilhada

Natalino”, principalmente na organização para enfrentar a burocracia dos bancos, no momento de conseguir crédito e de pleitear tecnologias alternativas para a pequena produção agrícola. Neste período a necessidade de acompanhamento era para a agricultura convencional. Já na década de 1990 o viés do CETAP passou a ser outro, a fim de criar uma resistência frente ao modelo do agronegócio, que vinha acarretando empobrecimento, degradação ambiental e exclusão social para estes sujeitos, a organização passa a oferecer aos agricultores interessados, técnicas e discussões acerca da agroecologia, tendo em vista que até então trabalhava-se com o viés convencional de agricultura, buscando adaptá-lo às realidades dos assentados e dos agricultores familiares da região. Em entrevista com o Técnico B⁴ da organização na “Micro região Alto Uruguai⁵”, o mesmo afirma:

[...] no seu princípio ele nem era criado como uma entidade para trabalhar especificamente com a agroecologia, ele era pra trabalhar com a assistência técnica a esses agricultores assentados, e a partir daí, desde os anos noventa, por aí, um pouco antes, é que ele tem esse caminho, digamos assim, para trabalhar como um centro de alternativas, de agroecologia (TÉCNICO B, 2013)⁶

Segundo a organização, diante de todo movimento de exclusão da modernização da agricultura, os técnicos e agricultores organizados através do CETAP, buscaram a construção de uma outra proposta tecnológica, de organização da produção e desenvolvimento rural: apresentando como missão contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos.

A organização vem atuando em quatro micro regiões localizadas no Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul: “Micro região Planalto”, “Micro região Alto Uruguai”, “Micro região Altos da Serra”, “Micro região Encosta da Serra”.

Desde 1990 a organização vem desenvolvendo trabalhos na região do Alto Uruguai Gaúcho⁷ e atualmente o CETAP atende mais de oitenta famílias. Somando as demais regiões, são mais de três mil e quinhentas famílias envolvidas. Seu modo

⁴ Para preservar a identidade do técnico entrevistado do CETAP, chamaremos de TÉCNICO B.

⁵ Regionalização própria do CETAP.

⁶ Entrevista realizada e transcrita por Marjana Vedovatto, acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim para o projeto “Ecologismo Popular e Agroecologia: as contribuições do CAPA e do CETAP e a estruturação da Rede Ecovida na região do Alto Uruguai gaúcho” (Edital 168/UFFS/2012).

⁷ Atualmente, a microrregião de Erechim (classificação do IBGE) corresponde à região do Alto Uruguai Gaúcho, o qual é um conceito político atrelado à Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), com exceção de poucos municípios.

de atuação se dá a partir de grupos locais e o seu trabalho principal é tentar trabalhar dinâmicas coletivas, por meio de princípios agroecológicos. Do ponto de vista do CETAP, a agroecologia é mais do que um simples conjunto de técnicas ou de modelos que são trocados, a agroecologia é um modo de vida.

Bom, a agroecologia, primeiro é um modo de vida, né. Não são simples técnicas que são mudadas ou modelos modificados, modelo convencional pelo modelo orgânico, um pacote fechado, né. É uma opção que o agricultor faz de construir algo diferente, de buscar a construção desse modelo diferenciado da agricultura convencional. É isso um pouco o que diferencia pra nós. É que nós, enquanto CETAP, não temos uma atuação no sentido de buscar levar aos agricultores pacotes fechados de técnicas ou de ações por onde os agricultores tem que passar. Se a gente pega as experiências que o CETAP tem, são as mais diversas, e, na maioria delas, são experiências que vem a partir daquilo que o agricultor demanda, [...] daí orientados pelo CETAP dentro dos princípios da agroecologia. Com dificuldades, com resistência, muitas vezes deles, da comunidade onde o agricultor tá inserido (TÉCNICO B, 2013).

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares trabalha muito a dimensão ecológica em seus projetos. A preservação do meio ambiente, através da agricultura se dá, segundo o técnico entrevistado, através do manejo consciente e adequado dos agroecossistemas, preservando a biodiversidade e a qualidade da água e do solo. Além disso, o CETAP defende uma agricultura diversificada, tendo em vista que esta pode possibilitar a extração de uma grande variedade de produtos, enriquecendo a “flora e a fauna em espécies e variedades que garantem as condições para a agricultura e alimentação de hoje e do futuro, com maior qualidade de vida” (CETAP, 2014).

O Técnico B, afirma que o CETAP vem desenvolvendo diversos projetos de cunho ambiental, assessorando de forma coletiva e/ou individual, dependendo da necessidade da família: recuperação de solos, recuperação de sementes, sistemas agroflorestais, abelhas nativas, cuidado com a água, construção de cisternas para o aproveitamento da água da chuva, resgate e multiplicação das sementes crioulas entre outros. Para o CETAP a “manutenção dessas espécies [crioulas] assegura a soberania e a independência dos agricultores e da sociedade, por isso, a preservação dos recursos genéticos é importante para a evolução da vida e o equilíbrio do meio ambiente” (CETAP, 2014).

Figura 3 - Logotipo do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares



Fonte: CETAP (2014).

2.4 A agroecologia na pauta do CAPA e do CETAP: a resistência meio a um contexto de desenvolvimento excludente.

Tanto o CAPA como o CETAP, possuem a agroecologia na pauta de suas lutas contra o modelo hegemônico de agricultura. As duas organizações são responsáveis pela coordenação do Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia. Esta foi criada em 1998, por pessoas e organizações da região Sul do Brasil com o objetivo de organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. A Rede está organizada em núcleos regionais⁸, os quais reúnem pessoas e entidades com propostas e interesses semelhantes, facilitando assim, a troca de informações e a participação, a Rede está presente nos três estados da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os representantes de cada núcleo regional formam uma “coordenação ampliada” e participam do Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia. Este encontro é uma reunião de conagraçamento, intercâmbio e instância máxima de decisão da Rede Ecovida, e é realizado uma vez a cada dois anos.

Segundo o caderno *A Prática Agroecológica no CAPA* (2005), os objetivos da Rede são: 1) Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; 2) Estimular o trabalho associativo na produção, processamento e no consumo de produtos ecológicos; 3) Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; 4) Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; 5) Estimular

⁸ São 26 núcleos na região Sul do Brasil: 1. Agroflorestal; 2. Alto Uruguai; 3. Alto Vale; 4. Arenito Caiuá; 5. Centro Oeste do Paraná; 6. Centro Paranaense; 7. Centro RS; 8. Libertação Camponesa; 9. Litoral Catarinense; 10. Litoral Solidário; 11. Luta Camponesa; 12. Maurício Burmester do Amaral; 13. Missões; 14. Monge João Maria; 15. Oeste de Santa Catarina; 16. Oeste do Paraná; 17. Planalto Norte; 18. Planalto RS; 19. Planalto Serrano; 20. Serra; 21. Sudoeste do Paraná; 22. Sul; 23. Sul Catarinense; 24. Vale do Caí; 25. Vale do Rio do Peixe; 26. Vale do Rio Uruguai (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2014).

o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; 6) Ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade.

Segundo o Técnico B, a Rede Ecovida surgiu com o objetivo inicial de articular diferentes grupos que trabalhavam com a agroecologia:

Na verdade, ela foi constituída para ser uma articulação entre grupos, entidades e cooperativas que trabalham com a agroecologia, pra ajudar a dar um pouco mais de visibilidade e força pra essas organizações [...] a nível de país. Lá fora né, pra gente conseguir buscar recursos [...] (TÉCNICO B, 2013).

Posteriormente é que foi criado um modelo de certificação diferenciado: a certificação participativa. Esta certificação é um sistema solidário de geração de credibilidade, de forma que a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a efetiva participação de agricultores e consumidores. A certificação participativa é uma forma diferente de certificação que além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma rede que congrega iniciativas de diferentes regiões (Rede Ecovida, 2014).

Segundo o caderno de formação: *Certificação Participativa de Produtos Ecológicos* (2004), a certificação participativa possui algumas características que faz diferenciar-se da certificação por auditoria, entre outras se destacam: descentralização, formação de rede, adequação à pequena produção familiar e processo pedagógico. Ou seja, esta forma de certificação prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade de assumir responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade. Além de se mostrar sem hierarquias, respeitando as iniciativas regionais buscando estabelecer uma conexão entre elas através da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente. A adequação à realidade da agricultura familiar incentiva o processo associativo e os atores, por serem mais próximos da família, podem contribuir significativamente nas mudanças necessárias. Já a formação pedagógica faz com que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia, no sentido de ampliar a criticidade em relação ao modelo de agricultura excludente.

O selo (figura 4) do produto da Rede Ecovida é obtido após a realização dos procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Segundo a Rede Ecovida (2014) ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e a verificação do Conselho de Ética, que é um grupo de pessoas responsáveis diretamente pelo processo de Certificação Participativa em cada Núcleo Regional. Cada Núcleo possui autonomia para definir a estrutura do Conselho de Ética, mas a Rede sugere a presença de agricultor, técnico e consumidor na sua composição.

Figura 4 - Selo de Certificação da Rede Ecovida de Agroecologia.



Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia (2014).

A Rede Ecovida de Agroecologia vem incentivando a organização de agricultores contra os pressupostos do agronegócio verde, além de estar viabilizando a articulação entre famílias, núcleos, entidades e cooperativas que trabalham com a agroecologia. A promoção e articulação destes sujeitos num sistema participativo de avaliação da conformidade orgânica dispensa inspetores e auditores desconectados da produção, dando um caráter econômico e social mais autônomo em relação às certificações por auditoria.

No Alto Uruguai Gaúcho, a certificação é realizada pelos próprios agricultores e por um técnico ligado ao CAPA e/ou CETAP, os quais desenvolvem papel importante no assessoramento da estruturação da Rede Ecovida de Agroecologia.

Essa opção das organizações populares pela inserção da agroecologia no Alto Uruguai Gaúcho é devido as já mencionadas consequências da modernização

da agricultura. Em pesquisas realizadas em âmbito de projetos⁹ do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, constatou-se que a microrregião de Erechim (mapa 1), por exemplo, área de atuação do CAPA e do CETAP, vem sofrendo diversas transformações no campo, as quais vem repercutindo na desterritorialização camponesa.

Mapa 1 - Localização dos municípios da Microrregião de Erechim. Elaboração Paula Lindo (2012).



Segundo dados dos Censos Demográficos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, num período de vinte anos, a microrregião de Erechim perdeu cerca de 40% de sua população rural e aumentou em 40% sua população urbana (basicamente concentrada no município de Erechim), alterando pouco o número da população total (quadro 1).

⁹ (2012 - atual) “Ecologismo Popular e Agroecologia: as contribuições do CAPA e do CETAP e a estruturação da Rede Ecovida na região do Alto Uruguai gaúcho”; (2011-2012) “Ecologismo Popular: leituras a partir dos movimentos sociais e entidades atuantes em Erechim/RS” Edital 053/UFSF/2011. (2010-2013) “A agroecologia na Dinâmica do Desenvolvimento Rural no Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul e o papel da Universidade Federal da Fronteira Sul nesse processo” Edital 058/MDA/SAF/CNPq, chamada 2.

Quadro 1: População Residente por situação de domicílio

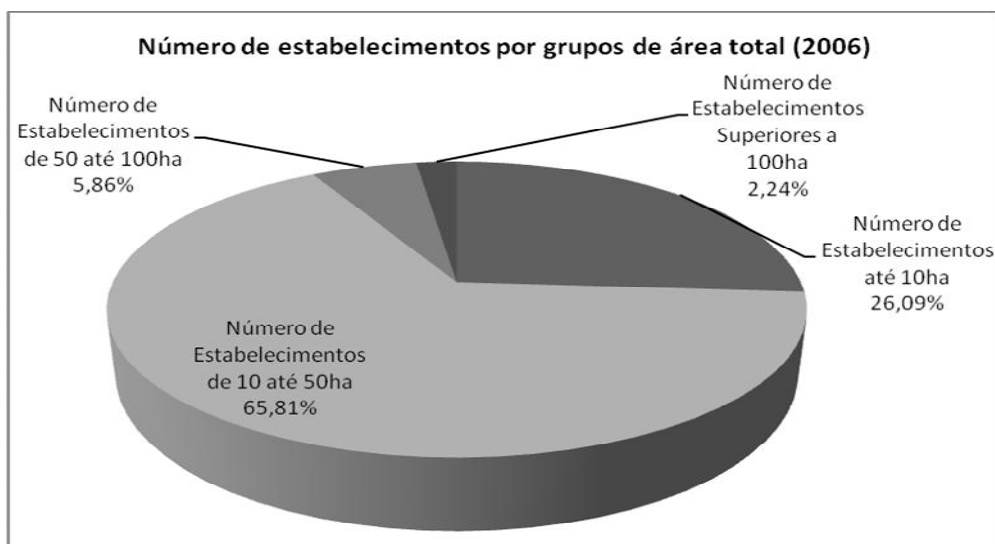
População Residente por Situação de Domicílio						
Microrregião Geográfica	Situação do Domicílio	Ano			Variação 2010/1991	Variação 2010/2000
		1991	2000	2010		
Microrregião Erechim – RS	Total	205.763	213.075	211.653	2,86%	-0,67%
	Urbana	111.032	139.786	154.551	39,20%	10,56%
	Rural	94.731	73.289	57.102	-39,72%	-22,09%

Fonte IBGE, Censo Demográfico.

O forte êxodo rural demonstra as consequências da questão agrária regional: a especialização produtiva, lograda com a territorialização do agronegócio, efetivou-se desterritorializando populações rurais e concentrando-as em áreas urbanas cada vez mais polarizadas.

Segundo as pesquisas realizadas por Eduardo e Gaboardi (2013), constatou-se que esses municípios com importante (embora declinante) população rural e PIB primário, tinham, em 2006 (IBGE, 2006), 91% dos estabelecimentos agropecuários situados em estratos de até 50 hectares, portanto, pequenas propriedades fundiárias, devido às especificidades da colonização (gráfico 1).

Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos por grupo de área total da Microrregião de Erechim (2006).

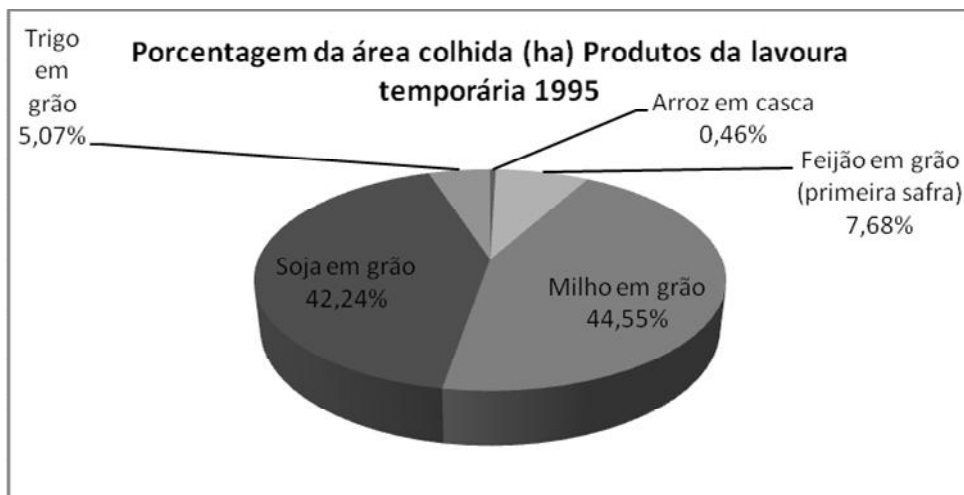


Fonte: Censo Agropecuário, 2006. IBGE.

Além disso, esta microrregião está altamente monopolizada pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio e submetido à lógica de uma forma de produzir e viver impostas pela modernidade, dirigida para fora, com base nos pressupostos da

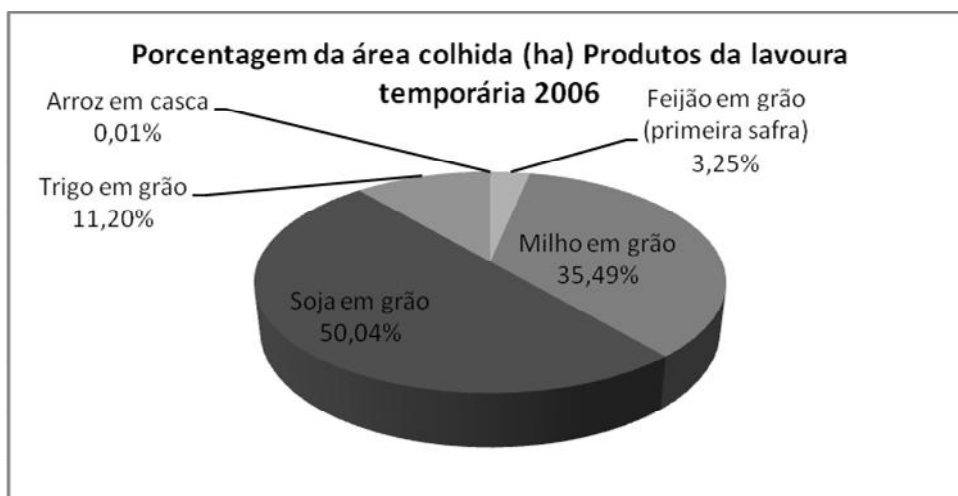
competitividade e na intensa artificialização dos agroecossistemas: soja, milho e trigo representavam, em 2006, 96% da área colhida dos produtos da lavoura temporária na microrregião (IBGE, 2006). Em contrapartida, entre 1995 e 2006, a produção de feijão reduziu-se pela metade (os 18.728 ha colhidos em 1995, declinaram para, aproximadamente, 9.000 em 2006) e a de arroz praticamente desapareceu, restando, em 2006, 39 hectares de área colhida frente aos 1.100 hectares colhidos em 1995 (ver gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 - Porcentagem da área colhida (ha) Produtos da Lavoura Temporária na Microrregião de Erechim (1995).



Fonte: Censo Agropecuário, 1995. IBGE.

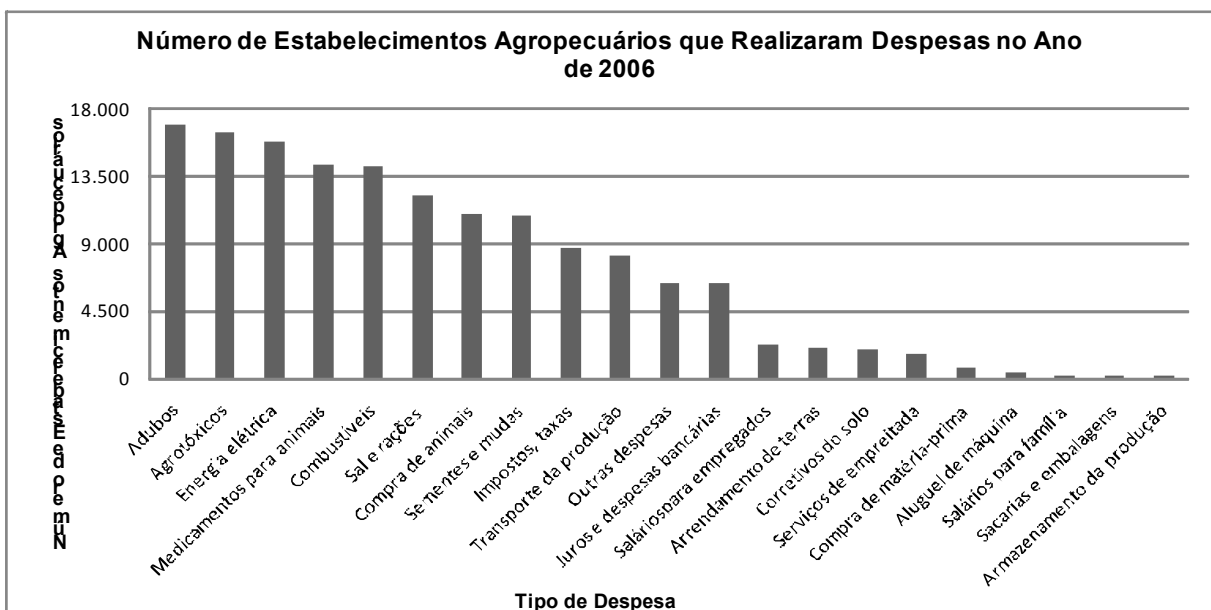
Gráfico 3: Porcentagem da área colhida (ha) Produtos da lavoura temporária na Microrregião de Erechim (2006).



Fonte: Censo Agropecuário, 2006. IBGE.

Analisando os gráficos anteriores, podemos observar que a diversidade produtiva está longe de ser o traço fundamental dessa microrregião, muito embora haja importantes experiências e, especialmente, potencialidades latentes, devido ao predomínio da estrutura fundiária minifundista, da mão-de-obra familiar e do (embora erodido) saber-fazer camponês. Mesmo com a predominância da agricultura familiar, a diversidade produtiva vem se perdendo, contribuindo para a significativa redução da autonomia relativa desses sujeitos face o mercado. Assim, o agricultor familiar passou a comprar muitos produtos que antes eram plantados/produzidos em sua unidade de produção e, além disso, passou a ter muitas despesas, principalmente com adubos, agrotóxicos e energia elétrica (gráfico 4).

Gráfico 4 - Número de Estabelecimentos Agropecuários que Realizaram Despesas no ano de 2006 na Microrregião de Erechim.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006. IBGE.

Segundo Teubal (2008) o campo vem se transformando cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares. Ainda segundo o autor, vai se perdendo a qualidade de produtor de alimentos básicos, vão se formando os denominados complexos agroindustriais, com grandes empresas que vem integrando verticalmente os produtores agropecuários. Dessa forma, fortalece-se uma “agricultura sem agricultores” e a monocultura da soja que privilegia “economias em escala” orientadas para as exportações, em oposição às

necessidades dos produtores familiares e à produção de alimentos básicos para o conjunto da população.

Oliveira (1998) afirma que a industrialização da agricultura brasileira se faz no seio de um capitalismo mundializado, no qual os governos tomam dinheiro emprestado para ampliar sua produção e para pagar a sua dívida o país deve exportar, se sujeitando à venda a preços internacionais. Segundo o autor, é por isso que nas últimas décadas as culturas de (soja, milho, trigo) vem crescendo em detrimento das culturas para o abastecimento interno (arroz, feijão, mandioca etc.).

Conforme observado nos dados anteriores, esta realidade se reflete também na microrregião de Erechim, com a especialização da produção de *commodities* e, conseqüente, redução dos preços dos produtos agrícolas, erosão da fertilidade do solo, substituição da mão-de-obra familiar pela agricultura mecanizada, altas despesas com adubos, agrotóxicos e energia elétrica, tornando a agricultura cara numa estrutura fundiária minifundista.

Petersen (2013), sobre este contexto, afirma que o projeto modernizante não se limitou a agricultura de grande escala, tendo em vista que parcela significativa da agricultura familiar foi induzida pelo Estado a ingressar no roteiro do empreendedorismo mercantil, o qual é característico do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Embora variadas políticas tenham sido implantadas nessa direção desde a década de 1960, foi sobretudo desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em meados dos anos 1990, que os sucessivos governos federais passaram a canalizar volumes crescentes de recursos financeiros para essa categoria social (PETERSEN, 2013, p. 75).

Nesse sentido, ainda segundo o autor, o Estado brasileiro acabou por acelerar a exclusão, sem que tenha fortalecido ou consolidado a agricultura de base familiar, visto que esta estaria destinada a operar pela lógica da economia de escala e a se integrar em cadeias agroindustriais como fornecedora de matérias primas, sendo assim, conduzida a uma “crescente subordinação ao capital industrial e financeiro”.

Caporal e Petersen (2006) afirmam que o grande esforço das políticas ainda continua sendo no sentido da “modernização”, isto é, no apoio a mudança da base técnica, sem questionar o uso de agroquímicos e ampliando o financiamento e acesso a máquinas e equipamentos para a mecanização. Para eles,

[...] essa tendência tem sido geral nas políticas agrárias e agrícolas e acaba se traduzindo numa crescente subordinação da agricultura familiar aos setores agroindustriais presentes à montante, pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais, e à jusante, através dos contratos de integração a mercados especializados e a um crescente aumento da concentração do poder de compra e estabelecimento dos preços pagos aos agricultores por parte de um pequeno número de grandes conglomerados (CAPORAL; PETERSEN, 2006, p. 06).

Este contexto de inserção da agricultura familiar no mercado internacional de *commodities*, o qual apresenta um ambiente opressivo e instável, acaba por gerar a redução das rendas familiares e consequentes índices elevados de endividamento. Petersen (2013) também aponta que as políticas orientadas para a modernização da agricultura familiar têm gerado um conjunto de externalidades negativas, entre as quais o autor destaca: a) a deterioração dos ecossistemas agrícolas, devido ao desmatamento, degradação do solo, poluição ambiental com agroquímicos e transgênicos; b) aumento da vulnerabilidade as instabilidades climáticas; c) agravos a saúde pública, devido a intoxicação com agrotóxicos e queda dos níveis de soberania e segurança alimentar; d) continuidade do êxodo rural e; e) desarticulação de culturas e economias locais, devido a prioridade estendida ao modelo de desenvolvimento da agricultura moderna.

2.5 O Movimento Agroecológico no Brasil e América Latina: a articulação das organizações populares por outro desenvolvimento.

Este modelo ambientalmente degradante, contaminador e socialmente excludente (CAPORAL e PETERSEN, 2012), acaba por fazer emergir atores que fundamentam crítica a estes padrões excludentes, que caracteriza a agricultura e o desenvolvimento rural no Brasil. Na microrregião de Erechim, o CAPA e o CETAP ganham destaque nesta luta, juntamente com outros movimentos que possuem os mesmos interesses: a promoção da agroecologia. Tendo em vista que a mesma surge como contraponto a este modelo, resgatando a sustentabilidade e a multidimensionalidade do desenvolvimento rural.

Cabe destacar, no entanto que o CAPA e o CETAP não estão sozinhos na luta. No Brasil a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA – Agroecologia) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) possuem papel fundamental na sociedade brasileira, como “espaços organizativos articulados entre si e portadores

de uma alternativa viável e sustentável às formas dominantes de organização técnica e socioeconômica no mundo rural” (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 72).

A nível nacional, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), vem reunindo desde 2002, diversos movimentos e organizações engajadas na promoção da agroecologia, no fortalecimento da produção familiar e na construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. A ANA possui dois objetivos principais: o primeiro é favorecer e ampliar o fluxo de informações e intercâmbio de experiências concretas de inovação agroecológica e desenvolvimento local, integrando os esforços dos movimentos sociais e organizações locais e regionais; e o segundo objetivo principal é fortalecer a capacidade do movimento agroecológico de sistematizar e refletir sobre suas experiências, socializando seus ensinamentos e construindo propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia (ANA, 2014).

Figura 5 - Logotipo da Articulação Nacional de Agroecologia



Fonte: ANA (2014)

Internacionalmente, em nível de América Latina, o “*Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA)*”, criado em 1992, também com o objetivo de lutar contra os efeitos do processo modernizante, é um movimento que articula as organizações camponesas, de pequenos e médios produtores familiares, comunidades indígenas, comunidades sem terra, de mulheres e jovens rurais, de consumidores e organizações sociais, que defendem a agricultura camponesa e familiar agroecológica. Assim, a agroecologia, segundo o movimento, é o modelo de desenvolvimento rural que se opõe ao modelo do agronegócio, o qual provoca a destruição e fragmentação da força camponesa e indígena do continente. O MAELA “representa milhares de camponeses agricultores familiares e povos indígenas que

sustentam desde suas organizações e territórios sistemas alimentares saudáveis, seguros e soberanos” (MAELA, 2014).

Figura 6: Logotipo do “Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe”.



Fonte: MAELA (2014).

Na América Latina, especialmente, a agroecologia vem ganhado destaque, tendo em vista, o reconhecimento do papel do campesinato como força de resistência frente à agricultura industrial e o neoliberalismo. Toledo (2012) aponta no artigo intitulado “*La agroecología en Latinoamérica: três revoluciones, una misma transformación*”, que existem cinco polos de inovação agroecológica na América Latina: Brasil, Região Andina, América Central, México e Cuba. Cada polo, com suas particularidades, e com forte envolvimento do campesinato, vem avançando no debate e na prática agroecológica, visando o avanço coletivo e uma permanente comunicação regional. Além da promoção nas áreas rurais, a América Latina vem desenvolvendo o debate teórico nas instituições acadêmicas, promovendo uma significativa contribuição a partir da combinação dos conhecimentos teóricos, práticos e dos movimentos sociais rurais. Nesta perspectiva, cita-se o surgimento da *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología* (SOCLA). O principal objetivo da SOCLA é promover a discussão, reflexão e o intercambio científico de informações sobre a agroecologia entre investigadores e docentes da América Latina. Portanto, as atividades que a SOCLA vem desenvolvendo desde 2007, são, entre outras, a publicação virtual bi-anual de uma revista acerca dos resultados das investigações, a organização de um congresso regional a cada dois anos, a promoção de cursos de especialização em agroecologia, a implementação de projetos regionais de investigação, e a criação de grupos permanentes de trabalhos e reflexão acerca da temática (SOCLA, 2014).

Figura 7 - Logotipo da "Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología".



Fonte: SOCLA (2014).

Um dos papéis importantes que a SOCLA também desenvolve, refere-se ao apoio científico aos movimentos agroecológicos da América Latina (Via Campesina, MAELA e ONGs), informando sobre temas estratégicos como, por exemplo, transgenia, biocombustíveis, problemas climáticos, impactos da globalização, e em especial sobre as alternativas ao modelo industrial de agricultura.

No Brasil a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) vem realizando e apoiando ações destinadas a construção do conhecimento agroecológico desde 2004. Os esforços da ABA-Agroecologia, têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental; analisar e propor políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos; e, defender a proteção da biodiversidade como condição indispensável para o alcance de agroecossistemas sustentáveis.

Figura 8 - Logotipo da Associação Brasileira de Agroecologia



Fonte: ABA (2014).

Outro movimento de grande importância na América Latina é a Via Campesina, um movimento internacional de organizações camponesas fundada em 1993 num contexto de resistência camponesa perante a afirmação do projeto neoliberal. Surgiu também da necessidade que as organizações camponesas sentiam de desenvolver uma visão comum e lutar por ela. É considerada hoje um dos principais atores nos debates sobre a questão agrária. O principal objetivo do movimento é o de lutar pela soberania alimentar fazendo frente ao modelo neoliberal do agronegócio. Parte do pressuposto de que camponesas e camponeses, incluindo pescadores artesanais e populações tradicionais, que constituem quase metade da população mundial, são capazes de produzir alimentos para suas comunidades e alimentar o mundo de maneira sã e sustentável.

A Via Campesina tem construído seu ecologismo popular defendendo o modelo agroecológico na luta pela afirmação da soberania alimentar e os movimentos sociais do campo brasileiro tem enriquecido suas visões de mundo e incrementado suas plataformas políticas com o respaldo internacional da organização. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ligado à Via Campesina, vem trabalhando intensamente no sentido de diminuir as injustiças sociais dos trabalhadores do campo.

Figura 9 - Logotipo do movimento "La Via Campesina".



Fonte: Via Campesina (2014).

O MST vem avançando muito no debate acerca da agroecologia. O movimento adotou a agroecologia como o objetivo principal da pequena produção e vem realizando jornadas anuais sobre o tema, tendo em vista os sinais de fragilidade e insustentabilidade que o modelo moderno de produção calcado no padrão de desenvolvimento econômico incorporou. Além disso, o movimento criou escolas

autônomas de agroecologia e a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no estado do Paraná. Esta escola é fruto de uma iniciativa da Via Campesina, com apoio do governo estadual do Paraná, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e do governo venezuelano. Na ELAA, desde 2005, desenvolve-se o curso de Tecnologia em Agroecologia, em parceria com o Instituto Federal do Paraná, IFPR. O método pedagógico da alternância (tempo escola e tempo comunidade) busca qualificar os educandos oportunizando o preparo técnico, a formação política e a visão crítica da realidade (ELAA, 2014). Esta é a primeira escola de Agroecologia de nível universitário do país.

Observa-se através desta iniciativa do MST, que a mobilização em torno da agroecologia, acaba por extrapolar o limite da produção. Desta forma, uma das principais bandeiras de luta do movimento, a agroecologia, aparece envolta também em temas como a educação:

[...] coloca-se como objetivo fundamental desses cursos formar sujeitos capazes de ler criticamente a sua realidade e nela intervir; para tanto, é preciso ir além da formação para/pelo trabalho, levando em conta outras dimensões na formação do trabalhador/trabalhadora: a luta social, a organização coletiva, a ciência, a cultura [...] (GUHUR, 2010, p. 127).

Figura 10 - Escola Latino Americana de Agroecologia, município de Lapa/PR.



Fonte: Blog ELAA (2014).

O movimento agroecológico no Brasil também ganha destaque devido ao papel das organizações não governamentais. Estas vêm articulando-se na busca incessante de alternativas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Um

exemplo desta articulação é por meio da Associação Brasileira de Organizações não-governamentais (ABONG), esta juntamente com suas associadas defendem, entre outros princípios, a igualdade, diversidade, autonomia, participação, liberdade, democracia e horizontalidade. Estes princípios estão profundamente ligados aos objetivos de defender um modelo de desenvolvimento sustentável, combatendo todas as formas de discriminação e criminalização das lutas populares. Além de promover a articulação com as mais diversas organizações e movimentos sociais, sendo eles nacionais ou internacionais que sejam comprometidos com as transformações estruturais. A ABONG defende ainda, os “direitos humanos como perspectiva de construção de uma sociedade igualitária, solidária e livre, que luta pela proteção dos ecossistemas e pela justiça socioambiental” (ABONG, 2014).

A partir das organizações populares citadas anteriormente, podemos considerar que o movimento agroecológico vem adquirindo força na América Latina e no Brasil. As organizações estão comprometidas de tal maneira que o movimento vem se articulando em rede. Scherer-Warren (2006) afirma em seus estudos que quando existe a identificação de sujeitos em torno de valores, objetivos e projetos em comum é constituída uma *rede de movimento social*. Para a autora

[...] na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Desta forma, podemos considerar que o Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) constituem-se como forças de expressões locais (*nós*). Estes ainda acabam por articularem-se também com outras organizações, sejam elas cooperativas, sindicatos, movimentos sociais ou órgãos gestores. Assim, em âmbito do Alto Uruguai Gaúcho, as duas ONGs estudadas vêm unindo forças com sindicatos como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul, com movimentos sociais ligados à Via Campesina como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com a

Emater/RS, entre outras instituições, no intuito de promover discussões e ações em âmbito da agroecologia.

O CAPA e o CETAP fazem parte da estruturação da Rede Ecovida de Agroecologia, a qual é composta também por diversos atores sociais distribuídos pelos três estados da Região Sul. Além disso, as duas organizações populares são associadas à ABONG que liga diversas ONGs brasileiras que tem como pauta de luta a agroecologia. A Rede Ecovida é um exemplo de resistência bastante difundido e apoiado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a qual é parceira da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e estas estão intimamente ligadas aos Movimentos Latino Americanos, como a MAELA, a SOCLA e a VIA CAMPESINA. Desta forma, esta articulação em rede acaba por receber e emitir informações, ideias e incentivos, fazendo com que todos os *nós* se engajem neste processo.

A agroecologia vem se inserindo de diversas formas na luta desses movimentos. Pode-se citar alguns enfrentamentos em conjunto como, por exemplo, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a qual tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil. “Além de lutar por um outro modelo de desenvolvimento agrário, por uma agricultura que valoriza a agroecologia, que acredita no campesinato e que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas” (Campanha Permanente Contra o uso de Agrotóxicos e pela Vida, 2014).

Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) vêm sendo promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e seus integrantes: organizações, redes regionais e movimentos sociais de abrangência nacional. O evento vem ampliando o debate acerca de diversas temáticas que envolvem os princípios agroecológicos, suas potencialidades e limites, nesse sentido pode-se citar os seguintes: reforma agrária, reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais, conflitos ambientais, agrotóxicos e seus impactos na saúde, acesso e gestão das águas, educação do campo, comercialização, financiamentos, normas sanitárias, agricultura urbana, entre outros.

O Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia, também vem oportunizando a articulação das diversas organizações populares com a academia e expandindo o debate acerca da

construção do conhecimento agroecológico, dos organismos geneticamente modificados (OGMs), da importância do reconhecimento das mulheres como geradoras de conhecimento e atividades de base agroecológica e da implementação de políticas públicas estruturantes, entre outros temas.

Publicações periódicas acerca da agroecologia também oportunizam a ampliação do debate e do conhecimento acerca da agroecologia, podemos citar como exemplo a revista *Cadernos de Agroecologia*, (publicação da ABA-Agroecologia), e os próprios portais das diversas organizações populares como da Via Campesina, Socla, ANA, CAPA, CETAP, entre outros.

As feiras, mostras e eventos regionais também demonstram a articulação dos diversos movimentos em prol da agroecologia, como por exemplo, na microrregião de Erechim a Feira de Economia Popular Solidária, Mostra da Biodiversidade e Jantar Ecológico: eventos promovidos pelos sujeitos estudados, com o objetivo de discutir com a sociedade em geral as experiências de agrobiodiversidade na região, além de proporcionar um espaço de comercialização e contribuir para a troca de informações e experiências.

A articulação em rede torna-se um espaço de construção coletiva, e acaba sendo importante para socializar os trabalhos e experiências agroecológicas na América Latina, contribuindo significativamente para a consolidação da autonomia do campesinato ligado a estes movimentos. O compartilhamento de experiências contribui também na realização de projetos desenvolvidos pelos mais diversos sujeitos e na luta por políticas públicas estruturantes. A articulação destes movimentos vem promovendo e demandando amplas discussões acerca das políticas públicas. Diversas organizações populares ao objetivarem o fortalecimento de uma alternativa sustentável ao padrão dominante da organização econômica do campo no Brasil participaram da elaboração da Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PNAPO).

3 POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO): A MOBILIZAÇÃO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA.

3.1 A Trajetória da PNAPO: movimento de institucionalização.

O ambiente conflitual esboçado no capítulo anterior, o qual apontou uma crise do modelo produtivista de modernização da agricultura, devido ao fato de que o mesmo vem se mostrando altamente contraditório, priorizando as monoculturas de exportação, o que acaba por subordinar o camponês a este movimento, barrando sua reprodução, fez com que muitos projetos de desenvolvimento alternativos a este fossem reivindicados, pensados e executados, principalmente por meio de organizações populares, como o CAPA e o CETAP.

No Brasil, desde 2010, diversas organizações que enxergam a agroecologia como alternativa a esta crise, devido ao seu caráter multidimensional, a qual oferece sustentação para transformações de caráter econômico, político, cultural e ambiental, passaram a reivindicar junto à esfera governamental a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Segundo o *Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO*, apresentado em maio de 2012, pela Secretaria Geral da Presidência da República, a construção desta proposta foi realizada a partir de proposições apresentadas por diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entre elas, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPORG) e Câmara Temática da Agricultura Orgânica (CTAO).

O Relatório afirma que a proposta foi construída de forma participativa. Primeiramente, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial, o qual envolveu diversos ministérios e autarquias nacionais. Assim, a minuta inicial foi submetida à apreciação e debate pela sociedade civil em várias etapas. Ainda segundo o relatório, foram realizados cinco seminários regionais (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul). Além de um seminário nacional, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente.

[...] O conjunto de eventos mobilizou aproximadamente 300 representantes de 150 entidades de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes regionais e/ou estaduais,

assim como profissionais vinculados à universidades e órgãos governamentais de pesquisa e extensão (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 04).

Antes mesmo dos seminários regionais acontecerem a Articulação Nacional de Agroecologia, no início de 2012, já articulou diversos membros para a realização de uma oficina com o objetivo de debater e planejar o processo de participação da ANA na construção da PNAPO. Desde esse momento diversas organizações populares passaram a organizar várias propostas para a construção da referida política, entre as organizações presentes¹⁰, cita-se a Rede Ecovida de Agroecologia, a qual foi representada por um técnico do CETAP que atua na Microrregião de Erechim.

Esta oficina realizada em âmbito da ANA serviu de base para a elaboração de um documento intitulado *Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção* (como foi primeiramente denominada), este foi apresentado em seis tópicos os quais serviriam de base para as discussões dos seminários regionais.

Destas discussões realizadas com a sociedade civil resultaram dois documentos: 1) Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e 2) Propostas da Câmara Temática da Agricultura Orgânica – CTAO. “As propostas foram analisadas, submetidas aos ministérios competentes, negociadas e, quando viáveis, incorporadas à nova versão do decreto e no plano de medidas imediatas” (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 04).

Conforme o Relatório, a partir do resultado destes seminários, a nova versão da PNAPO foi apresentada para a sociedade civil no encontro “*Diálogo Governo e Sociedade Civil – Devolutiva da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*”. Realizado no Palácio do Planalto em Brasília/DF, o evento contou com a participação de 113 pessoas, entre elas representantes do governo e das demais organizações envolvidas na construção da política. Após a apresentação da política,

¹⁰ Participaram dessa oficina diversos membros da ANA, entre eles movimentos ligados à Via Campesina, como por exemplo, MST, MPA e MMC. Além da própria ABA-Agroecologia, ONGs e Redes Regionais.

três grupos de trabalho¹¹ reuniram-se para formular propostas complementares e estas serviram de base para a revisão da política e fechamento do texto.

O fato de o Estado ter envolvido diversas organizações populares que possuem a agroecologia em suas pautas de luta, para apresentar e discutir propostas para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica não foi por acaso. O debate acerca das políticas públicas para o campo com um viés “alternativo” vem ocorrendo há décadas principalmente dentro das ONGs, sindicatos e movimentos sociais rurais. Dentro da perspectiva da “agricultura alternativa” a agroecologia foi tornando-se a bandeira de luta de diversas organizações, e o debate acerca do respaldo do Estado por meio das políticas públicas também estava presente, tendo em vista a expectativa pela Reforma Agrária, a preocupação acerca da subordinação que o campesinato vinha sofrendo perante a territorialização do capital no campo, entre outras inquietações que afligiam os movimentos como a sustentabilidade e soberania alimentar.

Segundo Petersen e Almeida (2006) a própria formação da Articulação Nacional de Agroecologia foi resultado destes debates, criada na expectativa que o campo agroecológico estivesse organizado e fosse capaz de participar de forma ativa nos processos de elaboração e execução de políticas públicas no início da gestão de um novo governo, políticas estas que seriam “orientadas para a democratização do mundo rural e a promoção da sustentabilidade socioambiental” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 44).

3.2 As Diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi instituída pelo Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012, com o objetivo de

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

¹¹ Grupo de Trabalho 1: Diretrizes, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; 2) Medidas do Plano Brasil Agroecológico; 3) Estrutura de Governança.

Segundo o Decreto, a Política será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

As diretrizes da PNAPO, segundo o Art. 3º, abordam diversas dimensões, tais como: 1) promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, bem como a promoção do direito à alimentação adequada e saudável por meio da oferta de produtos orgânicos¹² e de base agroecológica¹³, os quais são isentos de contaminantes que colocam a saúde humana em risco; 2) promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores; 3) Conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, de forma que o sistema de produção seja baseado em recursos renováveis, com adoção de métodos culturais, biológicos e mecânicos que reduzam os resíduos poluentes e a dependência de insumos externos à produção; 4) Promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos de modo a aperfeiçoar as funções econômicas, sociais e ambientais da agricultura e do extrativismo florestal; 5) Valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade¹⁴ e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas; 6) Ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica de base

¹² Segundo Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, Art. 1º “Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2003).

¹³ Segundo o Decreto 7.794/2012 entende-se por produção de base agroecológica: “aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação”(BRASIL, 2012).

¹⁴ Segundo o Decreto 7.794/2012 entende-se por produtos da sociobiodiversidade: “bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente” (BRASIL, 2012).

agroecológica; 7) Contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam autonomia econômica das mulheres (BRASIL, 2012).

Os instrumentos a serem constituídos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, segundo o Art. 4º, são: 1) Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); 2) Crédito rural e demais mecanismos de financiamento; 3) Seguro agrícola e de renda; 4) Preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções; 5) Compras governamentais; 6) Medidas fiscais e tributárias; 7) Pesquisa e inovação científica e tecnológica; 8) Assistência técnica e extensão rural; 9) Formação profissional e educação; 10) Mecanismos de controle da transição agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica; 11) Sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

Ainda segundo o Decreto 7.794/2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica possui como instâncias de gestão, afim de efetivar suas diretrizes, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO (constituída paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (constituída por dez¹⁵ ministérios e coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA).

3.3 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: as potencialidades e os limites apontados pelas organizações populares.

Devido à articulação das organizações populares, nos últimos anos foram implementadas diversas políticas de governo que de certa forma contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, e em alguma medida acabaram por promover a diversificação dos produtos cultivados. Cabe destacar nesse sentido as experiências do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro

¹⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Pesca e Aquicultura.

coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o qual adquire alimentos dos agricultores familiares para destinar alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e o segundo está regulamentado de acordo com a Lei 11.947/2009 que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Segundo o Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar (2013), a aquisição dos gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Desta forma, a política acaba por contribuir para que a agricultura familiar se organize e qualifique suas ações comerciais, fortalecendo a interação entre sujeitos, entidades e movimentos sociais e os arranjos produtivos locais e regionais, além de diversificar a produção. Sobre estas políticas, o Técnico B (2014) do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), em entrevista afirma:

Na minha visão essas políticas foram criadas num desenho de que ela dá a vara e o anzol pro agricultor ir pescar, não dá o peixe. Tentando traduzir um pouquinho isso, garante a comercialização de produto [...] Te dá a oportunidade de produzir, ou seja, se o agricultor se organiza um pouquinho, tem a vontade de diversificar a produção, ele tem onde vender. Se tu pegar hoje e somar oito mil do PAA normal Doação Simultânea, e tu pega mais nove mil reais do PAA Formação de Estoque, que o agricultor pode acessar os dois, e pega mais vinte mil reais PNAE, são 37 mil Reais que uma propriedade produz de produto diversificado com garantia de venda, estando organizado né. Eu acho que 50% das propriedades do Alto Uruguai não chegam a metade disso de renda por ano. Se tu pega as regiões mais pobres dentro da nossa micro região aqui, tem gente que vive com 10 mil reais por ano de renda bruta, e ali tu pega políticas que garante a comercialização do produto, mas tu precisa se organizar, tu precisa produzir, precisa pensar a produção, se planejar dentro da propriedade e aí tu tem a garantia de que o governo te paga. Acho que entre as políticas [PAA e PNAE], tá entre as melhores que tem hoje. Pra tu acessar tu tem que estar dentro de uma cooperativa, numa associação, no nosso âmbito tem que ter a certificação de produto orgânico, tem que estar num grupo, fazer reuniões e aí tu consegue entregar teu alimento. Acho que elas ajudam a fazer com que as famílias se replanejem pra produzir e entregar não só milho e soja, vaca, porco ou frango, tu vende mandioca, tu vende batatas, tu vende pipoca, tudo aquilo que tu tem pra comer na propriedade tu pode oferecer nesses programas (TÉCNICO B, 2014).

Essas políticas demonstram que ações voltadas para o contexto e necessidades locais provocam impacto positivo e podem melhorar a qualidade de vida dos agricultores, “além de garantir alimentação saudável e adequada à população brasileira” (ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014, p.133). Porém, segundo o documento “*Subsídio para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção*”, elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) estas políticas ainda são insuficientes e seu caráter fragmentado e também de incerteza quanto ao futuro, não viabiliza e nem dissemina a agroecologia como organização socioeconômica, tecnológica e ambiental. Além disso, o documento afirma que o Estado vem reiterando um modelo de desenvolvimento em contradição com os postulados defendidos pela ANA, como por exemplo:

[...] a não realização da Reforma Agrária; a violação dos direitos territoriais; a liberação dos transgênicos, a ampliação do consumo de agrotóxicos, as mudanças do código florestal, do código de mineração etc. Ao mesmo tempo em que o governo reafirma a necessidade de produzir mais alimentos, existe ainda um grande preconceito com relação ao potencial da agricultura familiar responder ao desafio do aumento da produção, e menos ainda em bases agroecológicas (ANA, 2012, p. 3-4).

O fato de o Estado estar implantando uma política de agroecologia se apresenta como uma ação contraditória, tendo em vista, como já visto no primeiro capítulo desta pesquisa e na citação anterior, que suas ações foram voltadas aos interesses do agronegócio. Trata-se, portanto de uma mediação de conflitos, devido às reivindicações das organizações populares. Sobre o fato de o governo vir incorporando a perspectiva agroecológica em diferentes programas e instituições, o documento escrito pela ANA afirma: “O que percebemos é que a concepção de agroecologia que o governo vem assumindo não questiona esse modelo e privilegia a ideia de espaços de nicho de mercado” (ANA, 2012, p. 4).

Desta forma, a participação da ANA na construção de uma política pública voltada para a produção agroecológica e orgânica, a PNAPO, vem sendo debatida desde a criação do documento anteriormente citado, tendo em vista que a proposição do governo, mediante um contexto de desenvolvimento hegemônico, torna duvidosa execução de propostas estruturantes:

Temos a clareza de que uma política de agroecologia terá limites claros, neste contexto. Até onde poderemos avançar (pequenas vitórias) neste processo é o que buscamos neste diálogo. Portanto, é preciso manter nossa autonomia e nosso papel de tensionamento em relação aos temas estruturais, ao mesmo tempo em que negociamos os avanços possíveis. O que estamos fazendo aqui é exercitar o que fazemos em nossas organizações: tensionamos com o governo, em espaços públicos ou relações bilaterais. Não podemos alimentar expectativas de conseguir grandes vitórias estruturais. Estamos buscando pequenas vitórias e fortalecer nossa capacidade política, embora correndo um risco, de que o governo possa ressignificar o debate e as nossas pequenas vitórias transformarem-se em derrota (ANA, 2012, p.6).

Por mais que a insegurança em relação à política estivesse presente, como apresentado anteriormente, para a elaboração de propostas para a PNAPO, a Articulação Nacional de Agroecologia envolveu diversas organizações populares e redes de agroecologia, entre elas, a já mencionada Rede Ecovida de Agroecologia a qual está presente na Microrregião de Erechim e é coordenada pelas ONGs CAPA e CETAP. Contudo, as organizações responsáveis pela elaboração de propostas pela Rede Ecovida foram o CETAP e a AOPA (Associação Para o Desenvolvimento da Agroecologia) do Paraná, assim, estas levantaram propostas no Seminário Regional ocorrido na cidade de Passo Fundo/RS (figura 11), o qual envolveu 41 participantes, os quais representaram 37 organizações da região Sul.

Figura 11 - Seminário Oficina Regional Sul “Por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”. Passo Fundo/RS, março de 2012.



Fonte: Relatório do Seminário Regional Sul, (2012).

No entanto, em entrevista para esta pesquisa, o Técnico B (2014), afirma que várias propostas pontuais que foram levantadas nesse Seminário regional como, por exemplo, em relação à participação da mulher, de jovens e de assistência técnica apropriada para a produção agroecológica não foram contempladas na política, tendo em vista que o Grupo de Trabalho Interministerial acabou por “lapidar” as sugestões:

[...] a essência das propostas que a gente tinha levantado, elas desapareceram, nem foram contempladas na política, várias sim, muitas delas, acho que já é um bom avanço, mas várias coisas mais de ponta, que a gente sente aqui no campo quando está fazendo agroecologia, a gente não conseguiu, ou mudaram, tiveram um formato diferente, e acabou sendo formulado isso né, no retorno teve vários debates das organizações, mas aí a gente já não consegue ter o peso de antes, e aí teve uma mescla né, do que é de fato as demandas das organizações e também o que o governo avalia disso (TÉCNICO B, 2014).

Além do mais, a orientação política das diferentes organizações acabaram por gerar conflitos na formulação de algumas propostas, por um lado, a Articulação Nacional de Agroecologia que reúne diversas ONGs, Redes, movimentos que possuem ações diferenciadas mas um interesse em comum: o fortalecimento da agroecologia, e por outro as instituições governamentais que tentam “lapidar” as diferentes propostas das organizações juntamente com os interesses do Estado. As divergências aparecem expostas em alguns trechos da fala do Técnico entrevistado. Cita-se as diferentes ações dentro das organizações que compõe a ANA:

Entre as organizações, olhando a agroecologia como aquilo que a gente quer lá na frente, não tem muita discordância, mas cada organização tem o seu jeito de fazer isso acontecer. Uns apostam mais que a agroecologia acontece pela formação, pela educação, por meio das universidades [...] Outros defendem que a agroecologia passa pela dinâmica da comercialização, que precisa fortalecer as dinâmicas de comercialização que vai crescendo também o público, os agricultores que vão participando, vão sendo atraídos né [...] Pra muitos a construção da política foi o auge, então tem ações mais no campo político (TÉCNICO B, 2014).

Outro ponto relacionado à política que gera conflito de opiniões entre as organizações populares e o Estado refere-se a uma questão política/epistemológica: o fato de que a Política Nacional foi destinada para agroecologia e produção orgânica. Para as organizações populares isso significa colocar tudo “no mesmo pacote”. As organizações ligadas à ANA defendem que o enfoque agroecológico deve orientar estratégias voltadas para a diversificação produtiva, a busca de

crecentes graus de autonomia técnica e econômica e o reenraizamento dos sistemas produtivos em seus contextos culturais e socioambientais de implantação.

Desta forma a ANA defende:

[...] é preciso debruçar-se sobre os obstáculos existentes à ampliação de escala e efetividade das trajetórias de transição agroecológica, entendidas aqui como processos sociais geradores de conjuntos dinâmicos e inter-relacionados de novidades, não circunscritos aos seus aspectos técnico-produtivos, mas que mobilizam processos mais abrangentes de construção de novas relações com os mercados, de reconexão dos sistemas técnicos com os ecossistemas locais e de promoção de modos de vida sustentáveis (ANA, 2012, p. 7).

Assim, as populações poderiam apropriar-se da maior parte da riqueza gerada pelo seu trabalho. E por mais que exista um nicho de mercado orgânico, a proposta de política defendida pela ANA não se limita a produção sem introdução de agrotóxicos ou fertilizantes, o que de fato já seria um grande avanço, no entanto a prioridade das organizações não é a de transformar a produção agroecológica ou de orgânicos num “agronegócio verde”, ou seja, produzir em grande escala visando exportar o produto para países (da Europa principalmente) onde as melhores condições financeiras podem favorecer a aquisição destes alimentos “limpos”, fazendo desta forma, gerar mais receita para o Brasil.

Sobre os aspectos positivos e negativos, vistos em âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia e pelo CETAP acerca da PNAPO, pode-se mencionar os seguintes apontamentos levantados pelo Técnico B (2014): primeiramente uma avaliação positiva da política, tendo em vista que a partir da institucionalização de algumas das demandas existe uma base para as organizações populares cobrarem a execução destas, inclusive de recursos. A intenção de contemplar na política todas as organizações que trabalham diretamente com a agroecologia também é considerado um ponto positivo pelo técnico entrevistado, por mais que as ações e visões agroecológicas sejam diferenciadas. No entanto, como as diretrizes vão contemplar o campo, a realidade do pequeno agricultor é uma das preocupações em âmbito do CETAP e da Rede Ecovida de Agroecologia:

Quando tu coloca numa diretriz lá algo que tu pode abranger desde o pequeno agricultor aqui, vivendo de agroecologia, fazendo seu processo, como também um produtor de soja orgânica de milhares de hectares [...] eu acho que isso hoje pra nós é um problema. A realidade da agricultura familiar que faz agroecologia, e da produção

orgânica, em larga escala que vem crescendo cada vez mais em nível de Brasil e pra fora, ela é muito diferente (TÉCNICO B, 2014).

O Técnico A (2014) aponta outro grande limitante em relação à PNAPO: garantia dos direitos territoriais

Como avançar numa política de agroecologia com essa estrutura fundiária altamente concentrada que temos hoje no Brasil, ou com as populações tradicionais muito inseguras com relação ao acesso à terra, sempre ameaçadas de perder suas terras. A questão do cumprimento da função social da terra, da garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais, é absolutamente fundamental (TÉCNICO A, 2014).

Outro ponto limitante que o técnico do CETAP vem acompanhando ao longo de sua caminhada é acerca da institucionalização da agroecologia por meio do Estado, tendo em vista que cada governo tem suas prioridades, sendo assim, nem sempre a agroecologia está entre elas. Portanto, as organizações que vivem de recursos e projetos de governo acabam se dissolvendo ou perdendo força. Além disso, segundo o técnico entrevistado, quando o governo trabalha com a agroecologia os recursos destinados para a assistência técnica são reservados principalmente para os órgãos do Estado, assim, para as organizações populares o recurso recebido é mínimo.

Eu acho difícil, acho muito complicado, porque cada governo que entra tem uma avaliação diferente referente a tudo né. A gente viveu isso, saímos de um governo que não apoiava a agroecologia, pra um governo que dizia que apoiava, botou dinheiro, mas não botou pras organizações que historicamente fizeram a agroecologia, que dão base pra toda dinâmica que tem. [...] e a avaliação que a gente tem é que quanto mais tu trazer isso pra responsabilidade do governo, mais frágil a gente vai ficando (TÉCNICO B, 2014).

No entanto, os recursos internacionais para ONGs como o CETAP estão se esgotando cada vez mais, assim aproximadamente 50% do orçamento dessa organização popular depende de projetos do governo estadual e federal. Mas segundo o técnico entrevistado, a cada dez projetos encaminhados um é contemplado, e com escasso recurso para trabalhar com oitenta famílias na “micro região do Alto Uruguai Gaúcho”, por exemplo. Além disso, as prefeituras acabam por auxiliar em algumas frentes, como nas feiras de bairros e cursos de formação, mas com recursos mínimos.

Além disso, segundo o técnico entrevistado, a verba que o agricultor consegue acessando as políticas públicas voltadas para o campo, como por

exemplo, o PRONAF, acaba sendo destinada para as agropecuárias na compra de agrotóxicos e adubos químicos. Desta forma o mesmo afirma que é preciso operacionalizar a política com acompanhamento, orientação, a partir de profissionais com olhar diferenciado, apontando diferentes técnicas de manejo, profissionais que não enxerguem o agricultor como consumidor de um “pacote tecnológico”.

Os limitantes apontados pelos técnicos do CETAP e do CAPA devem-se ao fato de que, conforme Montenegro Gomez (2010), o Estado vem discutindo o desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver, a questão agrária. “A política de desenvolvimento rural, hoje denominada de desenvolvimento territorial rural, invade o campo em prol de gerir a pobreza e expandir a integração dos pequenos agricultores à lógica heterônoma do mercado” (MONTENEGRO GOMEZ, 2010, p. 28).

Cristóvam (2005, apud CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 66) informa que “as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição”. Já Fernandes (2012) afirma que as políticas públicas podem ser classificadas em emancipatórias ou compensatórias. Segundo o autor, as políticas compensatórias são elaboradas de “cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas” já as políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de “baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade” (FERNANDES, 2012, p. 2-3).

Estes dois tipos de políticas, emancipatória e compensatória, demonstram a diferença entre dois modelos de desenvolvimento: o camponês e o do agronegócio. Fernandes (2012) afirma que o debate *paradigmático* contribui para entender estas diferenças: o Paradigma da Questão Agrária compreende que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas “diferenciam, destroem e recriam o campesinato” (FERNANDES, 2012, p. 17). Segundo o autor a relação campesinato-capital é sempre de subalternidade e a resistência à dominação gera disputas territoriais e conflitualidade na busca por maior autonomia dos camponeses. Já o Paradigma do Capitalismo Agrário entende que as desigualdades geradas pelo capitalismo podem ser superadas por meio de políticas públicas “que possibilitem a integração do

campesinato ou do agricultor de base familiar ao agronegócio” (Fernandes, 2006, p.17).

A partir de uma política pública o Estado é capaz de intervir em problemas sociais gerados pelas contradições do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que fomenta o agronegócio, ou seja, cria conflitualidade. Nesse sentido, no Brasil a exclusão do campesinato gerada pela territorialização do capitalismo no campo e pela implementação de políticas que historicamente favoreceram o avanço do agronegócio, (sejam elas voltadas para os latifundiários ou para os pequenos agricultores, na tentativa de inseri-los na lógica do comércio internacional e, conseqüentemente, gerando o endividamento destes, barrando sua reprodução social e diminuindo sua relativa autonomia), acabou por gerar resistências a este modelo: as diversas organizações populares que fazem agroecologia apontadas nesta pesquisa, as quais promovem o debate acerca das políticas públicas em suas pautas, que vem historicamente fazendo a crítica às políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, gerador de exclusão social e, além disso, também estão fazendo se representar na esfera estatal em busca de mudanças estruturais no campo.

Desta forma, a participação na construção e a própria elaboração da PNAPO foi, portanto, uma conquista destas organizações, mas possui limitantes pelo fato de que a mediação das propostas foi realizada pelo Estado, o qual é favorável aos interesses das corporações do agronegócio e do capital financeiro na expectativa de ampliar os ganhos por meio da exportação dos produtos.

O fato de a PNAPO ainda ser uma política pública recente, não nos permite avaliá-la como emancipatória, capaz de gerar autonomia relativa aos agricultores, ou compensatória, a qual possui o objetivo de integrar estes sujeitos ao capitalismo, por meio das premissas do agronegócio. No entanto, a partir dos limites anteriormente apontados nesta pesquisa pelas organizações populares que participaram do processo de elaboração, já podemos levantar algumas “pistas”.

Ao analisarmos o documento já citado anteriormente, *Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção*, elaborado pela Articulação Nacional de Agroecologia, observamos que há preocupação com a essência do modelo de desenvolvimento hegemônico e

consciência de que a PNAPO, uma política pública, não é a solução para este problema estrutural: as relações capitalistas que geram desigualdades sociais.

[...] ao elaborarmos propostas para uma política de agroecologia, em um contexto de hegemonia do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, não podemos perder de vista que essas propostas devem ser coerentes com nosso objetivo de mudança desse modelo. É preciso que tenhamos uma visão estratégica de como estas propostas podem contribuir na acumulação de forças, na construção de outro modelo de desenvolvimento, ainda que este só possa ser alcançado em outro contexto sócio-político (ANA, 2012, p. 7-8).

Nesse sentido, a partir das premissas apontadas pela ANA neste documento, a agroecologia só se faz respeitando as diversidades e territorialidades específicas dos diferentes locais. Assim, uma política que aponta soluções generalizadas não é compatível com o enfoque agroecológico. Além disso, segundo o documento, a política deve orientar estratégias voltadas para a diversificação produtiva, a busca de crescentes graus de autonomia técnica e econômica e o reenraizamento dos sistemas produtivos em seus contextos culturais e socioambientais de implantação.

4 OS PROJETOS PARALELOS QUE PROMOVEM A AGROECOLOGIA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM: O PAPEL DO CAPA E DO CETAP.

Devido ao caráter contraditório do Estado ao implementar uma política de agroecologia, permeada na lógica do modo de produção capitalista é que algumas organizações populares acabam por realizar ações diretas, as quais não dependem do aporte institucional do Estado, conforme foram brevemente apresentadas no primeiro capítulo desta pesquisa.

Para entendermos estas ações diretas, realizadas pelas organizações estudadas, como o CAPA e o CETAP, é necessário conhecer o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o qual é um instrumento de operacionalização da PNAPO.

A PNAPO institucionaliza o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), elaborado pela CIAPO, conforme o inciso I do Art. 9º do Decreto 7.794/2012 e cria instrumentos de ação do Estado que devem ser implementados pelos diferentes órgãos e entidades que participam da gestão da política de agroecologia. Desta forma, o Plano

[...] busca implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais, constituindo-se em instrumento de operacionalização da Pnapo e de monitoramento, avaliação e controle social das ações ali organizadas (PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, 2013, p.11).

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica está organizado a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Produção; 2) Uso e Conservação de Recursos Naturais; 3) Conhecimento; e 4) Comercialização e Consumo.

O eixo de *Produção* possui dois objetivos específicos:

[...] ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micros e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana [...] e [...] reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica. (PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, 2013, p. 51-58).

Estas questões relacionadas com a produção estão diretamente concatenadas com projetos de financiamento e linhas de crédito específicas (como por exemplo, agroecologia, orgânicos, mulheres, jovens, etc.), tendo em vista, que o que há disponível na esfera governamental atualmente são projetos desenvolvidos em âmbito da agricultura calcada nos moldes de produção que resultou da Revolução Verde. Nesse sentido o Plano apresenta algumas metas no intuito de adequar mecanismos para atender a produção orgânica e de base agroecológica.

Já o objetivo do eixo *Uso e Conservação de Recursos Naturais* é “Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral” (PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, 2013, p. 65). Assim, as estratégias envolvidas em torno deste objetivo tratam, entre outras, de questões voltadas para produção de sementes e mudas orgânicas e de base agroecológica, tendo em vista que no Brasil o ramo das sementes é dominado por algumas multinacionais, além de abordar diversas questões que envolvem comunidades tradicionais e reservas legais, como por exemplo, segurança alimentar, tecnologias de uso e manejo sustentáveis, universalização do acesso à água, adequações em legislações, entre outros.

O eixo *Conhecimento* tem como objetivos

Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão e [...] estimular a autonomia, visando à emancipação da juventude rural, na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo. (PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, 2013, p. 65-71).

As estratégias que permeiam este eixo irão apontar metas de universalização de assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico, além da promoção da formação inicial e continuada e qualificação profissional com enfoque agroecológico e de sistemas orgânicos de produção, para técnicos de ATER, educadores, agricultores, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, jovens, mulheres, entre outros.

O quarto eixo *Comercialização e Consumo* possui como objetivo “fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos

circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais” (PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, 2013, p. 73). Desta forma, as estratégias em torno do objetivo visam realizar ações permanentes de divulgação e consumo de orgânicos e de base agroecológica, além de promover melhorias na infraestrutura dos espaços de comercialização e o apoio a festas e feiras das culturas locais. Outra importante meta destacada no PLANAPO refere-se ao estímulo das compras governamentais diretamente dos agricultores em conversão para a produção orgânica e transição agroecológica.

Ao analisar o PLANAPO observa-se que o mesmo apresenta muitos objetivos, de certa forma “generalistas” tendo em vista as especificidades de cada localidade que trabalha com agroecologia. O questionamento que fica a partir da leitura do Plano é: até que ponto ele não será apenas uma carta de intenções? Cabe destacar, no entanto, que independente das especificidades do “fazer agroecológico”, a política poderá qualificar, na opinião do Técnico A, a merenda escolar com produtos orgânicos e oferecerá suporte para qualificar técnicos nos princípios da agroecologia e a partir desta qualificação muitos projetos positivos poderão surgir.

A partir das informações levantadas no capítulo II desta pesquisa, tendo como base as entrevistas realizadas com o Técnico B e do documento estudado formulado pela ANA, percebe-se grande preocupação em relação ao futuro da agroecologia, como exemplo, cita-se a visão da ANA em relação ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, anteriormente apresentado:

[...] é formado por muitas iniciativas desconectadas entre si, sem nenhuma coerência com as elaborações acumuladas pela sociedade civil, além de ter abrangência e orçamento extremamente restritos. Assim elaboradas, essas orientações da política pública constituem em si uma demonstração dos limites que a hegemonia dos interesses do setor do agronegócio impõem à elaboração e implantação de políticas estruturantes para o desenvolvimento rural fundamentadas na agroecologia e também revela a fragilidade e fragmentação dos setores governamentais que tem procurado pautar a agroecologia “para dentro” do governo (ANA, 2012, p. 4).

O investimento destinado à Produção Orgânica e Agroecológica será de R\$ 8,8 bilhões até o ano de 2015, no entanto este valor ainda é muito tímido comparado

ao destinado para o setor do agronegócio. Segundo o Técnico A, entrevistado nesta pesquisa, o financiamento tem sido uma das grandes dificuldades para a produção agroecológica e familiar:

Um dos principais desafios do Plano é que ele prevê o financiamento para a transição agroecológica, mas sabemos que toda a lógica de funcionamento dos financiamentos é para atrelar a agricultura familiar aos complexos agroindustriais. A proposta de financiamento foi construída assim e vem permanecendo dessa forma, induzindo o agricultor a comprar a semente híbrida ou transgênica, o adubo químico e o agrotóxico. É preciso reverter essa lógica para que o financiamento seja capaz de estruturar as unidades produtivas dos agricultores, capaz de financiar o uso da semente crioula, os insumos para a agricultura orgânica e não os adubos químicos, de pensar um sistema diversificado. É preciso que haja mudanças importantes na política de financiamento para que possa incorporar o enfoque agroecológico (TÉCNICO A, 2014).

Além de orçamento restrito, as organizações populares se questionam sobre o real reconhecimento que elas terão perante a política. Cita-se a opinião do Técnico que atua no CETAP sobre o as ações governamentais no fomento à agroecologia, por dentro das ONGs:

Pra não dizer zero, é muito pouco. [...]Hoje a gente tá em risco que as organizações, as ONGs passam a ir desaparecendo. Hoje pra tu ter uma ideia no estado do Rio Grande do Sul, o governo não faz nenhum convênio, a não ser com a Emater. Ele só paga técnico pra Emater, pras ONGs nunca, nenhum (TÉCNICO B, 2013).

Sobre o assunto, o Técnico que atua no CAPA, posiciona-se:

Hoje ainda é muito tímido. E ainda é quase que como uma esmola que as ações governamentais passam para a agroecologia, por mobilizações que lutam na agroecologia, seja elas, hoje capitaneadas, fortalecidas por mobilizações ambientais, não necessariamente voltadas para as agriculturas. Mas ainda é uma parcela muito pequena, é um grupo muito pequeno dentro dos governos que conseguem ter essa visão. De desenvolvimento que passa pela agroecologia (TÉCNICO A, 2013).

Portanto, o ambiente de insegurança em relação ao futuro da agroecologia por meio da PNAPO ou mesmo por dentro de outros projetos e ações do governo, faz com que as organizações populares estudadas nesta pesquisa: CAPA e CETAP, além da própria Rede Ecovida de Agroecologia que envolve diversas outras organizações, se organizem realizando projetos paralelos que levam em conta princípios de horizontalidade, apoio mútuo, solidariedade e auto-organização, na busca por alternativas que vão contra o modelo hegemônico de desenvolvimento, de

forma que os envolvidos nestes projetos paralelos, não estejam completamente submetidos às normas e imposições de cultivo do mercado capitalista.

Na microrregião de Erechim, o CAPA e o CETAP vem acompanhando experiências agroecológicas em alguns municípios. As experiências vinculadas ao CETAP concentram-se principalmente nos municípios de Três Arroios, Itatiba do Sul, Erechim e Aratiba. Esta pequena abrangência se deve a falta de recursos, a qual inviabiliza o trabalho em função da falta de pessoal, como técnicos, para fazer o acompanhamento.

As experiências podem ser observadas no *anexo F*. O Técnico B entrevistado nesta pesquisa, afirma que os projetos nestes municípios vem se fortalecendo nos últimos anos. “Entre as baixas e os ganhos, a gente conseguiu sair com mais ganhos do que baixas nesse último período” (TÉCNICO B, 2014). A maioria das famílias estão associadas à *ECOTERRA Associação Regional de Cooperação e Agroecologia*, a qual foi criada em 2001 e reúne grupos ecologistas da região. Além disso, estas famílias possuem certificação de produto agroecológico por meio da Rede Ecovida de Agroecologia. Ao verificar os principais gargalos e insucesso de iniciativas observa-se a demanda que estes grupos possuem por políticas públicas específicas para a agroecologia, no que se refere principalmente à assistência técnica especializada e crédito. A maioria das famílias que o CETAP atende trabalha com a multiplicação de sementes crioulas, frutas nativas, doces e conservas orgânicas, entre outros.

Já as experiências vinculadas ao CAPA situam-se nos municípios de Erechim, Severiano de Almeida, Paulo Bento, Centenário, Barra do Rio Azul, Estação e Erval Grande conforme pode-se observar no *anexo G*. Os grupos trabalham principalmente com hortaliças, ervas medicinais, cana-de-açúcar, frutas orgânicas, com destaque para o citrus e abacaxi. Entre estas famílias nem todas possuem certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia, devido ao fato de ainda estarem em fase de transição, portanto se constituem como grupos informais. Os principais problemas encontrados nas experiências apoiadas pelo CAPA, ocorrem devido ao difícil acesso à mudas e sementes agroecológicas, adubação verde, pouca mão de obra familiar, necessidade de buscar mercado fora da região quando

a produção é excedente e também a pouca instrução que os agricultores possuem em relação a legislação sanitária.

A Rede Ecovida de Agroecologia é responsável, em grande medida, por articular estes grupos, além de articular eles com as organizações populares que trabalham com a agroecologia. Este vínculo acaba gerando maior visibilidade e força para os agricultores e para as organizações. Além de incentivar os agricultores a organizarem a produção, a Rede Ecovida, ao certificar a produção agroecológica de forma participativa, se torna uma excelente resistência aos moldes de certificação por auditoria, que acaba por ser inviável para os produtores que o CAPA e o CETAP atendem, tendo em vista que estes não possuem condições financeiras para pagar por um serviço das grandes certificadoras orgânicas e sua produção é em pequena escala, desta forma, o selo de produto agroecológico, permite que estes grupos comercializem seus produtos, como por exemplo nas feiras de orgânicos.

Atualmente o CETAP vem trabalhando também com a valorização de frutas nativas dentro de um projeto chamado “Sistemas Agroflorestais”. Este projeto compreende o cultivo agrícola associado a espécies nativas e possui o objetivo principal de reflorestar áreas desmatadas. Uma das ações do projeto foi a elaboração de material gráfico com informações sobre espécies nativas do Rio Grande do Sul, este material consiste num envelope que contém alguns cartões informativos sobre frutas com sugestões de receitas (ver figura 12). O material foi criado em parceria com o Encontro de Sabores, o qual é um empreendimento da economia solidária e possui o apoio do BNDES, Brookfield e da Rede Ecovida de Agroecologia.

Desde 1998 o CETAP vem trabalhando na perspectiva da promoção de feiras ecológicas na região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Atualmente, existem cinco feiras de produtos agroecológicos com acompanhamento e assessoria do CETAP, envolvendo aproximadamente 90 famílias agroecologistas. Estas situam-se nas cidades de Erechim, Passo Fundo, Sananduva e Vacaria. Estes espaços comercializam um número aproximado de 150 diferentes produtos entre hortaliças, conservas, frutas nativas e derivados. Segundo informações retiradas do folder “Feiras Ecológicas: alimentando a cidadania”, elaborado pelo CETAP, “estas iniciativas são um avanço concreto e alternativo ao atual sistema agroalimentar, pois

contribuem de forma efetiva para mudanças nas relações de produção e consumo de alimentos, através da comercialização direta e solidária, oferecem produtos ecológicos, colaboram para a troca de conhecimentos, experiências e integração entre o universo rural e urbano”. Em Erechim, a Feira do bairro São Cristovão reúne agricultores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, os quais são assessorados pelo CAPA e pelo CETAP (figura13).

Outro fato importante relacionado à promoção da agroecologia no Alto Uruguai Gaúcho refere-se à criação do Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai (NAAU), criado em 2012 durante o I Seminário de Agroecologia do Alto Uruguai “Agroecologia em sua vida”. Este seminário foi promovido por diversas organizações populares, entre elas o CETAP, o CAPA e a Rede Ecovida de Agroecologia, em parceria com instituições como a UFFS, URI, EMATER/RS, entre outros. O seminário vem acontecendo uma vez por ano, reunindo os participantes do Núcleo e realizando diversas atividades como, por exemplo: palestras, oficinas temáticas, exposições, trocas de experiências. No ano de 2013, o evento teve como tema “O futuro da agricultura e o papel da agroecologia” (figura14).

Figura 12 – Cartão informativo sobre a fruta butiá, com sugestão de receita.

BUTIÁ

BUTIA CAPITATA

Características:
os frutos pequenos, globosos e amarelos, amadurecem no verão e são consumidos ao natural ou sua polpa, fortemente aromática, é usada na produção de licor e vinho. A polpa do butiá apresenta teor de vitamina C bem elevada. Da semente, pode ser extraído um tipo de azeite comestível.

Produtos:
Polpa, sorvete, picolé, doce cremoso, geleia, doce em calda (compota), pastéis, mousse e licor.

PASTEL DE BUTIÁ

Ingredientes:
200 g de frango
30 butiás inteiros ou 300g de polpa
1 xícara de açúcar (chá)
1 xícara de água
60 massas pequenas para pastel

Preparo:
Cozinhar o frango com um pouco de sal e desfiar. em uma panela coloque manjericão, cebola picada, temperos verdes sal em fogo refogue. Depois acrescente o frango e reserve.
Em outra panela coloque o açúcar e a água deixe ferver quando estiver engrossando acrescente os butiás e deixe ferver por uns 5 minutos ou quando estiver desgrudando do fundo da panela.

Realização:
CETAP
Encontro Sabores

Apoio:
BND, Brookfield, Rede de Agroecologia Ecovida

Fonte: CETAP, 2014.

Figura 13 – Feira do Bairro São Cristóvão, Erechim/RS.



Fonte: CAPA, 2014.

Figura 14 – II Seminário de Agroecologia do Alto Uruguai



Fonte: CAPA, 2014.

O NAAU também vem realizando anualmente no município de Erechim o Jantar Agroecológico e a Mostra da Biodiversidade da Agricultura Familiar. Este jantar no ano de 2014 marcou a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos (ver figura 15). Os pratos servidos no jantar foram preparados à base de produtos orgânicos e nativos. Segundo Paulo Trierveiler, gerente adjunto do Escritório

Regional da Emater-RS, o jantar possui o objetivo de divulgar e incentivar o consumo de produtos orgânicos e também valorizar a agricultura familiar.

Figura 15 – Fotos do Jantar Agroecológico promovido pelo NAAU em 2014.



Fonte: Fotos de Terezinha Mariza Vilk/Emater/RS-Ascar.

O CAPA desenvolve também diversos projetos em escolas da microrregião de Erechim, entre as ações desenvolvidas cita-se a distribuição de mudas de árvores nativas, palestras sobre agroecologia e alimentação orgânica, visitas com os estudantes às famílias que praticam agroecologia e “Feirinhas das Sementes” nas escolas (ver figura 16). Segundo o Técnico A entrevistado, o trabalho realizado nas escolas visa à sensibilização e ações práticas com o cuidado do planeta e irradiação da proposta agroecológica, neste sentido o CAPA tem priorizado algumas palestras e oficinas na Semana Municipal do Meio Ambiente e a Semana Nacional do Alimento Orgânico. Além desse trabalho nas escolas, a organização realiza atividades no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS I, II e III) do município de Erechim semanalmente, através de palestras, oficinas e cursos sobre produção de alimentos saudáveis e orgânicos, reaproveitamento de alimentos, utilização de plantas medicinais como geração de renda, associativismo, comércio justo e solidário.

Figura 16 – Ferinha das Sementes em escola do município de Getúlio Vargas.



Fonte: CAPA, 2014.

O CAPA realiza também diversos cursos de formação, como por exemplo, Curso de Cultivo Protegido em Estufas e de Citricultura Agroecológica. O primeiro curso apresenta as culturas que mais precisam de proteção, plásticos recomendados, controle do calor, controle da umidade, dos ventos, manutenção, uso de adubos orgânicos, biofertilizantes, pó de rochas, entre outros. No segundo curso, de Citricultura Agroecológica, os temas trabalhados tratam de implantação do pomar, adubação em citrus, controle de pragas e doenças, manejo da poda e aplicação de adubo biológico (ver figura 17).

Figura 17 – Aplicação de Adubo Biológico em Citrus.



Fonte: CAPA, 2014.

Outro projeto que o CAPA vem desenvolvendo em parceria com a Paróquia Evangélica de Erechim, Fundação Luterana Diaconia (FLD) e o Grupo Alecrim Dourado chama-se “Projeto Girassol - Saúde e Ecologia”, o qual atua em três frentes: abelhas nativas sem ferrão, farmácias caseiras e quintais orgânicos em três comunidades situadas nos municípios de Cruzaltense/RS, Aratiba/RS e Paulo Bento/RS. Segundo o CAPA este projeto visa integrar ações que resgatem a harmonia entre as pessoas e a natureza, buscando a preservação ecológica e a valorização dos processos naturais de cuidado com a saúde.

Os projetos anteriormente mencionados levados em frente pelo CAPA e pelo CETAP são muito significativos para alcançar um objetivo que as instituições tem em comum: promover a agroecologia, de forma a subverter as leis impostas pelo modelo de agricultura calcada no agronegócio. As duas entidades, trabalhando de forma individual ou então articuladas, possuem o intuito de fortalecer a territorialidade em rede que se forma por meio da Rede Ecovida de Agroecologia. Esta rede acaba mantendo os agricultores organizados, de forma a trocarem experiências constantemente, mostrando-se resistentes ao modelo do “agronegócio verde”, o qual visa a exportação de orgânicos.

Através destes projetos é que o CAPA e o CETAP encontram uma alternativa de combater os problemas que atingem o campo advindos do desenvolvimento capitalista: a marginalização do campesinato e o conseqüente êxodo rural. Nesse sentido, os projetos vêm se mostrando importantes para o aumento da autonomia relativa destes agricultores, ao menos no que se refere à autonomia alimentar e econômica, já que melhoram as condições de produção e venda. No entanto, as duas organizações passam por dificuldades, principalmente para manter as atividades de acompanhamento técnico, devido a falta de recursos financeiros. O incentivo público ainda é escasso e a PNAPO, segundo as organizações, por ser muito recente e possuir algumas falhas já observadas na letra da lei, comentadas no capítulo anterior, não aponta grande processo de desenvolvimento para a agroecologia, no que se refere à continuidade da histórica caminhada que o CAPA e o CETAP vem desenvolvendo com os agricultores na microrregião de Erechim. E esse é um questionamento que fica da presente pesquisa: a PNAPO irá se caracterizar como uma política emancipadora para estas organizações populares e para as famílias que elas atendem?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, conclui-se que o desenvolvimento contraditório do capitalismo gera conflitos, devido às relações de poder que se estabelecem no território: de um lado, a territorialização do capital por meio do agronegócio busca subordinar o campesinato, o recriando a partir de sua lógica. Desta forma, temos um quadro situacional de intenso processo de endividamento, intensa artificialização da produção dos agroecossistemas (principalmente pela implantação do trinômio soja, milho e trigo) resultando na perda da diversidade produtiva, reduzindo significativamente a autonomia relativa desses sujeitos face o mercado, além da perda da característica de produtor de alimentos básicos, devido a integração vertical dos agricultores aos denominados complexos industriais, os quais acabam desarticulando as economias locais devido a prioridade estendida ao modelo de desenvolvimento da agricultura moderna, o que acaba por gerar um quadro significativo de êxodo rural.

Por outro lado, o campesinato se recria rompendo com a lógica do capital. Assim, este modelo socialmente excludente acaba por fazer emergir atores que fundamentam a crítica a estes padrões que caracterizam a agricultura e o desenvolvimento rural no Brasil. Entre eles surgem os principais atores da nossa pesquisa, CAPA e CETAP, como força de resistência, lutando por autonomia política e econômica, além de promover o enfrentamento político com o agronegócio, a partir da reivindicação por políticas públicas que visam a consolidação dos territórios camponeses. Assim, conforme Fernandes (2006) são dois modelos que estão presentes num mesmo espaço disputando território, gerando conflitualidade e promovendo desenvolvimentos.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é resultado de um longo debate, que vem ocorrendo há décadas, acerca das políticas públicas para o campo, principalmente dentro das ONGs, sindicatos e movimentos sociais rurais. Portanto a participação na construção da política caracteriza-se como uma conquista dessas organizações populares.

Cabe destacar, no entanto, que a elaboração e implementação da PNAPO não acaba com os problemas estruturais gerados pelo modo de produção capitalista. A partir do modelo econômico vigente e da “naturalização dos problemas estruturais”, qualquer política pública é uma tentativa de integrar o camponês ao

capitalismo, minimizam-se os problemas, mas a *monopolização do território pelo capital* acaba por barrar a capacidade de autonomia relativa do campesinato.

Por este motivo é que as organizações populares estudadas, CAPA e CETAP, visam um desenvolvimento alternativo a este modelo excludente. Desta forma, as organizações apoiam e realizam diversos projetos paralelos às ações do Estado, mesmo com escassos recursos e quadro de técnicos restrito, desde a década de 1980 numa luta incessante por uma outra agricultura, baseada nos princípios agroecológicos, na qual os agricultores podem manter-se organizados mostrando resistência às imposições do capital.

6 REFERÊNCIAS

A PRÁTICA AGROECOLÓGICA NO CAPA. Porto Alegre: Capa, 2005.

ALMEIDA, Jalcione de. **A construção social de uma nova agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ALIER, Juan M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: Contexto, 2007.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor. **La Revolución Agroecológica en Latinoamérica.** In: Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em 09/06/2014.

_____. **Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 09/06/2014.

CADERNO DE FORMAÇÃO: CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE PRODUTOS ECOLÓGICOS. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v.6, p. 63-74, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EDUARDO, Márcio F.; GABOARDI, Shaiane C. **Notas sobre o processo de modernização da agricultura na microrregião de Erechim (Brasil) e a ação dos movimentos populares no fomento à agroecologia.** In.: Encontro de Geógrafos de América Latina. Lima/Peru, 2013.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano ;LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária.** In: IV Encontro Nacional de Pós-

graduação em Geografia - A geografia no século XXI, 2002, São Paulo. CD do IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia. São Paulo : Anpege, 2002. v. HP.

FERNANDES, B.M. Reforma agrária e educação do campo no governo Lula. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n.14, p. 1-23, ago., 2012.

GABOARDI, Shaiane Carla; EDUARDO, Márcio Freitas. **Ecologismo Popular e Campesinato: leituras a partir da Via Campesina, Fetrat-Sul e CAPA**. In.: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém/PA: Açai, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): Unicamp/IE, 1996. GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta do Grito da Terra Brasil 2003. Brasília (DF): CUT, CONTAG, 2003.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Contribuições Do Diálogo De Saberes À Educação Profissional Em Agroecologia No MST: Desafios Da Educação Do Campo Na Construção Do Projeto Popular**. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Irizelda Martins de Souza e Silva. Maringá, 2010.

IDE, Hans-Ullrich. **A gente pega junto**: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**. São Paulo, ano 1, n.1, p.26-38, 1986.

LISBOA, M. V. Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, edição especial, p. 129-137, 2009.

O'CONNOR, James. **Es posible el capitalismo sostenible?**. Clacso. Bueno Aires. Marzo, 2002.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar**: lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim/RS: EdIFAPES, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Ed. Rercord: Rio de Janeiro, 2004.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista**. Terra Livre, São Paulo, ano 1, n.1, p.26-38, 1986.

_____, Ariovaldo U. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S.G. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)**. Rio de Janeiro (RJ), 2006.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**. Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011, p.290-322. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em 20 de jun. 2014.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA. **Relatório de Mobilização e Participação Social na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO**, maio, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n.1, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, E; OTTMANN, G; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Los marcos conceptuales de la Agroecología**. Agroecologia: Conceitos e Experiências (Figueiredo MAB, Lima JRT, orgs.). Recife: Bagaço, 2006, p. 101-156.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**. Fev/2012.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org). Campesinato e Territórios em disputa. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular/ UNESP, 2008.

TOLEDO, V. M. La agroecologia em Latinoamerica: três revoluciones, una misma transformacion. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

WANDERLEY, M.N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, edição especial, p. 33-45, 2009.

WOJAHN Ellemar; MARTINEZ Ernesto. **A Cultura da cooperação na agricultura familiar**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, edição especial, p. 17-31, 2009.

SITES CONSULTADOS

CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS AGRICULTORES. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/>>. Acesso em 14. dez 2013.

CENTRO EDUCAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS. Disponível em: <<http://cetap.org.br/>>. Acesso em 14 dez. 2013.

ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://escolalatinoamericanadeagroecologia.blogspot.com.br/>>. Acesso em 15 jun. 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Feedados. In: <<http://www.fee.tche.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

JORNAL BOA VISTA. Disponível em: <<http://www.jornalboavista.com.br/site/noticia/29056/-jantar-agroecologico-marca-semana-nacional-dos-alimentos-organicos-em-erechim>>. Acesso em 15 jun. 2014.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em 14 dez. 2013.

SECULO DIÁRIO. <<http://seculodiario.com.br/17625/10/secretario-de-agricultura-familiar-do-mda-confirma-investimentos-do-plano-brasil-agroecologico-1>>. Acesso em 15 jun. 2014.

7 ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO ENTREVISTA REALIZADA COM O CAPA

Nome da entidade entrevistada: CAPA- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Nome dos entrevistados: Técnico A

Nome do entrevistador: Shaiane Carla Gaboardi

Data: 26/08/2011.

Roteiro:

1- Como e em que contexto histórico surgiu a organização?

Técnico A: A partir da Revolução Verde com problemas mais intensos na década de 70, o CAPA foi criado em 1978 e passou a funcionar em 1979. Eu destacaria a questão da migração, do êxodo rural e os agrotóxicos.

2- A organização surgiu com quais objetivos principais?

Técnico A: Ser uma alternativa para os agricultores familiares, na produção de alimentos limpos (sem agrotóxicos), a permanência no campo e na época não se via assim, mas visualizar um novo modelo de desenvolvimento, onde os agricultores estariam mais organizados, que tivessem suas cooperativas, não se tinha isso muito forte, mas já tinha esse viés, porque os primeiros trabalhos foram em sistemas de mutirões que o CAPA organizava nas comunidades: principalmente produção de sementes, recuperação de solos e recuperação das nascentes. Ele é da IELB, um setor de trabalho da Igreja e na época (1979) sua área de atuação era quase todo o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede em Santa Rosa (RS) então se andava muito com equipes pequenas de três ou quatro pessoas. O principal objetivo era essa parte da conservação do solo, trabalhavam as curvas de nível, com a juventude e com os agricultores, na verdade o trabalho sempre foi com as famílias. A partir daí sempre se intensificou o trabalho com as mulheres, com os jovens e com os homens também, atingindo toda a família.

3- O CAPA tem atuação em outros estados?

Técnico A: Tem, primeiro Rio Grande do Sul, temos três núcleos Santa Cruz, Pelotas e Erechim, que abrange a parte norte e noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina e a partir de 1997 foi criados os núcleos de Verê e Marechal Cândido Rondon no Paraná. Então tem uma atuação nos três estados do Sul.

4- Quais foram as principais frentes de luta da organização no período de seu surgimento?

Técnico A: No início era oferecer alternativas em relação aos agrotóxicos, na redução do uso, na recuperação do solo a partir da adubação verde, do uso do esterco. A gente trabalhou muito com o coletor solar e com o biodigestor. Na época, tinham propriedades que a gente chamava de Modelo e depois nós passamos a chamar de propriedades Referência, reorganizava-se a propriedade de produção familiar, na época tinham muitos galpões, aí você reorganizava ela e em cima desse galpão tinha o coletor solar e o biodigestor.

5- Como era a aceitação dos agricultores na época?

Técnico A: A aceitação era boa, o que na época faltava era recursos, o que hoje pra agricultura familiar você tem, não o ideal, mas o que eu sempre digo que falta é que isso seja assumido pelo poder público, que daí ele pode de fato ter o impacto que a gente imagina, com mais pessoas trabalhando e a mídia divulgando. Os primeiros dez anos foi de muita denúncia dos usos de agrotóxicos. Nós tivemos um programa de rádio chamado "Nova Paisagem" em Santa Rosa, todos os domingos, então era gravado em fitas cassete e era mandando pras rádios. Aqui na

região Aratiba (RS) era uma que recebia, mas tinha várias, acho que mais de vinte rádios. Eram quatro programinhas um pra cada semana, e que era feito essa parte da denúncia e também de busca de alternativas. A gente tinha também muita preocupação com o mercado, incentivo dos agricultores a produzir de maneira ecológica naquele período a gente tinha muito receio de como os agricultores iriam se organizar pra vender esses produtos e hoje passado esse período, hoje nós temos falta de produto o mercado não é mais preocupação, mas naquele período a gente tinha muita preocupação de como eles iam se organizar pra comercializar estes produtos que a princípio seria mais em feiras. Mas se tivesse excedente o que fazer? Frutas e verduras é uma realidade, e grãos? Porque naquela região de Santa Rosa, a soja tinha tomado conta e você tem que fazer todo esse processo, sem contar também a questão das integradoras que na época o pessoal não podia ir nas reuniões, tinha esse problema que a gente tem hoje também muito mais forte, porque tu tem que ter uma pessoa ou duas preocupada pra “tocar” os aviários, os chiqueiros a propriedade em si.

- 6- Além da Rádio em Santa Rosa, vocês tinham outros projetos de mobilização?

Técnico A: Sim, a IELB tinha em 1982 a questão “Terra de Deus, Terra de Todos” ou seja, a luta pela reforma agrária. Então isso foi muito trabalhado dentro da Igreja e dos movimentos, pois o CAPA, por ser criado pela Igreja Luterana nunca foi direcionado só para luteranos. A gente sempre teve um viés ecumênico, trabalhando junto com os sindicatos rurais, com as pastorais, o próprio Movimento dos Atingidos por Barragens. Então sempre estivemos envolvidos com os movimentos nessa luta. A reforma foi muito trabalhada pela Pastoral Luterana, essa questão da terra sempre estava presente também.

- 7- Então o foco do CAPA não se limitou a orientação e organização produtiva das unidades familiares, teve também esse debate político desde sua origem sobre a reforma agrária?

Técnico A: Sim, porque esses agricultores quando a gente fala na questão do êxodo, da migração, eles estavam perdendo a terra pros bancos, pela questão do financiamento. Assim estavam indo pra cidade uns pela questão da terra, outros porque já haviam destruído o solo e aí a Igreja teve a preocupação de se posicionar e de fazer alguma coisa então surgiu o CAPA e vários grupos batalhavam, se envolviam nas lutas, nas passeatas, mobilizações.. Até numa avaliação que a gente fez com o Domingos (?) ele disse “Olha, o CAPA não pode perder o foco, porque o CAPA não é um movimento, o CAPA é o” (11:58) então a gente reavaliou todas as nossas participações e foi diminuído um pouco, pois qual é o papel do capa? A missão? E durante todo esses anos ela foi mudando um pouco, ela foi se moldando de acordo com o período e hoje a missão se pauta nesse novo modelo, na organização dos agricultores, na rede Ecovida, interferindo em diferentes espaços.

- 8- O CAPA se inspirou em alguma outra instituição, no seu contexto de origem, nacional ou internacional?

Técnico A: na verdade, como os recursos eram da Alemanha, quem fundou o CAPA foi uma pessoa que fez estágio na Alemanha, foi pra lá e quando voltou propôs isso pra Igreja, então o espelho foi lá. Essa preocupação com o ambiente, aqui estava no auge da Revolução Verde, então não existiam grandes instituições, o CETAP foi criado em 1985 o Centro Ecológico na década de 80 também, então o CAPA vem um pouquinho antes com a preocupação do uso dos venenos e da migração. Então ele vem com o que ele viu lá em termos de agricultura orgânica e pede pra Igreja criar um serviço que acompanhasse esse processo. No início nós éramos chamados de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor e depois em 1980 se tornou Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e se fosse ver hoje o termo pequeno agricultor já não se usa mais, agora é agricultor familiar. São diferentes modelos, terminologias, mas a gente não pode ficar sempre mudando.

- 9- Qual é o público alvo da entidade?

Técnico A: o nosso público alvo seria, durante todos esses anos, os agricultores familiares, mas a partir de 1997, o Capa Erechim passou a trabalhar com a população indígena, temos em parceria com o COMIM, uma extensão do CAPA na Reserva Indígena de Guarita, nós temos um zootecnista com mestrado em ecossistemas que está lá na área indígena e ele trabalha naquela região. Em Pelotas também abrange a área indígena, além dos quilombolas e pescadores artesanais. Santa Cruz também tem um trabalho com os indígenas Guaranis. Mas assim, não é

público prioritário, mas a gente tem trabalhos em parceria. Aqui na região, em diferentes momentos, a gente acompanhou, até fez algumas acessórias na área indígena, mas assim, como o público não é nosso alvo, prioritário são experiências-piloto. Em Pelotas o trabalho com os quilombolas já se inseriu e é muito forte a partir dos territórios.

- 10- Quando em particular surge a pauta de debate e a preocupação de discussões ambientais na entidade?

Técnico A: a questão ambiental existe desde o início, mas transversal, ela permeava. Quando se tinha a preocupação com a conservação dos solos, das nascentes da água, ele estava permeados, só que são em diferentes momentos. Primeiro foi a questão da produção e com a organização dos agricultores em grupos, associações, mais recentemente em cooperativas. Esse viés sempre existiu, só que nós não somos certificados, identificados com a “educação ambiental” ela é de assessoria ecológica, temos como referência a organização dos agricultores pra eles serem protagonistas do processo, que eles não sejam sempre dependentes do capa, que eles tenham essa autonomia e que participem dos diferentes espaços públicos, dos conselhos, das próprias cooperativas, organizações. O nosso objetivo é que eles sejam protagonistas independentes, que o CAPA de fato seja assessoria e que a gente vá espaçando isso. A educação ambiental é um tema que faz parte, mas ele não é o eixo principal.

- 11- Hoje a entidade continua discutindo questões referentes ao meio ambiente? Que frentes de ação são contempladas pela organização na atualidade?

Técnico A: a gente sempre trabalhou com escolas do meio rural, mas desde 2005 a gente intensificou com uma assessoria mais pontual em algumas escolas do meio rural e a partir de 2009 numa escola urbana, pensando nessa nova questão da educação ambiental. Mas sempre foram feitas palestras nas semanas do meio-ambiente, com o foco num outro modelo de desenvolvimento, então a educação ambiental está dentro, sobre a questão dos solos, água, sementes. A gente tem um trabalho com o Movimento das Mulheres Camponesas em Santa Catarina sobre a recuperação e melhoramento das sementes de hortaliças, um trabalho já de muitos anos e essa parte de educação ambiental nas escolas ela passa também por uma reeducação ambiental, isso faz parte da questão de produzir menos lixo. Quando você consome muito alimento industrializado, você está produzindo muito lixo também, além de estar comprometendo a sua saúde. Então nosso trabalho nas escolas é de dar oportunidade pras crianças, pros estudantes terem uma alimentação mais saudável e também se preocupando com o tipo de modelo e aí entra junto com a escola uma outra forma de pensar, onde se questiona a valorização cultural, o que são comidas típicas de uma determinada região, que não se perca isso. Então são essas questões de oportunizar que as crianças conheçam outro tipo de alimentação, mas isso parte também do trabalho com as merendeiras, com os professores, de eles terem um outro olhar. Até mesmo a questão da horta, de que em possível trabalhar sem veneno. Pois o sistema capitalista cria necessidades, então você precisa trabalhar, gastar e comprar. Então não é só a educação ambiental que você tem que trabalhar, mas sim o conjunto porque não são coisas isoladas. Assim nós entendemos aqui, embora a gente saiba que isso não é tão simples, que tem um nível de exigência, de compreensão, que isso não se faz a curto prazo, isso é em médio e longo. Então tem sempre que partir de nível individual, e depois seguir enquanto grupo, enquanto comunidade. E esse é o sonho, de que as coisas sejam incorporadas e como é que você faz esse enfrentamento pro modelo. Os transgênicos estão aí e a gente fez tanto trabalho, programas de rádio, folhetos, cartilhas e foi passando, aprovando e hoje nós estamos em segundo lugar no cultivo de transgênicos e vem entrando, primeiro soja, depois o algodão, depois o milho e agora tem aí o feijão que tá e fora a cana e outras coisas que vem sendo pesquisadas e aí precisa disso? E a justificativa é a questão da fome, mas a fome é uma questão política, não é de produção. (26:13)

- 12- Na trajetória da organização quais avanços e limites podem ser observados em relação à questão ambiental?

Técnico A: Avanços diria assim, a produção de alimentos ecológicos pra além de frutas e hortaliças, você tem os grãos, as agroindústrias e cooperativas, então aí entra o processo organizativo dos agricultores.

- 13- E junto aos agricultores, como é que você tem avaliado o avanço da agroecologia e da inserção

da organização aqui no Rio Grande do Sul, em 1979 até o momento atual?

Técnico A: Olha, da pra se dizer assim, que é cíclico, tem momentos que você tem mais pessoas inseridas participando do processo, e tem momentos que tem muita gente que desiste. A nossa preocupação hoje, é como aumentar o número de agricultores ecologistas, por diversos motivos, e um deles é essa questão do envelhecimento do campo, a saída dos jovens. Ninguém quer ficar no campo, como a mulher não quer ficar, obrigatoriamente o rapaz sai também, e ai acaba ficando o casal, os avós com a aposentadoria, se faz alguma coisa e ai a força de trabalho acaba diminuindo muito, então você tem que escolher o que você vai fazer. Então eu vejo assim, que nós teríamos que trabalhar, e a FETRAF ta vendo isso, já foi tema de discussão a sucessão familiar, como é que fica, nessas unidades de produção, bom quem vai ficar? E ai o número pra nós assim, bom a gente tinha uma expectativa que tivesse um número bem maior de agricultores, mas é assim, vai um tempo, dependendo da proposta do modelo. Tinha agricultores que nós tínhamos como referência, em determinado momento, então aquela visão do sistema que eu ainda vou pode enriquecer, eu não preciso fazer tudo ecológico, mas fazendo o pomar, a horta, eu posso continuar aplicando veneno, só que eu não entendo que contradição pra ti porque tu sabendo dos problemas, dos agrotóxicos, tem pra família em primeiro lugar, e depois pro meio ambiente, e pra sociedade como um todo, então isso é uma coisa forte ainda, por exemplo, a propaganda tem um efeito muito positivo que tem que usar é um mal necessário, e bom também, a falta de cursos, bom, como é que eu manejo isso? Como que eu deixo a questão cultural, pois tá deixando tudo inçado, se não é caprichoso, se é relaxado, isso também influi, a partir do momento que você deixa o solo com cobertura? Por que o solo não está limpo? Então isso é um conjunto de fatores que tem que ser trabalhado, mas não pode ser só a nível de um grupo, de uma associação, porque dai ele fica limitado, tem que ser a nível de município, tem que ter alguma forma de incentivo, sempre digo assim: tem que ser trabalho de dedicação, de município, porque ai tu começa, tu tem um grupo aqui, um grupo no outro município, mas aquilo não consegue radiar, não consegue se multiplicar, na velocidade que a gente gostaria, e a gente sempre defendeu essa questão do mercado local e regional, pela questão da energia, do menor gasto, se está transportando o produto pra cá e pra lá, então produzido aqui, consumido aqui, aí você tem a questão da energia vital, mas o poder público tem que querer, o municipal principalmente, mas temos que dizer assim, bom nós queremos uma proposta diferente pra agricultura, pro modelo de desenvolvimento e até hoje a gente não conseguiu. A gente tem que servir ao capital, então isso não fecha muito, ao mesmo tempo que você quer, a produção ecológica, mas você tem que atender quem ta produzindo a semente, quem ta vendendo o adubo, são os jogos de interesse, se nós não fizermos algo, acho que não aumenta muito mais.

- 13- Vocês atuam nos municípios do Alto Uruguai? Tem regionalização diferente? Vocês tem mais ou menos uma estimativa de produtos ecológicos nessa área de abrangências de vocês aqui em Erechim?

Técnico A: Tem, em termos de município, nós teríamos assim, a Barra do Rio Azul, Paulo Bento, Severiano de Almeida, Centenário e depois tem assim, tem agricultores que já foi trabalhado que nem em Estação, se nós pegar assim em torno da nossa área, em relação aqui em Erechim, considerando junto o pessoal de Saltinho ali que pega a parte Noroeste que é Erval Seco, mais essa região de Mondai, tem a COOPERFAZ e a COOPERBIORGA, só pelos associados que entregam alimento orgânico, da em torno de umas 400, 500 famílias que estão envolvidas vamos dizer dentro do projeto, os grupos já diminuiram bastante, nós tínhamos muito mais grupos, mas é essa questão de opção, então tu tem esse pessoal envolvido, de alguma forma a gente não diz que eles são ecologistas, porque eles tão produzindo ainda usando veneno, e ai entra quando você vai entrar pra rede, tu pode ser filiado, mas você não é certificado, e agora ainda aperta mais pois entra a questão da legislação que você tem que ter toda essa comissão de ética e esse envolvimento dos agricultores então é um problema que não é só do CAPA, essa dificuldade de aumentar o número, isso é uma realidade que é assim de todas as ONGS, e às vezes o pessoal diz assim: nossa mas pelo tempo que vocês estão trabalhando, eu achava que o número deveria ser bem maior. Mas é que assim, são momentos, às vezes um grupo caminha dez anos e ele se desfaz, mas a experiência é aquela, naquele período ele avançou, por algum motivo, não querem mais, e dai tu entra pra esse outro sistema, de integração, então se tu soma no triênio são grupos diferenciados, os mais estáveis são os da cooperativa, e das associações, que nem agora tão entrando grupos novos, aqui em Severiano, com citrus, com agrofloresta, tem Gaurama também, estamos fazendo a recuperação num erval também, já fazem quase três anos, mas então são experiências pequenas, também considerando, a equipe, os recursos que você tem, então pra

isso avançar você tem que botar mais gente, o bom seria que você tivesse em cada município um técnico ou dois, e aí você faz acontecer, mas isso em alguns municípios funciona com a parceria da Emater, mas nem sempre, porque eles ainda estão atrelados ao modelo que é da produtividade, de que você tem que dar uma resposta, que tem as próprias empresas, do município, as sementeiras, dos adubos e dos venenos, que tipo assim, bom nós queremos vender, sobra pra prefeitura bancar o técnico, por isso às vezes um município pequeno não avança só por causa disso, esses são os habitantes, e a gente também às vezes se pergunta, nós estamos saindo em contramão do modelo, mas a gente tem aquela esperança que um dia, em algum momento, mas eu acho que nós estamos chegando perto disso, o Brasil está no terceiro ano consecutivo agora, se tornando um líder nessa questão dos agrotóxicos, acho que alguma coisa tem que começar ser feita a partir daqui da base, porque lá de cima é tudo um jogo, não dá pra esperar muito, agora tem essa campanha permanente dos agrotóxicos, contra os agrotóxicos, eu acho assim, que pra nós é uma retomada, do ano passado pra cá é uma retomada, tem uma época que nós deixamos, pois ninguém queria mais trabalhar pelos agrotóxicos, vamos trabalhar com a agroecologia, e o ano passado nós decidimos: não, nós temos que trabalhar com a parte da denúncia informal, o que faz, já entro dentro desse modelo onde só conhece o veneno, e só conhece a versão das empresas, que precisa ser usado se não tu não produz, daí nós começamos a trabalhar de novo, e aí vem a campanha agora acho que estamos em um momento que vamos dar a virada, temos esperanças, porque nós temos que estar produzindo comida sem tanto agrotóxicos.

- 14- Existem ações ou lutas em conjunto com outras entidades, no que tange o debate ecológico? Quais as ações articuladas e com quais entidades?

Técnico A: A campanha permanente, isso em Porto Alegre, ela está sendo agora organizada pro lançamento, onde a gente também participou foi esse da soberania e segurança alimentar, também que foi a nível de estado, em Porto Alegre, a Semana do Alimento Orgânico, vamos dizer assim que é um espaço também que a gente tem já a muitos anos enquanto CAPA, junto com as outras entidades como o MAB e como o MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, então você tem dessas mulheres camponesas como assessoria, pois elas trabalham com sementes crioulas, de hortaliças, com o MAB nessa luta, pela questão da água, contra as barragens, essa do movimento sindical, e nessa luta tu apoia, participa das mobilizações, dependendo da agenda também, sucessão, a própria reforma agrária também são assuntos de pauta.

- 15- Vocês também organizam em coletivo seminários e manifestações?

Técnico A: Tem assim, a gente por dois anos seguidos nós fizemos aqui o encontro das ONGS, a nível nacional aqui em Erechim, fórum no Sul e o encontro da BONG, Associação Brasileira que a gente fez aqui, nós organizamos enquanto o CAPA, tem o Encontro de Agricultura Ecológica, o Encontro da Rede Ecovida, que a gente tem assim específicos, os encontros ampliados da rede, e também outros, nós participamos dois anos da Festa Nacional da Semente Crioula lá em Anchieta, então são encontros, em novembro tinha Seminário de Segurança e Soberania Alimentar lá em São Leopoldo, e dependendo do tema tem se inserido, tem a questão da Feira de Economia Popular Solidária, também um jantar ecológico com formas de você divulgar, de mostrar, mas ainda naquela expectativa de conseguir, de sensibilizar o consumidor, e existem outras formas, a própria perspectiva da articulação da universidade de cunho popular.

- 16- Você está com o CAPA desde quando?

Técnico A: Estou desde 1986, este ano faz, em setembro 25 anos.

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM O CETAP

Nome da entidade entrevistada: Centro de Tecnologias Alternativas Populares

Nome do entrevistado: Técnico B

Nome do entrevistador: Marjana Vedovatto

Data: 27/02/2013.

Quando e onde surge a entidade?

“Tchê, o CETAP tem, foi fundado em 1985, numa sede lá em Pontão. Ela foi fundada junto aos movimentos, quem coordenava o CETAP nesse período, e quem criou ele foram os cinco movimentos sociais que tem. E ele veio pra suprir uma necessidade de acompanhamento técnico aos agricultores assentados, né. Foi próximo ao período do assentamento da encruzilhada Natalino. E eu sou mais novo da época da criação. Eu tô CETAP desde 2000. Mas hoje ele tá com 27, 28 anos já de história né. E teve esse inicio, até não era na região aqui no Alto Uruguai, ele passa a vir aqui a partir dos anos 90 por aí, ele começa ter atuação na região do Alto Uruguai. Senão, ele tinha uma atuação mais direta dentro dos reassentamentos. O MST, do MAB, do MPA, pra esses agricultores aí. E no seu principio ele nem era criado como uma entidade pra trabalhar especificamente com a agroecologia, ele era pra trabalhar com a assistência técnica a esses agricultores assentados. E a partir daí, de os anos 90, por aí, um pouco antes, é que ele tem essa dinar, digamos assim, para trabalhar como um centro de alternativas, de agroecologia.”

Quais grupos, coletivos, contribuíram para o surgimento da entidade?

“É, aí os movimentos sociais né? MAB, MST, o Movimento de Mulheres, Fetraf, MPA. É, esses cinco aí que coordenaram o CETAP e que deram inicio aí na caminhada.”

No contexto de surgimento da organização, quais eram as formas de atuação?

“Tchê, no inicio era, um pouco por eu ser mais novo há coisas que eu possa pecar aí, não acertar, diz o outro. Mas isso, era o acompanhamento técnico mesmo, desde a questão burocrática, de crédito, de organização pra crédito, pra banco. O que a EMATER praticamente faz hoje, na época o CETAP veio com esse intuito. Era uma assistência mais geral. E aí depois que teve a vinda pra agroecologia né.”

Qual a forma de atuação do CETAP e quais são as atividades desenvolvidas atualmente?

“Tchê, hoje o CETAP atua em... Tem sua sede em Passo Fundo né, não mais em Pontão, mas atua em mais quatro microrregiões, o Alto Uruguai é uma delas né, a forma de atuação são equipes locais, esse é o objetivo né, que cada região tenha uma equipe local de trabalho. Aqui no Alto Uruguai nós tínhamos até dois anos atrás uma equipe maior, hoje eu estou solito né, tem previsão de reestruturação da equipe, mas a principio eu tô sozinho. Então, equipes locais com a sede em Passo Fundo que interliga entre elas né. E o trabalho principal é tentar trabalhar dinâmicas coletivas, não trabalhar a assistência técnica muito individualizada, apesar de que já fomos muito mais fortes, nessa questão mais coletiva, hoje têm dinâmicas, mas também tem uma atuação individual dependendo a temática aí com os agricultores né. É que o grupo ficou grande aí dificulta, e também tem ações aí que você não consegue tratar de forma coletivas. Tem individualidade das propriedades, tem grupos, que de forma coletiva, eles trabalham agroecologia como um todo, digamos assim, como um tema de formação, mas tem uma família que quer trabalhar com abelha nativa, tem outra família que quer

trabalhar com fruticultura, então tu não consegue, muitas vezes, por isso ainda tem temas, por exemplo, que a gente trabalha, por exemplo, a comercialização, a gente junta com cinco municípios, agricultores de cinco municípios, não mais especificamente, o grupo dentro da comunidade, dentro do município. Ainda tem, mas eles se articulam hoje, na maioria dos casos por temáticas mais coletivas, aí com pessoas de outros municípios também. E os temas trabalhados aí, ele vai da agroecologia como um todo, vai desde a questão da recuperação de solos, recuperação de sementes, multiplicação, abelhas nativas, sistemas agroflorestais, comercialização. Tamos entrando agora, nos últimos dois anos, trabalhando com a questão das agroindústrias, também buscando a certificação orgânica dessas agroindústrias, que a principio não era um foco de atuação do CETAP, até por uma avaliação das equipes de trabalho aí, o que significa hoje economicamente pequenas agroindústrias né. Mudando um pouco hoje, tendo algumas diferenças que vem acontecendo e que nos possibilita também avaliar um pouco de forma diferente né.”

Como o CETAP foi construindo a relação com a agroecologia?

“Tchê. Isso num período quando ainda tava assim nesse trabalho mais direto com os movimentos se teve uma avaliação por partes, aí se partiu mais da equipe técnica do trabalho do CETAP, propondo isso para a sua coordenação, que era os movimentos na época, de se constituir um centro de alternativas para agricultura familiar, né, ele nem era constituído como um centro ecológico ou como uma entidade de agroecologia, mas que buscava dentro da conjuntura já da agricultura desse período, né, todo esse processo que a gente vive ainda hoje, é, de ser uma alternativa, de buscar uma alternativa de resistência, de sustentação dos agricultores e viabilidade da agricultura e a partir dali que ele começa desenvolver alternativas e que as poucos ela vai caminhando pra ser, digamos assim, para se basear as suas ações na agroecologia.”

Para o CETAP, o que significa praticar agroecologia e no que se diferencia das outras técnicas de produção?

“Bom, a agroecologia, primeiro é um modo de vida né. Não são simples técnicas que são mudadas, né, ou modelos modificados, modelo convencional pelo modelo orgânico, um pacote fechado né, é uma opção que o agricultor faz de construir algo diferente, de buscar a construção desse modelo diferenciado da agricultura convencional. E é isso um pouco o que diferencia pra nós, é que nós quanto CETAP, não tem uma atuação no sentido de buscar levar aos agricultores pacotes fechados, de técnicas ou de ações por onde os agricultores tem que passar, se a gente pega das experiências que o CETAP tem são as mais diversas, e na maioria delas são experiências que vem a partir daquilo que o agricultor demanda, baseado sim, daí orientados pelo CETAP dentro dos princípios da agroecologia. Com dificuldades, com resistência muitas vezes deles, da comunidade onde o agricultor tá inserido. Tem varias ações aí, que são paralelas à isso.”

E como se dá o processo de inclusão de uma nova família?

“É chegar no CETAP e dizer, olha tem um agricultor ali que gostaria de fazer o trabalho, de se integrar no trabalho que tamo fazendo, como que ele faz? Bom, participa de uma próxima reunião do grupo, ou indicado por uma entidade, por exemplo, tem o trabalho do pessoal do assentamento do MAB aqui, indicação do MAB, se incluíram através do PAGINA, naquele período, hoje continua com algumas famílias, processo de comercialização, certificação da propriedade. Então isso varia bastante né. Mas é, e também, digamos assim, um pouco das pernas que tem pra acompanhar né. Que também não podemos abrir demais, porque depois não conseguimos dar o acompanhamento, pela dificuldade que tem de pessoas pra fazer isso. Os recursos humanos hoje são muito limitados pra esse processo.”

Quais são as principais fontes de conhecimento, onde a entidade busca aprimoramentos sobre agroecologia?

“Tchê, 80% daquilo que a gente vem executando, são de experiências. Ou próprias, ou experiências de organizações mais antigas, e que vem fortalecendo. O CETAP hoje tem como principal, ação de formação, intercambio e troca de conhecimento visível, de um grupo ou outro, da própria entidade, né, a gente faz seguido os intercâmbios com técnicos de outras regiões, vai conhecer outras ações. Tipo, vou ter uma temática sobre sistemas agroflorestais, estamos iniciando a pouco tempo aqui na região, bom, aonde é que tem uma experiência com sistemas agroflorestais mais avançados, bom, vamos conhecer aquela experiência, vamos ver como é que eles estão trabalhando, o que que aquilo serve pra nossa região né. Então esse é um pouco, claro tem aí a questão dos estudos das pesquisas que são feitas aí pelas organizações mais de pesquisas que também servem como base, que faz parte né, mas que vai se acumulando um pouco mais nesse ultimo período. Não é algo que a gente podia contar até muito tempo atrás, é nesse período que a gente vai tendo um pouco mais de relação. Hoje se nos olharmos um pouco mais para a dinâmica das ações aí, não só dentro do CETAP, mas como nas deferentes organizações né, nós temos experiências para todos os gostos, e todas validas, que a gente pode conhecer.”

Como se dá o processo de assistência junto aos agricultores, e qual é a metodologia utilizada?

“Bueno, isso que eu comentei um pouquinho antes, a ideia é de que a gente não individualize muito, apesar de fazer parte dela nesse sentido, a gente tenta trabalhar de forma mais coletiva, grupos unidos por temáticas, por afinidades. E aí sim, dentro disso é, onde são grupos novos, por exemplo, tem um grupo que é indicado por uma organização ou que se constitui e procura o CETAP, aí sim, tu tem um processo de formação mais coletiva nesse sentido. Aí vai intercâmbios, vai cursos, vai oficinas.”

Ao todo, qual é o total de famílias que fazem parte e/ou recebem assistência da entidade?

“Tchê, nós fizemos um levantamento, aqui na região não é um numero tão expressivo, né, dentro da região, nós devemos ter em torno de 80, 90 famílias, que a gente acompanha aqui. Mas o CETAP como organização, com suas dinâmicas, nos últimos três anos, a gente fez uma avaliação no ano passado, foi mais de três mil e quinhentas famílias envolvidas, que são de todo o estado. Nas diversas ações que tem, de formação, de seminários e outras ações que foram acontecendo.”

Atualmente com quais entidades e organizações o CETAP se articula?

“São várias aí. Se a gente pegar as entidades que trabalham com a agroecologia aí nos três estados do sul, praticamente todas elas são ligadas principalmente à Rede Ecovida, né, que é a articulação maior de agroecologia que a gente tem hoje e participa, inclusive já é o segundo ano, segundo mandato seguido que a gente tem pessoas do CETAP na coordenação da Rede. Além de outras organizações fora, se pegar aí, tem a Terra do Futuro, uma organização que tem uma articulação aqui na América do Sul, então são pelo menos umas 14 entidades envolvidas de fora do país envolvidas nessa ação aí, tem também na Ásia, que é outra, digamos assim, também da Terra do Futuro, mas de outras organizações que articulam com essas daqui, tem assembleias, tem encontro todos os anos, tem intercâmbios de todos os países aí, pessoas que vem fazer intercâmbio aqui com a região, muito mais forte até dois anos atrás, quando a gente tinha um programa de estágio um pouco mais elaborado, depois a gente deu uma parada com isso, até porque diminuiu gente, pra estágio tem que ter acompanhamento, tem toda uma dinâmica, e a gente não tinha mais condições pra isso, agora está se retomando um pouco mais isso. Eu não tenho números exatos, mas eu posso te dizer que são muitas entidades.”

Quais são as fontes de recursos que o CETAP acessa para desenvolver seus projetos?

“Hoje, até 3 anos atrás, era 98% recursos internacionais, de operações internacionais. Agora começa ter uma diminuição, claro, com toda essa dinâmica aí do Brasil estar crescendo, estar se desenvolvendo, todo esse processo aí, o sul do Brasil passa a ser uma região que não é mais apoiada pela cooperação, ou vem diminuindo. Nós estamos com o ultimo projeto de cooperação que vence aí metade do ano que vem, de organizações que apoiam o CETAP à 25, 28 anos, desde o seu inicio né. E que não apoiam mais o sul do Brasil, porque tem uma avaliação de que já está desenvolvido de uma forma suficiente para que o poder público assuma esse processo, que também não é tão verdade assim. E então a dois anos atrás se começou a ter um trabalho um pouco mais com o INCRA, por exemplo, que se tem uma equipe na região de Sananduva, Vacaria, que trabalha com os assentamentos, são 250 famílias diretamente, que são assentadas, tem um trabalho aí, tem um trabalho com o Movimento de Mulheres, MDA também, aí na região de Frederico, que são 34 municípios de atuação, que iniciou agora em janeiro, agora vai até o final do ano também, é um publico novo aí, entrando também nessa dinâmica. Mas hoje dá pra se dizer assim, que tá mais de 40% já é recurso nacional. Sendo que esses recursos aqui, todos eles são muito mais difíceis de executar né, tu precisa de duas pessoas pro burocrático e uma pra trabalhar.”

Cite algumas dessas entidades internacionais que apoiam o CETAP.

“Misérius, Manos Unidas, Terra do Futuro, Siga, que são ONG's internacionais, que fazem captação de recursos e repassam pra entidades parceiras aqui no Brasil, tanto no Brasil como em outro países.”

Como surgiu a ideia da constituição de uma Rede de Certificação Participativa (Rede Ecovida)?

“Na verdade, ela foi constituída para ser uma articulação entre grupos, entidades e cooperativas que trabalham com a agroecologia, pra ajudar a dar um pouco mais de visibilidade e força pra essas organizações e essa linha de..., esse modelo que está sendo construído que é a agroecologia, dar mais força a nível de país. Lá fora né, pra gente conseguir buscar recursos, esse processo aí. Esse foi o inicio, a proposta inicial né. E aí já foi se motivando uma articulação num sistema diferente de certificação. De que essa rede também, além de ser uma articulação, que tem uma dinâmica própria, que ela é colocada pra ser trabalhada dentro das regiões, aqui em Erechim nós temos o núcleo Alto Uruguai, o núcleo da Rede Ecovida, onde o CETAP e o CAPA são as entidades que articulam e coordenam esse núcleo aqui. São 11 grupos que são filiados, mas aí já pega também Santa Catarina também, alguns municípios aí próximos. Para criar um modelo de certificação participativa, aonde que a gente não precisasse de auditoria né, se você vai olhar aí na auditoria, pra certificação ela tem um custo elevado, temos experiências aqui perto de Erechim que faziam a certificação com auditoria, tinha um custo de quase 4 mil reais por ano pra certificar o produto, estavam abandonando inclusive a certificação orgânica, não iam abandonar a produção, mas não iam mais querer a certificação pelo custo elevado que tinha, e aí conheceram a Rede Ecovida, se integraram, hoje são membros e participam das dinâmicas do grupo aqui. E a dois anos atrás então teve essa questão da lei dos orgânicos, que vai se definindo e veio sendo um pouco mais... foi colocado no papel aquilo que veio se fazendo, tanto das certificações por auditoria como certificação participativa. E aí num debate que teve na Rede Ecovida se avaliou de que como as famílias também que estão dentro desse processo, tão comercializando, elas vao comercializar em feiras, elas tão em pequenos circuitos, comercialização em mercados, PAA, mercado institucional a nível dos três estados, bom, elas iriam precisar ter uma certificação. Bom, participam da Rede Ecovida como uma articulação, mas tem que ter uma certificação do IBD, como que é a dinâmica disso, tem todo um processo, todo aquele custo. E aí ela passa a ser, tem a articulação e tem a Associação Ecovida, que é quem faz a certificação hoje legal né. Tem uma OPAC, que é quem faz a certificação legal, com

CNPJ, todo esse processo aí que tá em Torres, em Três Cachoeiras e os Núcleos todos que fazem parte dessa dinâmica né. E hoje ela tá legalizada e como qualquer uma das outras certificadoras aí a nível de país de fora né. E já tá sendo usada aí dentro dos circuitos de comercialização, aí, em todos os espaços.”

Qual é o diferencial da certificação participativa?

“A diferença é que na certificação participativa é os agricultores que fazem a certificação. A gente tem atividades que são a cada dois meses, mais ou menos, a gente tem uma atividade, uma reunião com os grupos, esses grupos indicam duas pessoas que vão representar eles dentro do Núcleo, que é o Núcleo da Rede aqui, e aí todas as informações, o que acontece, como que se organiza a organiza a Rede como um todo, vem pra essas reuniões de Núcleos que depois vão pra dentro dos grupos. E aí uma vez por ano a gente faz uma, que a gente chama de visitas de verificação, aonde em uma reunião dessas a gente monta as comissões de verificação, que são de três agricultores e um técnico, que vão visitar todos os grupos naquele período. Pega aí, dois ou três meses, por exemplo, em 2013 vai começar em março agora, de março em diante. Então de metade de março até final de junho por aí, a gente vai fazer todas as visitas de verificação, aonde um grupo que tem aí dez famílias, a gente visita três ou quatro famílias, que é o que a lei nos exige, faz a vistoria, vai lá três agricultores, visitam, olham se aquilo que o agricultor bota no papel, ele é real, ele é verdade, se ele utilizou algum produto, que no dia que a gente vai lá visita a gente consegue perceber, se ele tá cuidando da questão da mata ciliar, se tá cuidando de todo processo, né. E aí os agricultores, eles mesmos dão a certificação ou tiram a certificação do agricultor, né, ele vai disse assim, ó, dessas quatro famílias visitadas, duas podem ser certificadas, duas não podem. Bom, temos que voltar nas outras famílias pra ver se o grupo pode ou não pode. Um grupo de seis família pode ter três certificados e ter três não. Não precisa o grupo inteiro ter certificação, ou uma pode tar certificada. Mas são os agricultores que dizem isso junto com o técnico de vistoria, né.”

Quais são, na avaliação da entidade, os principais avanços e dificuldades identificados para o desenvolvimento da agroecologia Alto Uruguai?

“Tchê, o avanço principal é o reconhecimento social, um pouco da, que também não é tanto a agroecologia em si, é um outro tema que está dentro da agroecologia, que a questão da alimentação saudável, né. Alimentação e cuidar do meio ambiente, são os dois temas que aí dentro da agroecologia mais vem puxando e trazendo parceiros pra esse processo. As vezes com recortes bem específicos do que querem dentro disso, outros não, outros mais amplos. Então tem, acho que esse reconhecimento ele tá se dando, a gente tá conseguindo avançar aos poucos dentro disso. E a sociedade começa visualizar um pouco isso. Hoje as famílias que trabalham com a agroecologia, na região pelo menos, e iniciaram e que iniciam na agroecologia, são famílias que tão excluídas do modelo convencional do agronegócio que tá aí. São famílias que, bueno, ou a gente consegue, parte pra outro sistema, pra uma outra dinâmica, com mais autonomia, com menos custos e com possibilidade de renda, ou vai embora. Motivo que nos preocupa também na agroecologia, que é essa questão do êxodo, que não é só na agroecologia, no seu conjunto, mas a questão do êxodo e da falta de juventude no campo. Hoje ela tá disseminada, tá um negócio apavorante, sabe. Dentro das famílias que vão trabalhar com a agroecologia, 98% delas já buscam essa alternativa, mas já não tem sucessão na propriedade. Então tá muito complicado isso, né. Então esse é um dos entraves, e outro que é maior que é a falta de apoio público mesmo. Digamos assim, com esse crescimento que o Brasil teve nesse período ou pelo menos avalia-se que teve isso, a saída do apoio das organizações de fora do país, fosse suprido pelo Estado, a gente poderia manter e avançar todo ano um pouco mais nesse processo, ao invés disso, a gente vem diminuindo. Se a gente tem uma equipe de dez pessoas, cada ano que passa, as vezes a gente sobe uma pessoa ou desce três, você não consegue manter.”

Em sua opinião, os movimentos sociais vinculados à agroecologia também vem perdendo força?

“Sim, sim. Nessa questão da agroecologia, na minha avaliação, eles tão, todos eles tem uma, tem a sua ideologia, tem a sua dinâmica de funcionamento, e a agroecologia tá dentro delas, ela não é mais prioridade, acho que em nenhum deles. Ela tá inserida dentro das dinâmicas gerais, mas ela não é, hoje, uma bandeira forte dos movimentos. Motivo pelo qual a gente também consegue avançar pouco nisso. E a agroecologia em si, não é um movimento. A agroecologia são entidades, é agricultor, são organizações que tão fazendo um trabalho, e que se articulam através da Rede Ecovida, mas não tem o peso que tem um movimento social como esses que nós temos aí.”

Como o CETAP auxilia no processo de certificação?

“Bueno, a gente tem esses encontros que a gente faz permanentes, né, visitas, as atividades que a gente faz, que todas elas já servem como certificação, querendo ou não, né, tem o acompanhamento técnico. A articulação do Núcleo, ela tá sempre a capo do CETAP ou do CAPA aqui em Erechim, né. No CETAP, tem atuação pelo CETAP, toda a questão da documentação, organização disso, é por conta do CETAP, hoje. Ahamos que não deveria ser, deveria ficar mais na mão do agricultor, das comissões, das comissões de certificação, ou do próprio Núcleo. Só que como a gente sempre tá incluído nisso, muitas vezes a gente acaba assumindo coisas quanto entidade que não deveria estar assumindo né. Mas hoje, até tem atividade no início do mês que vem, exatamente isso, formar de forma mais técnica agricultores pra esse processo de certificação, poder retirar os técnicos desse processo. Deixa os agricultores fazer as próprias vistorias e fazer o próprio documento. Tem uma importância assinatura do agricultor dentro da certificação pro outro agricultor, tem um peso muito grande, é mais autonomia. E eles também tem que ter presente o que que significa essa assinatura deles, né, esse peso.”

Quais são os avanços e as dificuldades em relação à certificação participativa? Quais seriam?

“Dificuldades é, aquilo que eu comentei um pouco, hoje a gente bate de frente com um modelo que bota 50 técnicos trabalhar em uma região, e uma organização de agroecologia bota um, né. Então enquanto o técnico volta a cada dois meses numa propriedade, já passou pelo menos 20 outros de empresas ou vendendo insumos, vendendo produtos. Então, essa é uma dificuldade grande que a gente tem, que é o embate mesmo, né, de modelo. Hoje, se nós pegarmos esses últimos dois anos, trabalhar um pouco o que que é a questão da monocultura da soja, por exemplo. Hoje tu bota a soja a 80, 90 reais a saca, pode tirar qualquer outro, quem tiver 1ha de terra vai plantar soja e vai colher. Porque economicamente, olhando só o recorte econômico, ele é contagioso. Então, essa é uma das dificuldades que a gente tem nesse período aqui, mas a gente sabe que isso é passageiro e acontece a cada pouco tempo na vida da agricultura, né. Então isso é um, essa questão de apoio, de recursos mesmo, de gente, de prefeitura achando que, ou apoiando que a merenda escolar, por exemplo, possa vir dos agricultores ecologistas, isso serviu como uma alternativa, como um incentivo para os agricultores tarem produzindo e tendo onde comercializar. Mas no sistema de certificação mesmo, ele não tem muito problema hoje, ainda temos esse, algum enrosco que são de divisas, de barreiras, que alguns agricultores, quem entra, por exemplo, esse ano na Rede Ecovida, bom, demora 4,5 anos pra ti ter uma barreira consistente de separação. E esse é o principal problema que se tem. Quem faz agroecologia e quer se certificar tem que se proteger dos vizinhos. Não é o contrário, não é quem passa veneno que tem que proteger pros outros, é exatamente o contrário. E esse é um enrosco ainda hoje pra nós. Porque querendo ou não pra ter a certificação. Pra agricultor ter a certificação ele tem que tar sem problema de resíduos de esgoto na propriedade, tem que ta com as matas ciliares de fontes e de rios recuperadas ou em processo de recuperação, tem que estar com as divisas

protegidas dos seus vizinhos. Que é gradativo, a gente não tem uma exigência, até porque a lei dos orgânicos, ela exige, ela certifica um produto, que digamos assim, nós não temos certeza se esse produto é livre de contaminados. Mas ela certifica um produto, onde que o proprietário que produz ela não utiliza produtos químicos. Que a gente tem presente hoje, que um agricultor que tá lá em Três Arroios plantando, e naquelas canhadas, quem produz alí 150m, que é a largura da terra que os agricultores têm. Um agricultor convencional de cá, outro de lá, então tu tem uma contaminação, querendo ou não. Então a exigência é de que se faça algum tipo de barreira, pra tentar minimizar isso, né. Se quem passa veneno, segue as normas da aplicação, não utiliza quando tem vento, não utiliza em período muito chuvoso e tudo mais, ajuda. Mas agora, como a gente sabe que isso nunca acontece, então. Mas exige, é com fileira de cana, é com fileira de capim camarão, é com fruta, eucalipto, planta nativa e isso varia muito de propriedade para propriedade. Mas tem que ter, minimamente o agricultor tem que mostrar que ele tá preocupado, e ele tá botando, nem que é uma fileira de cana, mas tem que ter. É dois metros do chão, mas ele colocou alguma coisa.”

Consultando o site do CETAP, é citada a relação existente entre a Agroecologia, a organização popular e o desenvolvimento. Poderia comentar algo mais sobre isso?

“A agroecologia, no processo que ela vem sendo feita, sempre se busca construir ela de uma forma não individualizada, então querendo ou não, tu tá sempre potencializando e fomentando a organização mais coletiva, e que isso leva a diferentes, a diversas coisas. Hoje tu pega agricultor ecologista que não falava numa reunião e hoje o cara é presidente da comunidade, é vereador, é não sei o que. Por que? Porque ele tem oportunidade pra isso, ele participa de um grupo menor desse grupo ele vai pra um grupo maior, dali vai pra um Núcleo da Rede, dali vai pra um encontro nacional de agroecologia. Então tem oportunidades que fazem com que as pessoas que estão envolvidas nisso, consigam crescer pessoalmente e dessa forma elas vão se envolvendo cada vez mais né. Nesses processos mais organizativos dentro da comunidade, igreja, município e da agroecologia como um todo, né.”

O CETAP participou das discussões em torno do plano nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO)? Qual a avaliação da entidade sobre essa política pública?

“Participamos. Eu participei de duas atividades em Brasília, e a atividade que o CETAP promoveu, promoveu não, o CETAP sediou em Passo Fundo, o Encontro Regional aqui, né, que todo esse debate da política nacional ele foi dividido em regiões dentro do País, né. E a região sul, aqui, os três estados do sul, se encontra essa oficina de discussão da política, e a construção dela foi feita em Passo Fundo, né, o CETAP que organizou esse encontro, né. Tchê, temos a avaliação que a gente tem é importante, né, como a lei tem também os seus altos e baixos aí dos orgânicos. Ela vem pra tentar legitimar algumas coisas, né, mas também quanto política nacional, ela abre brecha pra que a agroecologia possa não ser mais alternativa pra pequena agricultura familiar, ela passa a ser uma produção em grande escala. A política nacional vai permitir que um agricultor sei lá, que está aí no agronegócio, ele possa ter uma lavoura monocultura de produção de tomate, ou de alface, mas é uma produção orgânica. Já estamos sentindo a perda do sentido da agroecologia. Nós tava na semana passada em um intercâmbio com a Serra, tu pega alí a Aurora com 5 milhões de litros de suco orgânico entrando na merenda escolar de Caxias, tomando conta, e as pequenas cooperativas de agricultores, que sempre trabalharam com isso e tão puxando a agroecologia tão ficando pra trás. Então ela vem, mas ela vem também tem alguns avanços interessantes aí na questão um pouco de abrir espaços dentro dos ministérios, de apoio, de busca de recursos. Agora temos a preocupação que de quanto isso vai avançar. Temos aí uma política que ela foi criada e foi acelerada o máximo para ela estar pronta para a Rio +20 ser apresentada, bom, depois da Rio+20 até agora não teve mais nenhum movimento que eu saiba em relação à isso. Então, estamos conseguindo, o Brasil veio apresentou aqui pra o problema do aquecimento global, tem uma política nacional de agroecologia, tem suas normas, é comprido aquele trem lá. Mas bueno, quanto disso de fato a gente vai conseguir

e em quanto tempo vamos conseguir trabalhar com isso. Esse mesmo processo aqui no estado, um projeto de lei alí pra política estadual, né. Vamo vê no que que vai dá. Eu acho que ela tem seus pontos positivos e pontos negativos, não tem como a gente fugir disso, né, como toda, todo tema e toda ação tem.”

Como o CETAP avalia as ações governamentais de fomento à agroecologia?

“Pra não dizer zero, é muito pouco. Eu vejo isso como um problema seríssimo, principalmente por a gente ter aí um governo popular que sempre quando foi oposição falava que ia ter apoio e que os movimentos sociais são interessantes, que as ONGs são prioridade e que no momento que assume, isso não acontece mais. Hoje a gente tá em risco que as organizações, as ONGs passam a ir desaparecendo. Hoje pra tu ter uma ideia no estado do Rio Grande do Sul, responsável pela agroecologia no estado, pela assistência técnica, o governo não faz nenhum convênio, a não ser com a Emater. Ele só paga técnico pra Emater, pras ONGs nunca, nenhum. Já tamo indo agora, tem um projeto, inclusive o CETAP acessou, só de custeio. Então o CETAP tem que arranjar dinheiro de outro lugar pra pagar técnico pra fazer ações de agroecologia, que daí o governo paga. Então digamos assim, eu acho que é muito pouco ainda. Teríamos aproveitar um pouco mais aquilo que, como é que eu posso dizer, hoje o governo olha pra coisas que deem ibope, e as experiências de agroecologia, poucas delas tem uma abrangência tão grande, todas elas são mais localizadas, são municipais, algumas delas são mais amplas, mas precisa ser fortalecidas, porque senão elas não vão crescer. Quanto menos gente à campo trabalhando com a agroecologia, ou fomentando a agroecologia, menos agricultores fazendo, menos massificação tu mantém.”

Quais seriam as propostas do CETAP e da Rede Ecovida no âmbito de políticas de fortalecimento da Agroecologia?

“Tchê, acho que devia quanto política pública hoje, quando a gente cria crédito pra esse campo, por exemplo, hoje existe o PRONAF agroecologia. As cooperativas não sabem nem operacionalizar esse crédito, tu não consegue financiar nada que não seja com nota de agropecuária, essa é uma dificuldade grande que tem. Se hoje você vai querer ter um crédito pra fazer um custeio de uma lavoura orgânica, tu não pode colocar semente de milho crioula, porque não tem PROAGRO, ou tem que ter uma certificação que daí passa todo um processo de organização grande, que hoje das organizações que eu conheço, só a Bionaturlab tem, que é um acompanhamento técnico que toda uma planilha e que a gente não tem condições de fazer isso. Então, esse tipo de política ela tem que ser estruturada pra que possa exatamente ser usada pra isso. Então o agricultor que faz agroecologia, hoje pela política, ele não sofre intempéries do tempo. Não tem seca pra ele, não tem muita chuva. Não adianta ele quere, porque não vai ter nada assegurado. As organizações do governo que trabalham com pesquisa, nesse sentido, tem que ter um carinho um pouco maior com essa temática, tem que ter algo um pouco mais voltado pra realidade do que acontece. Então eu acho que tem que abrir um pouco mais esses debates aí pras organizações e dar condições para as organizações participarem também. Tu tem hoje uma Embrapa que trabalha muito mais pro agronegócio do que, muito mais, claro que pela extensão que tem, mas hoje pra agroecologia qual é que é o suporte que ela nos dá. Tem doutores dentro dessas instituições que vem aqui num grupinho que nem tem aqui na Vaca Morta, faz uma pesquisa, faz um trabalho estrondoso, se promove encima disso e pro agricultor que deu as informações pra ele não volta nem um papel pra ele ler, pra saber o que o cara escreveu. Esse problema da relação com essas organizações aí é bastante grande. E reconhecer aí enquanto política pública, reconhecer as organizações que de fato fazem a agroecologia de forma permanente. Não tenho dúvida que a intenção, por exemplo, do governo estadual com essa questão dessa linha que a CDR tem hoje, de promover a agroecologia dentro das Emater, né, como sua extensão oficial, ela é boa. Mas dentro de uma instituição alí que tem 3 mil funcionários, tem quantos que querem trabalhar com agroecologia. Quando perde o governo, quantos anos vai ficar de novo sem essa instituição trabalhar com a agroecologia. E as ONGs, as

universidades que tem um trabalho com isso, muitas vezes ficam de lado. Nesse período aqui, por exemplo, porque não pode ter um projeto de assistência técnica durante 4 anos ou 2 anos pelo menos, que com as ONGs é tudo de ano em ano, tu tem que planejar um ano porque tu não sabe se nesse segundo ano tu vai ter apoio. Como é que tu faz essa interrelação entre esse processo. E tu ter dentro da região Alto Uruguai, 5, 6, 7 técnicos que trabalhem com agroecologia e não específicos dessas organizações. Mas esse tipo de coisa, ela não é, ela é muito puxada pra dentro do governo, e aí as organizações ficam a ver navios. E aos poucos vão se desgastando, tem organizações que não vão passar esses 4 anos de governo que tem aqui, vão se terminar antes disso. E assim vai indo, e assim a gente vai perdendo. O que realmente dá sustentação pras organizações são esses recursos de fora, que não são do governo. Do governo não dão sustentação de fato.”

ANEXO C - ROTEIRO ENTREVISTA REALIZADA COM O CAPA

Nome da entidade entrevistada: CAPA- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Nome dos entrevistados: Técnico A

Nome do entrevistador: Marjana Vedovatto

Data: 26/04/2013.

Quais são as formas de atuação do CAPA atualmente?

O CAPA atua numa metodologia de trabalho com agricultores familiares, organizados em grupos, ou dentro do próprio trabalho da metodologia, tá incluída a questão do trabalho, da organização do grupo informal ou grupos formais, organizados em associação ou cooperativa e buscando sempre a conversão para a agroecologia ou o fortalecimento da agroecologia, são de praticas voltadas a agroecologia e ao meio ambiente.

Como se deu essa relação com a agroecologia?

Isto está na essência do CAPA desde o seu inicio, desde 1978, o CAPA foi criado justamente pra trabalhar formas de agroecologia, dessa agricultura diferenciada, na época se chamava de agricultura alternativa, que érea justamente fazer o enfrentamento contra o êxodo rural ou a migração muito forte para outras áreas de colonização no pais, e então isso ta nos princípios do CAPA desde o inicio.

Para o CAPA, o que significa praticar agroecologia e no que se diferencia das outras técnicas de produção?

Especialmente a produção de alimento limpo e a preservação ambiental, e com isso também a preservação das famílias e fortalecimento da agricultura familiar e a sua manutenção da família como agricultores e aonde técnicas puras, técnicas limpas de baixo custo de produção, de baixo impacto ambiental, e de baixo impacto na saúde das pessoas, tanto dos agricultores que produzem, quanto dos consumidores que consomem. Então acima de tudo, uma vida feliz na agricultura e para o consumidor também.

Qual é a relação do CAPA com a Rede Ecovida.

Bom, o CAPA já foi, desde o inicio ele construiu a Rede, desde o seu principio, fundou a Rede Ecovida, participa da Associação Ecovida de Certificação Participativa, e hoje com a legislação orgânica no Brasil, a Rede consegue dar esse aporte legal para os produtores agroecológicos, e aonde através da certificação participativa eles conseguem comprovar o produto como orgânico e o CAPA juntamente com outras entidades, articula esse processo junto com os agricultores e também aqui no nosso núcleo, na nossa região, então conseguem implementar a certificação participativa junto com outros grupos organizados conseguindo a certificação orgânica para esse agricultores nos produtos comercializados.

Como o CAPA auxilia na estruturação da Rede?

Bem, acompanhando o núcleo através de reuniões em núcleo, do núcleo da Rede Ecovida, do Núcleo aqui do Alto Uruguai e também do Vale do Rio Uruguai, acompanhando as reuniões, as visitas de certificação entre os grupos e também o próprio trabalho. Constante o próprio trabalho sistemático nos grupos, sempre ta em pauta a questão da conformidade orgânica e das visitas internas do grupo. Que o processo participativo se inicia internamente no grupo. Com as famílias se visitando e fazendo esse acompanhamento interno com assessoria do CAPA, depois, uma vez ao ano, o processo de verificação do núcleo do grupo, e assim toda a sistematização da documentação dos dados e o envio pra OPAC, pra Associação Ecovida de Certificação Participativa, para que esta faça o cadastro no Ministério da Agricultura.

Quais são, na avaliação da entidade, os principais avanços e dificuldades identificados para o desenvolvimento da agroecologia Alto Uruguai?

Bom, vamos começar pelos avanços. Os principais avanços é o fato de que muitas famílias estão percebendo a importância necessária de agir de forma diferenciada. Está percepção costume acontecer por problemas de saúde na própria família ou porque elas estão ficando a margem do processo de produção ou porque elas também a partir de especialmente, essas são as mais importantes, acho as que mais avançam, de forma consolidada percebem, através de discussão, através da formação, através da observação e da análise que elas tem que mudar o seu modo de produção. De que elas tem pequenas áreas de terras, de que elas tem poucas condições de produção para competir no mercado de forma ao que pensa o capital na agricultura. Então elas começam perceber novas praticas e novas formas, a inserir novos métodos e pensar de um jeito diferente de fazer agricultura isso faz com que avance e continue avançando o processo. O outro meio também muito importante, é que hoje a sociedade como um todo tenha essa preocupação ambiental e a preocupação com a alimentação. Então avança muito esses processos e essa cobrança a busca do consumidor por um alimento mais limpo, um alimento sadio e também avança muito a concepção e a busca por uma preservação ambiental maior. E quando as pessoas começam associar o pacote tecnológico convencional à degradação ambiental, elas percebem isso, eles começam então a raciocina, a buscar e a pressionar por uma associação, por uma agricultura diferente. Com relação as dificuldades, uma está exatamente nítida de que a agricultura convencional de que o Capital, a pressão toda o planejamento da produção de alimentos no Brasil e no mundo não está voltado para o consumo de alimentos limpos. Não se discute a qualidade dos alimentos, só se discute a quantidade e os preços. E não necessariamente que esse preço, esse resultado está ficando com os agricultores. Então há um grande Capital, que não é só na nossa região, nem tao pouco no país, o que pensa o mundo todo na produção de alimentos, segundo a sua logica, que é a logica mercantil, a logica do mercado, não se discute essa qualidade desse alimento e nem pra quem ele servirá. E acaba discutindo e encaminhando o processo pensado através do lucro somente. E aí os agricultores são obrigados a se inserir nesse mesmo procedimento e necessariamente não ficam também com o resultado final. Um exemplo disso agora, é o caso da suinocultura, passam por um problema a nível mundial, o Brasil não consegue exportar, mas quem paga a conta são os suinocultores. E quando a suinocultura está altamente lucrativa, os suinocultores não tem, eles não ficam com esse lucro, e ele fica amarrado, ele fica integrado, de forma que ele tenha que se sujeitar ao que a empresa integradora lhe dita, e essa empresa integradora também está sujeita a um mercado internacional que dita a regra, dita a forma e circulação desse produto, como ele vai ser e a que preço ele vai ser comercializado. E uma outra grande dificuldade é que de fato o poder publico não tá fortalecendo a agroecologia e uma tecnologia diferente de produção. Ainda estamos falando de migalhas em investimentos em uma produção limpa de alimentos. Mesmo com todo investimento feito na agricultura familiar no Brasil hoje, ele não é discutido pra conversão pra agroecologia. Ele é voltado, não deixa de ser bom, pra agricultura familiar produzir alimentos. Mas em suma, esse recurso, esse investimento, de todo acaba até 80% de recurso vai pro grande Capital que pensa a agricultura a nível mundial no agronegócio, então vai pra empresas fumageiras, empresas integradoras, e assim por diante.

De que forma o CAPA obtém recursos financeiros?

Bem, hoje 80% do recurso que mantém o CAPA vem da cooperação internacional, são recursos oriundos do projeto de desenvolvimento do governo alemão, da Alemanha, que são destinados à promoção do desenvolvimento no terceiro mundo que são destinados então pra Igreja da Alemanha, gerenciar organizações da Igreja Protestante Alemã credenciar e aí a gente consegue através de projetos das propostas do CAPA, discutir com a Igreja, a proposta de organização dentro da igreja brasileira e é aí onde o CAPA se insere. Isso representa hoje, 80% do recurso. E os outros 20% o CAPA capta de recursos nacionais, através de contratos, de meios com organizações publicas, especialmente com prefeituras municipais, alguma coisa do governo estadual e federal e da comercialização de alguns produtos.

Como o CAPA avalia as ações governamentais de fomento à agroecologia?

Hoje ainda é muito tímido. E ainda é quase que como uma esmola que as ações governamentais passam para a agroecologia, por mobilizações que lutam na agroecologia, seja elas, hoje capitaneadas, fortalecidas por mobilizações ambientais, não necessariamente voltadas para as agriculturas. Mas ainda é uma parcela muito pequena, é um grupo muito pequeno dentro dos governos que conseguem ter essa visão. De desenvolvimento que passa pela agroecologia. O fato disso, por exemplo é a grande derrota dessa semana quando o próprio governo do Estado do Rio

Grande do Sul, mesmo dizendo que é a favor da agroecologia, libera e concorda com a liberação, e vai subsidia e vai liberar a distribuição das sementes de milho transgênico no programa de troca-troca do governo do Estado. Isso é uma ação que bate frontalmente contra a agroecologia, porque milho transgênico tem uma alta capacidade de polinização, vai contaminar com toda certeza, toda a produção de milho crioulo e outros milhos de polinização aberta e mesmo outros híbridos e pipocas e tudo mais, e vai fazer com que se perca em poucos anos as safras de milho crioulo, milho preto. Milhos de variedades que estão na mão de agricultores. Porque hoje, 80% do milho plantado na agricultura é proveniente do troca-troca de sementes. E por questões de pressão da do capital e das empresas que produzem e vendem essas sementes transgênicas, então o governo vai comprar e vai distribuir as sementes. Isso mostra que não tem uma política clara e definida, tem algumas migalhas ou algumas concessões para a agroecologia. Tanto que recursos como eu falei acabam ficando na mão de grandes empresas multinacionais que não estão discutindo a questão ambiental nesse processo.

ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM O CETAP

Nome da entidade entrevistada: Centro de Tecnologias Alternativas Populares

Nome dos entrevistados: Técnico B

Nome do entrevistador: Shaiane Carla Gaboardi

Data: 05/05/2014.

Shaiane: De que forma que o CETAP participou da construção da PNAPO?

Técnico B: Bem, o CETAP faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e então na construção da Política foram chamadas todas organizações e movimentos envolvidos com a agroecologia, entre elas a Rede Ecovida de Agroecologia e justo pela Rede que o CETAP participou. Foram duas organizações que foram diretamente indicadas para a construção de propostas, então foi o CETAP e a AOPA que participaram enquanto Rede Ecovida na formulação junto com outras organizações de algumas propostas né. As propostas que a gente formulou, que a gente discutiu nesses encontros elas foram para um Grupo de Trabalho (GT) formado pelos ministérios e esse grupo lapidou um pouco melhor isso, então muitas das propostas, digamos a essência das propostas que a gente tinha levantado elas desapareceram, nem tão contempladas hoje na política né. Várias sim, muitas delas, acho que já é um bom avanço o que tá colocado ali, mas várias coisas mais de ponta que a gente sente aqui no campo quando está discutindo agroecologia, quando tá fazendo isso, a gente não conseguiu, ou mudaram, ou tiveram um formato diferente e acabou sendo formulado isso né. No retorno teve vários debates das organizações, mas daí a gente não consegue mais ter o peso da proposta inicial. Então se fez uma mescla do que é de fato as demandas das organizações e também o que enquanto governo se avalia disso né. Junto com as organizações mesmo que fazem parte nem todas tem a mesma avaliação né, tu olha organizações que são ligadas de fato com a agroecologia tem uma avaliação um pouco diferente desse processo, do que um movimento que tem toda uma história, uma caminhada, mas que também a agroecologia faz parte desse processo, mas não é só a agroecologia né. Então aí a gente já tem encrencas né, não é fácil porque aí a gente tem movimentos de jovens, de mulheres, MPA, MST, as organizações a ANA a ABA então tem as organizações de pequenos agricultores, mas também as organizações de grandes produtores orgânicos que defendem algumas coisas que não é bem o que a gente quer né.

Shaiane: Tem algum exemplo de alguma coisa que vocês levantaram como proposta e não apareceu?

Técnico B: Eu faz tempo, até fui eu que participei das atividades em Brasília, mas faz tempo que não tenho olhado né, mas eu acho que várias coisas no sentido de algo mais específico das ações das mulheres, tinham demandas bem específicas das mulheres, de crédito ou ações, projetos voltados pra mulheres trabalharem agroecologia, da mesma forma pra jovens, e isso se passou, ficou coisas bem gerais que podem acontecer como podem não acontecer né. Até tá vindo agora nesse último período algumas ações né, ATER voltado pra mulheres né, mas de fato falta bastante isso. Pra botar funcionar várias das ações que foram colocadas na Política como um todo falta recurso, falta grana pra botar isso em prática né. São várias propostas levantadas mas de fato se a gente vai olhar lá todos os ministérios, as secretarias que ficaram na política pra botar recursos pra fazer rodar né o Plano de Agroecologia, a maioria deles estava vazio né, as gavetinhas lá nos ministérios, mas sem dinheiro pra trabalhar com isso. Então se constrói uma Política toda, dentro do ano da Rio + 20, onde o Brasil apresentaria sua proposta ambiental, que foi um marco de fato, mas na prática foi muito pouco daquilo. Se tu pegar isso, faz dois anos da Política, e agora sai o primeiro edital de ATER pra agroecologia. Todas as organizações da Rede Ecovida foram excluídas, não conseguiram acessar, recorreram daí agora umas já conseguiram acessar ele, mas todas tinham ficado de fora. Então o pôr na prática isso ele ainda tá longe né.

Shaiane: O Seminário Regional da Região Sul foi o CETAP que sediou?

Técnico B: Foi Passo Fundo, nesse período juntou as entidades da Rede Ecovida, poucos movimentos participaram, acho que teve uma ou duas representações só dos movimentos né, que foi onde se tentou marcar um pouco mais, pegar a primeira proposta da política que veio, tentar lapidar ela, dar uma olhada nela e discutir sobre ela né. Então várias coisas foram pontuadas ali.

Shaiane: Como foi a articulação em âmbito da Rede Ecovida com o CAPA para a elaboração das propostas?

Técnico B: Foram enviados os documentos para todas as organizações que fazem parte da Rede, pro pessoal ler, tentar discutir, mas aí também tem isso, depende das pernas de cada entidade de poder discutir isso internamente e depois retornarem pra virem pra esse Seminário tentar contribuir o máximo possível com essas ações né.

Shaiane: O CETAP vem trabalhando bastante com o CAPA agora nessas ações que envolvem a agroecologia?

Técnico B: Aqui na região tem um núcleo da Rede Ecovida e o CAPA e o CETAP fazem parte, isso é o que articula as duas organizações, mas é basicamente nesse processo da Rede mesmo. Tem o Núcleo de Agroecologia agora que a Universidade também faz parte né que são as instâncias que a gente discute algumas coisas coletivas e tudo mais. Senão de fato cada um vai tocando um pouco as suas ações né. O CAPA tem sede aqui, o CETAP vem pra região Alto Uruguai em 2001, mais forte ou senão 1994 começou um trabalho com o grupo da Vaca Morta, só tinha um grupo de atuação aqui na região. Então a gente tem um pouco de respeito, ah, vou trabalhar com uma família aqui, mas o CAPA já vem trabalhando com ela. Não, cada um tem o seu público, vai avançando conforme pode, naquilo que precisa dialogar dialoga né, então nesse campo a gente vem se articulando sim.

Shaiane: Depois dos Seminários Regionais teve um encontro em Brasília que tu participou, foi um encontro?

Técnico B: Na verdade foram dois, um anterior a esses seminários regionais, foi onde apresentaram a minuta e onde a gente já discutiu algumas propostas, os grupos de trabalho, organizou quem que dos ministérios estaria participando e aonde preparou toda a documentação de subsídios aos seminários regionais, que era onde se esperava a maior contribuição de todas né. E aí na sequência isso retornou pra mais um debate que aconteceu em Brasília, onde juntou mais gente que na primeira vez, onde se tentou bater o martelo. E aí se percebeu as diferentes avaliações e visões de agroecologia entre as organizações. A Rede Ecovida tem uma, e não é a única, não é a mais correta, não é a mais errada, mas são várias avaliações que tem esse campo né, então a política tenta convergir um pouco essas avaliações e demandas. Imagino que lá uns 10% do que foi demanda de cada regional, ou de cada organização que teve mais peso, conseguiu ser contempladas.

Shaiane: Foi muito visível o conflito de interesses, a visão de agroecologia dos movimentos sociais, das ONGs? Entre as organizações eu gostaria de saber como foi o conflito e num geral das propostas das organizações, movimentos com as propostas dos ministérios, do Estado.

Técnico B: Entre as organizações, olhando a agroecologia como aquilo que a gente quer lá na frente, não tem muita discordância, mas cada organização tem o seu jeito de fazer isso acontecer. Uns apostam mais que a agroecologia acontece pela formação, pela educação, por meio das universidades [...] Outros defendem que a agroecologia passa pela dinâmica da comercialização, que precisa fortalecer as dinâmicas de comercialização que vai crescendo também o público, os agricultores que vão participando, vão sendo atraídos né [...] Pra muitos a construção da política foi o auge, então tem ações mais no campo político. Então nesse debate da construção da política como um todo a gente vai tentando ajustar isso da melhor forma possível, tenta mediar um pouco esse

processo. Não sei se é bom ou é ruim, se é melhor a gente ter uma visão só que vai puxando um pouco isso...

Shaiane: Qual a visão do CETAP em relação a Política ser destinado tanto para produção agroecológica como para produção orgânica?

Técnico B: na verdade eles colocaram que a agroecologia faz parte do orgânico, e pra nós é o contrário a agroecologia é além do que só produção, é tu olhar uma propriedade e tu pensar o conjunto de uma propriedade né, e não só a produção de fato, a produção de milho, a produção de alface... mas a política meio que juntou tudo isso né. Tinha um pouco isso, no primeiro debate a gente pensou bem, produção orgânica é uma coisa, produção agroecológica é outra, mas foi tentado meio que criar um conceito único. Pra nós ia agroecologia, substituía todas as palavras, mas isso não passa. Aí sim, tu começa entrar em outra coisa, discutir com sindicato, com movimento, com outras organizações né, que daí não, tu tendo produção orgânica já é bom, muito bem, também acho, mas seria bom ir avançado um pouco além disso. E aí não adianta, cada organização tem seu conceito próprio e vai trabalhando com sua metodologia.

Shaiane: Eu gostaria que você fizesse em âmbito da Rede, do CETAP, uma avaliação da Política, o que tem de positivo e o que falta, o que não foi contemplado.

Técnico B: bom primeiro uma avaliação positiva da política né, tanto pra quem é mais político, quanto pra quem é mais basista, ela saindo já é algo interessante, porque assim a gente tem base pra cobrar diversas coisas, por exemplo, hoje tem a política criada e diz que o MDA tem que botar recurso, bom, isso nos dá base pras organizações cobrarem que de fato isso venha a ser executado, venha sendo feito. O envolvimento de tentar ter na política todas as organizações que trabalham com a agroecologia, ela é positiva, tu tentar trazer isso, tentar colocar embaixo do mesmo guarda chuva organizações que trabalham com essas ações que de fato imagino eu que pra dar caldo mesmo, a agroecologia deveria virar um movimento de fato, pra dar um pouco mais de peso, porque hoje tá meio dividido ainda. Como Política Nacional mesmo, a gente cria essas diretrizes mais gerais, como que isso vai acontecer na ponta a gente não sabe como vai ser. Está aberto pra tudo e de concreto... tipo assim, não tem um compromisso firmado completamente e acho que isso que deixa a desejar. Quando tu coloca numa diretriz lá algo que tu pode abranger desde o pequeno agricultor aqui, vivendo de agroecologia, fazendo seu processo, como também um produtor de soja orgânica de milhares de hectares [...] eu acho que isso hoje pra nós é um problema. A realidade da agricultura familiar que faz agroecologia, e da produção orgânica, em larga escala que vem crescendo cada vez mais em nível de Brasil e pra fora, ela é muito diferente. E isso a política não diferencia, então isso pra mim é um dos principais limites além de colocar em prática 30% daquilo que tá na política ali, que já nos ajudaria um monte.

Shaiane: Como o CETAP, a Rede enxerga a institucionalização da agroecologia, ou seja, a agroecologia por meio do Estado?

Técnico B: Eu acho difícil, acho muito complicado, porque cada governo que entra tem uma avaliação diferente referente a tudo né. A gente viveu isso, saímos de um governo que não apoiava a agroecologia, pra um governo que dizia que apoiava, botou dinheiro, mas não botou pras organizações que historicamente fizeram a agroecologia, que dão base pra toda dinâmica que tem. Hoje se não me engano, depois de dois anos, o CETAP conseguiu um projetinho do Estado pra um ano e o Centro Ecológico conseguiu um e o CAPA Santa Cruz conseguiu outro. Então de todas as organizações do estado essas conseguiram um projetinho de cem mil pra cada organização pra acompanhar 250 famílias agroecológicas, então assim, setecentos pila por família de ajuda. Vamos terminar os quatro anos de governo e a gente basicamente teve isso. Tem outras coisas que vem vindo, alguns programas que vem apoiando experiências bem pequenas de base agroecológica, aqui na região por exemplo, todos os projetos da SDR de base ecológica foi o CETAP que indicou, então tem algumas coisas que vem avançando, mas de fato o grosso do acompanhamento, do tentar

fomentar, fortalecer, buscar mais famílias, ainda tá muito fraco. E a avaliação que a gente tem é que quanto mais tu trazer isso pra responsabilidade do governo, mais frágil a gente vai ficando. Trabalhos históricos do CAPA e do CETAP eles vão se deteriorando cada vez mais.

Shaiane: Quais as propostas pra tornar as políticas mais eficientes?

Técnico B: uma política de acompanhamento de famílias um pouco mais orientada. Tipo assim, hoje tem dinheiro, onde é que vai parar? Nas agropecuárias, pra comprar veneno e adubo químico. Então, existe manejo, formas de fazer diferente e os profissionais também precisam olhar de forma diferente pra isso. Assistência técnica, perfil de profissional pra estar trabalhando a campo, hoje a gente precisaria ter mais profissionais com essa avaliação, tu olhar pro agricultor e não ver mais ele como um consumidor de produto. Ele precisa sim, porque hoje ele deixou de ser agricultor, ele espera vir o técnico e dizer quando planta o milho, quando veneno bota, quanto adubo vai, fica esperando um pouco isso, não tem um planejamento próprio, de ele estar se organizando pra isso, porque o modelo tende a isso e a formação de muitos profissionais vem exatamente pra multiplicar isso. Teríamos que ter ações nesse campo, mais forte, nessa questão da formação das pessoas pra acompanhar essas famílias. Então as políticas públicas serem melhor acompanhadas, melhor orientadas. Isso pra mim seria uma das principais coisas.

Shaiane: O público que o CETAP atende acessa que políticas?

Técnico B: PRONAF e PAA, PNAE, que são as duas políticas que mais fazem avançar a agricultura ecológica, são os dois melhores programas que tem, com todos os problemas, mas são os melhores. O Pronaf Mais Alimentos.

Shaiane: Porque tu acha que o PAA e o PNAE contribuem bastante?

Técnico B: Na minha visão essas políticas foram criadas num desenho de que ela dá a vara e o anzol pro agricultor ir pescar, não dá o peixe. Tentando traduzir um pouquinho isso, garante a comercialização de produto [...] Te dá a oportunidade de produzir, ou seja, se o agricultor se organiza um pouquinho, tem a vontade de diversificar a produção, ele tem onde vender. Se tu pegar hoje e somar oito mil do PAA normal Doação Simultânea, e tu pega mais nove mil reais do PAA Formação de Estoque, que o agricultor pode acessar os dois, e pega mais vinte mil reais PNAE, são 37 mil Reais que uma propriedade produz de produto diversificado com garantia de venda, estando organizado né. Eu acho que 50% das propriedades do Alto Uruguai não chegam a metade disso de renda por ano. Se tu pega as regiões mais pobres dentro da nossa micro região aqui, tem gente que vive com 10 mil reais por ano de renda bruta, e ali tu pega políticas que garante a comercialização do produto, mas tu precisa se organizar, tu precisa produzir, precisa pensar a produção, se planejar dentro da propriedade e aí tu tem a garantia de que o governo te paga. Acho que entre as políticas [PAA e PNAE], tá entre as melhores que tem hoje. Pra tu acessar tu tem que estar dentro de uma cooperativa, numa associação, no nosso âmbito tem que ter a certificação de produto orgânico, tem que estar num grupo, fazer reuniões e aí tu consegue entregar teu alimento. Acho que elas ajudam a fazer com que as famílias se replanejem pra produzir e entregar não só milho e soja, vaca, porco ou frango, tu vende mandioca, tu vende batatas, tu vende pipoca, tudo aquilo que tu tem pra comer na propriedade tu pode oferecer nesses programas.

Shaiane: Como você vê o futuro da Agroecologia?

Técnico B: acho que estamos num período de consolidação de algumas experiências, o crescimento da agroecologia depende não só de fortalecer politicamente, mas sim de pessoas gastando seu tempo, trabalhando com essas ações.

ANEXO E - ROTEIRO ENTREVISTA REALIZADA COM O CAPA

Nome da entidade entrevistada: CAPA- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Nome dos entrevistados: Técnico A

Nome do entrevistador: Shaiane Carla Gaboardi

Data: 20/06/2014.

- 1) O CAPA participou da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em âmbito da Rede Ecovida?
- 2) O CAPA apontou alguma proposta para a criação da PNAPO?
- 3) Houve articulação CAPA/CETAP/Rede Ecovida para elaboração de propostas para a PNAPO?
- 4) Qual a visão do CAPA sobre o processo de construção da Política.
- 5) Para o CAPA, quais são as potencialidades e os limites da PNAPO?

Vou responder em bloco:

O CAPA não participou diretamente da construção da PNAPO, mas indiretamente sim através da participação em diferentes espaços: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Comissão Estadual de Produção Orgânica (CPOrg) no estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Associação Brasileira de ONGs (ABONG), CONSEA, Rede Ecovida de Agroecologia,

entre outros. A política é fruto das experiências realizadas pela sociedade civil, que também será responsável pelo monitoramento das ações. Já em 2005 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção em resposta a uma demanda da sociedade brasileira, levando em consideração que a agricultura de base ecológica tem demonstrado que é possível produzir alimentos mais saudáveis, sem uso de agrotóxicos, propiciando a renovação natural do solo e garantindo a segurança alimentar e nutricional da população. Em 2010 diversas entidades ligadas a Rede Ecovida de Agroecologia, entre elas, o CAPA, participaram da elaboração do Programa de Agricultura de Base Ecológica (PABE), sendo o mesmo lançado no final de 2011. Esse Programa visa projetar a agroecologia enquanto modelo de desenvolvimento rural, como uma das políticas públicas de estado do RS. Em agosto de 2012 foi instituída a Política Nacional de Agroecologia com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, uma política específica para o desenvolvimento da agricultura orgânica de forma a propiciar o acesso aos produtos orgânicos a todas as camadas da população. E o ano de 2013 foi marcado pelo lançamento do Plano Nacional voltado para esta temática. É um marco, não só para o movimento orgânico brasileiro, mas para todas as entidades e movimentos que se preocupam e buscam uma conversão agroecológica para a agricultura. Pela primeira vez temos a construção de um Plano Nacional voltado para essa temática, que mostra claramente que ações de governo existem, como se articulam, quais são suas metas, qual o recurso existente para executá-las e quem são os responsáveis por elas. Este plano será importante não só para a agricultura familiar, mas para o País, os investimentos em 134 iniciativas envolvendo 14 metas dentro de quatro eixos principais: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo.

Limites:

Garantia dos direitos territoriais Como avançar numa política de agroecologia com essa estrutura fundiária altamente concentrada que temos hoje no Brasil, ou com as populações tradicionais muito inseguras com relação ao acesso à terra, sempre ameaçadas de perder suas terras. A questão do cumprimento da função social da terra, da garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais, é absolutamente fundamental. Garantir o protagonismo das organizações da sociedade civil É preciso o garantir protagonismo das organizações da sociedade civil e viabilizar que tenham liberdade para executar políticas públicas. São essas organizações, de assessoria, as organizações dos agricultores, as associações,...que vêm historicamente promovendo a agroecologia, quando o Estado ainda nem falava disso, quando as políticas públicas vinham na contramão da agroecologia.

Acesso a recursos – Marco Legal

Há um processo de criminalização da sociedade civil, inclusive em relação ao acesso a recursos, é preciso rever o marco legal que regula a relação sociedade e estado no que diz respeito a recursos públicos.

6) Qual a opinião sobre o PLANAPO, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica?

O programa é fruto de um intenso debate e construção participativa, envolvendo diferentes órgãos do governo, movimentos sociais e ONGs, e é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), ou seja, foi construído de forma amplamente participativa, por meio de diálogos regionais e nacionais. Temos um prazo de três anos para execução desta primeira edição do plano, traduzindo a preocupação de estabelecer um marco de partida para uma política de continuidade, uma vez que o plano vincula suas iniciativas às ações orçamentárias já aprovadas no Plano Plurianual 2012 a 2015. Trata-se de um forte compromisso para trazer a agroecologia, seus princípios e práticas para dentro das unidades de produção, como também para as próprias instituições do Estado, influenciando a agenda produtiva e de pesquisa e os órgãos gestores de políticas públicas. Podemos dizer que é um grande avanço na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e marca o compromisso do governo federal com a ampliação e efetivação de ações que devem orientar o desenvolvimento rural sustentável. Com a aprovação do PLANAPO a agroecologia ganha peso como política pública. O financiamento tem sido uma das grandes dificuldades para a produção agroecológica e familiar. Um dos principais desafios do Plano é que ele prevê o financiamento para a transição agroecológica, mas sabemos que toda a lógica de funcionamento dos financiamentos é para atrelar a agricultura familiar aos complexos agroindustriais. A proposta de financiamento foi construída assim e vem permanecendo dessa forma, induzindo o agricultor a comprar a semente híbrida ou transgênica, o adubo químico e o agrotóxico. É preciso reverter essa lógica para que o financiamento seja capaz de estruturar as unidades produtivas dos agricultores, capaz de financiar o uso da semente crioula, os insumos para a agricultura orgânica e não os adubos químicos, de pensar um sistema diversificado. É preciso que haja mudanças importantes na política de financiamento para que possa incorporar o enfoque agroecológico.

7) No que a política pode auxiliar para a promoção da Agroecologia no Alto Uruguai?

Tem um conjunto de ações para apoio diretamente à produção que precisam ser implementadas, bem como para formação em agroecologia que dão apoio para cursos de nível médio, escola família agrícola e outras iniciativas de formação no campo, para incorporar a agroecologia nesse tipo de formação. Intensificar a sistematização da produção acadêmica e científica e do conhecimento agroecológico e a disponibilização de material técnico pedagógico para técnicos, agricultores, produtores e estudantes. Construir, aperfeiçoar e desenvolver mecanismos para a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, bem como, no contexto das práticas e movimentos sociais, do mundo do trabalho e das manifestações culturais. Na região temos o

Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai que tem se preocupado na sensibilização da sociedade civil para o consumo de alimentos com qualidade biológica, bem como na divulgação de experiências agroecológicas. Através da soma de esforços entre as diferentes entidades e organizações e que os recursos sejam repassados de forma diferenciada (subsídio), de maneira que venha a contribuir para o processo de conversão e valorização do agricultor agroecológico.

8) Como o CAPA enxerga a agroecologia por meio do Estado?

No RS temos o Programa de Agricultura de Base Ecológica (PABE) que deverá dialogar como PLANAPO na implementação das ações. O que esperamos dos programas é que eles incluam mais e levem em conta os saberes das diferentes regiões. Existe a necessidade de uma maior articulação das redes que atuam com agroecologia na perspectiva da extensão rural, compreendendo que as redes de assistência técnica foram conquistadas dos movimentos sociais; a construção de mecanismos para ampliar as áreas atendidas pelas chamadas públicas da agroecologia e visibilizar a atuação da extensão rural e o fortalecimento das chamadas públicas garantindo avanços metodológicos para a conversão agroecológica, permitindo a realização de práticas sociais diferenciadas e construídas junto às organizações sociais.

9) Como o CAPA vê essa questão de a política ser voltada tanto para a agroecologia como para a produção orgânica?

O mais importante é o conjunto do plano, no sentido de apontar para um projeto de inclusão social, de desenvolvimento que respeite a natureza, que seja capaz de levar uma nova visão de mundo, novos valores e possa ajudar na distribuição de renda e diminuição das desigualdades econômicas e sociais. Entre os avanços previstos é que a agricultura orgânica deixar de ser um nicho de mercado, o um aumento considerável de recursos disponibilizados, o esforço coletivo de simplificar a burocracia de acesso a produtos agroecológicos, a participação da sociedade civil desde o início da elaboração do PLANAPO e o constante processo de monitoramento e avaliação.

10) As ações desenvolvidas pelo CAPA possui algum respaldo do governo?

Enquanto Consórcio CAPA, os 5 núcleos tem recebido prêmios e reconhecimento à nacional e internacional. Este ano por ocasião da Semana Municipal do Meio Ambiente o CAPA recebeu o Certificado Ambiental Dr. Sérgio B. Maccagnini. Além do reconhecimento e do ganho político precisamos avançar na garantia da continuidade das ações que estão sendo executadas.

11) As prefeituras têm auxiliado de alguma forma?

Temos uma preocupação enquanto CAPA de não depender apenas dos recursos da cooperação internacional, por isso nos últimos anos temos assumido o compromisso de aumentar a nossa contrapartida, ou seja, os chamados recursos próprios. Existem recursos para a implementação das atividades junto aos agricultores familiares, mas não existe para a contratação de profissionais, quadro técnico e administrativo, bem como a compra de equipamentos e veículos. Esse é um dos limites da grande maioria das ONGs e movimentos sociais. No RS e SC temos alguns contratos de prestação de serviços técnicos para algumas prefeituras, mas longe de ser o ideal.

12) Quais são as políticas mais acessadas pelos agricultores que o CAPA atende?

Programa Fome Zero - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Formação de Estoque .

13) Se possível pontuar e comentar alguns trabalhos com viés agroecológico que o CAPA vem desenvolvendo no Alto Uruguai recentemente e o número aproximado de famílias que participam.

A atuação do CAPA – Núcleo Erechim tem uma abrangência maior, com atividades no RS e SC, norte e noroeste do RS e oeste de SC. Na nossa área de atuação contamos com 60 famílias certificadas, 20 grupos de agricultores, 11 feiras, 5 agroindústrias e 2 cooperativas: Cooperfas e Cooperbiorga.

Na região do Alto Uruguai: Grupo de Citricultores; Agricultores Feirantes – Feiras do Bairro São Cristovão e na Nossa Terra; Grupo de Agricultores de Erval Grande, Paulo Bento, Erechim, Severiano de Almeida, envolvendo 40 famílias; Assessoria no município de Erechim – CRAS I, II e III com atividades semanais (12h), palestras, oficinas e cursos sobre alimentação e produção de alimentos saudáveis e orgânicos; reaproveitamento de alimentos; utilização de plantas medicinais como geração de renda; associativismo, comércio justo e solidário. Além dos espaços de participação e articulação de diversas atividades e assessorias.

14) Como o CAPA avalia o trabalho na Escola Érico Veríssimo?

O trabalho na Escola Érico Veríssimo iniciou em 2009 com diversas atividades visando à sensibilização para a proposta agroecológica: instalação de uma horta para a produção de hortaliças, plantas medicinais, compostagem, pequena agroflorestal, abelhas nativas sem ferrão, além do debate sobre uma alimentação saudável. Em 2011, o CAPA e a UFFS, desenvolveram algumas atividades em parceria, entre elas, o Projeto Escola Mais Sustentável. O trabalho realizado nas escolas visa à sensibilização e ações práticas com o cuidado do planeta e irradiação da proposta agroecológica, neste sentido temos priorizado algumas palestras e oficinas na Semana Municipal do Meio Ambiente e a Semana Nacional do Alimento Orgânico. Na região temos assessorado e desenvolvido atividades na Escola do Rio Toldo, desde 2005, município de Getúlio Vargas; Escola Campos Sales, desde 2006, município de Floriano Peixoto; a Escola Érico Veríssimo e algumas intervenções nas escolas municipais: Jaguaretê, Irany,.. Limites: uma equipe muito enxuta, com dificuldades de assumir mais atividades.

ANEXO F – EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO CETAP (Atualizado em junho de 2014)

INFORMAÇÕES SOBRE A AGROECOLOGIA NO ALTO URUGUAI							
Município	Categorização da experiência (individual, associativa, cooperativa, outros: especificar).		Breve relato da experiência (indicando estágio da conversão agroecológica, contato e localidade rural, se possível).	Ano aproximado de início (em caso de uma experiência importante que não tenha logrado êxito, indicar o ano aproximado em que desistiu-se da atividade).	Certificação (caso possua indicar, se possível, a certificadora).	Acompanhamento técnico (sim/não; indicar organização que assessora).	Organizações existentes que apoiam as experiências citadas (movimentos sociais; ONGs; organizações religiosas; organizações sindicais; organizações governamentais; associação de produtores; associação de consumidores; outros: especificar).
Três Arroios	Nº 01	Grupo informal	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de agricultores ecologistas da comunidade de Vaca Morta. - Composto inicialmente por 12 famílias que iniciaram o trabalho grupal a partir da produção de sementes de milho de cruzamento de híbridos. - Hoje são 8 famílias, destas algumas ainda famílias iniciais e outras famílias novas. - Algumas propriedades com o processo de agroecologização consolidado, outras em processo de transição; - Fazem comercialização, Erechim, Passo Fundo e Fazem parte do Circuito sul de comercialização da Rede Ecovida. 	-Início em 1995	- Todas as famílias já possuem o certificado de produção ecológica, Filiados a rede Ecovida de agroecologia;	- Sim o CETAP	- CETAP
Três Arroios	Nº 02	Grupo Informal	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Linha Araujo, localizado na linha Araújo, - composto hoje por 11 famílias; - Organizado com objetivo de implementar ações de agroecologia e multiplicação de 	- Teve seu início em 2001 com o trabalho da ADATABI- Associação Para desenvolvimento da Agroecologia no Municípios de Três	- Certificado pela rede Ecovida de Agroecologia	- Sim CETAP	- CETAP

			sementes crioulas; - Experiência em comercialização;	Arroios, Aratiba. Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul			
Erechim	Nº 03	Grupo informal	- Grupo Passo da conquista , localizado no município de Erechim; - Composto por 4 famílias (sendo uma agroindústria Urbana); - Organizado com objetivo de transição para agroecologia e comercialização direta; - Expe- produção ecológica Implantação dos PAIS e agroindústria de doces e conservas, produção de morango ecológico.	- O grupo teve sua formação oficial em janeiro de 2012.	- algumas famílias já certificadas pela ecovida	- Sim CETAP e MAB	- CETAP, MAB.
Itatiba do Sul	Nº 04	Grupo informal	- Grupo Derrubadas , Localizado na comunidade de Derrubadas Itatiba do Sul; - formado hoje por 4 famílias; - Organizado com objetivo da transição para agroecologia e comercialização direta; - Experiências com produção ecológica, Feiras; PAA, Merenda escolar, Agroindústrias de Queijo e salame (não ecológico) e moinho de pedra.	- Início do grupo em 2001.	- Certificadas pela Ecovida	- Sim CETAP	- CETAP, Emater
Aratiba	Nº 05	Grupo informal	Grupo encruzilhada da Várzea , localizado nesta mesma comunidade, município de Aratiba; - Formado hoje por 8 famílias; - Experiência com produção ecológica, Feiras, Paa, Merenda escolar, Agrofloresta, sementes crioulas, produção de merrilo...	- Início em 2001.	- Algumas famílias certificada pela ecovida.	- Sim CETAP	- CETAP
Itatiba do Sul	Nº 06	Grupo informal	Grupo Pitanguinha , localizado na comunidade Pitanguinha Município de Itatiba dos Sul;	- Início das primeiras experiências em 2001	- algumas famílias certificadas pela	- CETAP	- CETAP, Apoio prefeitura de itatiba do Sul, Emater e Sutraf

			<ul style="list-style-type: none"> - Composto hoje por 6 famílias; - experiências, produção orgânica, feiras, agroindústria de açúcar mascavo, formulação de rações orgânicas, produção de sementes 		ecovida.		
Erechim	Nº 07	Associação Regional	<ul style="list-style-type: none"> - ECOTERRA, Associação Regional de Cooperação e Agroecologia, por grupos ecologistas da região; - Localizada município de Erechim (articulação em Aratiba, Três Arroios, Itatiba do Sul, Barra do Rio azul e Erechim). - Experiências comercialização direta, PAA. - Foi premiada entre as melhores 50 experiências do país em 2005; - Foi escolhida entre as três experiências a serem sistematizadas pela Articulação Nacional de Agroecologia, sobre segurança e soberania alimentar e nutricional. - Participam cerca de 60 famílias, sendo elas dos grupos citados. 	<ul style="list-style-type: none"> - criada em 2001 - Possui um Centro de Processamento de Alimentos no município de Aratiba, para associados da ECOTERRA. 	- Todas famílias certificadas pela ECOVIDA	- CETAP	- CETAP, Caritas
Erechim	Nº 08	Agroindústria Doce e Conservas	<ul style="list-style-type: none"> - JK Doces e Conservas; - Uma família urbana, ligada a um grupo de agricultores Passo da Conquista. 	- Início em 2012;	Agroindústria certificada pela rede Ecovida de Agroecologia	- CETAP	- CETAP, Caritas.
Interestadual	Nº 09	Circuito sul da rede Ecovida	<ul style="list-style-type: none"> - Circuito de comercialização de produtos ecológicos entre entidades e agricultores membros da rede Ecovida de Agroecologia. Intercambia produtos ecológicos dos RS, SC e PR. Em Erechim a estação responsável é a ECOTERRA 	- Início 2005	- Famílias certificadas ou em transição para Agroecologia pela rede ECOVIDA	- Na estaca ode Erechim o CETAP	- CETAP e outras entidades ligadas Agroecologia dos estados participantes.
Três arroios	Nº 10	Banco de sementes	<ul style="list-style-type: none"> - Banco de semente crioulas do Alto Uruguai; 	- início em, 2001	- as famílias não precisam ser	- CETAP	- CETAP Caritas diocesana de Erechim

		crioulas	<ul style="list-style-type: none"> - Composto hoje por 10 famílias de 5 municípios diferentes, - Localizado na comunidade de vaca morta município de Três arroios; - Armazena e serve como referencia para as famílias ecologistas como um espaço de estocagem e ajuda a dar unidade ao trabalho; - Considerado um dos bancos genéticos do trabalho com as sementes crioulas da região. 		certificadas para participarem do banco de sementes.		
--	--	----------	---	--	--	--	--

...continuação			
Município	Experiência		Breve relato sobre o principal estrangulamento/gargalo atual da experiência ou do insucesso das iniciativas
Três Arroios	Nº 01	Grupo Vaca Morta	O grupo se mantém com o passar dos anos, mas com uma mudança de famílias meio que constante. Onde entram novas famílias e saem famílias antigas, por diversos problemas, como: Falta de mão de obra, cansaço na participação de dinâmicas coletivas. Também sofre-se com a falta de apoio de órgão públicos ou políticas públicas voltadas para agroecologia, dificuldade no apoio para sustentação da nossa a assistência técnica voltada para agroecologia.
	Nº 02	Grupo Linha Araújo	Este grupo também vêm se mantendo com o passar dos anos, buscando novas famílias, mas também em renovação constante. Poderia aumentar o numero de famílias se tivesse de forma continuada a sustentação da nossa a assistência técnica voltada para Agroecologia, que mantenha o fomento e apoio as famílias nas diversas áreas não somente produção, por falta de apoio de órgão públicos ou políticas públicas voltadas para Agroecologia.
Itatiba dos Sul	Nº 04	Grupo Derrubadas	Distância do pólo de comercialização que é Erechim, dificuldade de transporte dos alimentos até aqui., falta de mão de obra, ficou somente o casal mais velho, poucos jovens, Também sofre-se com a falta de apoio de órgão públicos ou políticas públicas voltadas para agroecologia, dificuldade no apoio para sustentação da nossa a assistência técnica voltada para agroecologia, que mantenha o fomento e apoio as famílias nas diversas áreas não somente produção.
	Nº 06	Grupo Pitanguinha	Este é o grupo mais distante do pólo de comercialização, o que inviabilizou a sustentação de uma dinâmica para recolhimento dos alimentos para comercialização em feira fora de Itatiba do sul, junto com a falta de apoio de órgão públicos ou políticas públicas voltadas para agroecologia, dificuldade no apoio para sustentação da nossa a assistência técnica voltada para agroecologia, que mantenha o fomento e apoio as famílias nas diversas áreas não somente produção.
Erechim	Nº 03	Grupo Passo da Conquista	Um grupo novo, com dificuldades ainda de organização interna para acessar os espaços de agroecologia e certificação do conjunto, falta de estrutura nas famílias para produção, Por serem reassentados ainda são deixados as margens com pouco apoio.
	Nº	Associação ECOTERRA	Experiência que tinha como objetivo abranger diversos municípios, mas que pela distancia e falta de apoio não se

	07		viabilizou, mesmo que se sustentou por 10 anos. Falta de apoio público e de organizações do campo para consolidação da experiência, distancia entre as famílias, Limites do sistema de inspeção sanitária entre municípios. Falta de reconhecimento dentro da região, como era reconhecida fora e claro clima que destruir com vendaval nossa estrutura sendo que o poder público não cedeu mais o espaço para nova construção...
	Nº 08	A.Ind JK - Doces e Conservas	Experiência nova, mas com dificuldades de matéria prima para alguns produtos com Ex: vinagre orgânico para as conservas, custo de alguns insumos necessários para a produção de doces e geléias, capital de giro e por ser uma agro indústria no espaço urbano, mesmo tendo uma articulação forte com grupos de agricultores não se encaixa no programa das agro indústrias do governo(crédito).
Aratiba	Nº 05	Grupo encruilhada da Várzea	Este grupo teve drásticas desde sua criação, onde eram somente famílias a comunidade, hoje o mesmo esta composto por diversas famílias de outras comunidades e municípios. Formulação esta que da a possibilidade de se manterem no processo de certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia. E também com a dificuldade de um fomento e organização mais constante.
Interestadual	Nº 09	Circuito da rede Ecovida	Falta de apoio público para estruturação deste sistema, este apoio esta se tendo nos estados de SC e PR, somente aqui no RS que não estamos sendo apoiados até o momento, (estrutura física(espoco, transporte) e estrutura de articulação e acompanhamento técnico para a agroecologia).

ANEXO G – EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO CAPA (Atualizado em junho de 2014)

INFORMAÇÕES SOBRE A AGROECOLOGIA NO ALTO URUGUAI							
Município	Categorização da experiência (individual, associativa, cooperativa, outros: especificar).	Breve relato da experiência (indicando estágio da conversão agroecológica, contato e localidade rural, se possível).	Ano aproximado de início (em caso de uma experiência importante que não tenha logrado êxito, indicar o ano aproximado em que desistiu-se da atividade).	Certificação (caso possua indicar, se possível, a certificadora).	Acompanhamento técnico (sim/não; indicar organização que assessora).	Organizações existentes que apoiam as experiências citadas (movimentos sociais; ONGs; organizações religiosas; organizações sindicais; organizações governamentais; associação de produtores; associação de consumidores; outros: especificar).	
Erexim e Severiano de Almeida	1	Grupo Informal	Grupo regional voltado prioritariamente à produção de citrus agroecológicos, intitula-se Associação Regional de Citricultores Orgânicos. Iniciou articulando-se em 2011, a partir da demanda de alguns agricultores de Severiano de Almeida que já vinham dispostos à realizar a conversão das unidades. São 3 famílias em Sanga Funda, 1 em Mirim e 2 famílias no Paca em Erexim.	2011	São todos certificados de forma participativa pela Rede Ecovida de Agroecologia	Sim, CAPA	CAPA
Paulo Bento	2	Grupo Informal	Grupo novo na sua organização, chamado de Passo da Conquista, composto por famílias já atuantes na agroecologia e novas que estão sendo inseridas no processo neste momento. Pelo CAPA são duas famílias assessoradas, que moram em Lageado Enrique município de Paulo Bento. Estas duas famílias realizam a comercialização de produtos em duas feiras em Erexim, na Cooperativa Nossa Terra e no Bairro São Cristóvão, esta última	2011, porem estas duas famílias já vem sendo assessoradas pelo CAPA desde 1998.	Sim certificadas pela Rede ECOVIDA	Sim CAPA	CAPA

			somente com produtos hortifrutigranjeiros certificados. Há uma experiência de resgate e multiplicação de abelhas nativas sem ferrão em uma destas Unidades, sendo que esta foi certificada como uma Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil em 2009. Estas duas famílias ainda forma contempladas e implantaram o Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS.				
Centenário	3	Grupo Informal	Grupo que iniciou suas atividades em 2000. Na localidade de Lageado Valeriano. Eram 5 famílias que após um tempo de organização e produção abriram uma feira na sede do município em 2010. Este grupo ficou em 3 famílias que realizaram a conversão e a certificação. Em 2013 houve mais uma saída de uma família por não ter conseguido manter a produção agroecológica sendo que ainda este ano as outras duas também pediram o desligamento da Rede ECOVIDA por terem utilizado agrotóxico na produção. Em 2012 iniciaram a comercialização em uma feira no Parque Livia em Erexim.	Em 2000.	Havia por um ano, 2012. Pela Rede ECOVIDA	Sim. CAPA	CAPA e Cáritas Diocesana.
Barra do Rio Azul	4	Associação e Filial da Cooperfas	Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos – AAFA na Linha Campo Alegre. Em 1995 este grupo iniciou suas atividades e logo se formalizou como associação. Partiu para produção agroecológica de cana-de-açúcar e implantou uma agroindústria de açúcar mascavo, mais tarde	1995	Todos tinham certificação ECOVIDA	Sim CAPA	CAPA e Cáritas Diocesana

			<p>articulada com outras associações agroecológicas do Oeste de Santa Catarina criaram a Cooperfas e produziram o açúcar Seiva Ecológica. Porém desde 2011 esta associação tem sérias dificuldades de força de trabalho, famílias saíram e áreas coletivas de produção de cana diminuíram quando então o grupo se desarticulou e hoje está desativado, sem operação e vendendo a agroindústria. Tratava-se no início de 11 famílias, sendo que algumas saíram logo nos primeiros anos e ao final estavam em 4 famílias. Esta experiência de produção e agroindustrialização coletiva de cana-de-açúcar foi objeto de sistematização e publicação de artigo pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para o Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia – ENA. Além de ter sido certificada pela Fundação Banco do Brasil como uma Tecnologia Social em 2009.</p>				
Severiano de Almeida	5	Individual	<p>Família de Idete e Mariano Sentcovski. Na Linha Napoleão. Esta família era ligada a Copalna, agroindústria de suínos, que não teve êxito em seu empreendimento e fechou. Sua atividade na unidade foi se consolidando e mantendo de alguma forma a produção com baixa ou nem uma utilização de agroquímicos. Em 2011 foram indicados pelo CAPA a implantar uma unidade do PAIS e onde suscitou a vontade pela agroecologia e a opção de produção e</p>	2000 com maior aprofundamento a partir de 2011.	Ainda não, em processo de conversão	Sim CAPA	CAPA

			fortalecimento da feira municipal em Severiano de Almeida. Hoje é uma unidade em conversão para a agroecologia, com boa produtividade e rentabilidade comercializando os produtos nesta feira.				
Estação	6	Associação	Desde os anos 90 este grupo vem se reunindo a realizando algumas práticas agroecológicas, especialmente aglutinando experiências já existentes como venda direta em casas, produção degalhinhas caipiras, leite a base de pasto, entre outras. Implantou-se uma feira municipal, existente ainda hoje, onde todos passaram a comercializar de forma coletiva. Não houve avanço maior na questão da agroecologia e algumas experiências de galinha caipira e leite a pasto forma encerradas em função da saída da localidade de algumas famílias.	1998	Não	Sim, havia do CAPA, hoje não mais.	CAPA e Cáritas
Severiano de Almeida	7	Grupo Informal	Práticas em algumas famílias como cisterna em ferro ciemento, hortaliças e frutas, produção de leite a base de pasto, adubação verde além de plantas medicinais. Na localidade de Linha 12. Há uma experiência acumulada e que avançou significativamente em torno da produção de frutas tropicais em Sistemas Agroflorestais e produção de mandioca na Unidade Familiar de Ilmo Regner. Esta experiência foi sistematizada pelo Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Rural da UFRGS em 2012.	2004	Ainda não	Sim CAPA	CAPA

Paulo Bento	8	Associação	Associação formal que iniciou as atividades na localidade de Lageado Enrique com o objetivo principal de produção de grãos e morangos agroecológicos. Após um período iniciou o debate em torno da agroindustrialização de suínos. Hoje algumas famílias estão na agroindustrialização de suínos sem que a mesma seja orgânica. Duas famílias estão no Grupo Passo da Conquista. Algumas mulheres constituíram um novo grupo, Alecrim Dourado, tendo como referência uma horta coletiva (farmácia viva) de produção de plantas medicinais e aromáticas para manipulação.	1998	Ainda não	Sim CAPA	CAPA
Erexim	9	Associação	Formalizada e implantada num espaço coletivo de comercialização em Erexim, inicialmente envolvendo famílias assessoradas pelo CAPA e pelo Cetap buscando organizar e articular grupos agroecológicos para realizarem a comercialização de seus produtos em Erexim. Depois de um período agricultores assessorados pelo CAPA buscaram outros espaços de acesso ao mercado, saindo da Ecoterra e esta passou a ser acompanhada pelo Cetap.	2000	Com certificação ECOVIDA	Sim CAPA e Cetap	CAPA, Cetap, Caritas e Gov do Estado
Severiano de Almeida	10	Grupo Informal	Cultivo de mirtilo e phisalys Agroindústria de Doces	2011	Com certificação da Rede Ecovida	CAPA	
Erxal Grande	11	Grupo Informal	Cultivo de frutas e hortaliças	2013 (constituição do grupo)	Com certificação da Rede Ecovida	CAPA	

Município	Experiência	Breve relato sobre o principal estrangulamento/gargalo atual da experiência ou do insucesso das iniciativas
Erexim e	1 Citricultura Orgânica	Como se trata de uma produção de escala, que atinge na faixa de 20 hectares certificados há uma produção

Severiano de Almeida			considerável, que pode chegar a 400 toneladas de laranja o mercado regional não absorve. Assim há a necessidade de buscar mercado fora da região, preços não são muito favoráveis e o mercado de laranja orgânica ainda não é dominado pelo grupo.
Paulo Bento	2	Hortaliças	A facilidade de estar próximo ao mercado consumidor, estas famílias vivem muito próximo à Erexim, facilita a comercialização de produtos vegetais in natura, diretamente nas feiras em que estão inseridos. A dificuldade está na escala de produção, aliada à capacidade de mão de obra e em alguns gargalos, como produção ou acesso à mudas e sementes orgânicas.
Centenário	3	Hortaliças	Dificuldade com escala de produção e diversidade, aliada ao manejo empregado, produzindo incidência de pragas e doenças, dificultando o manejo orgânico. Duas famílias ainda permanecem no grupo e por insegurança e incertezas utilizaram inseticidas e solicitaram a desfiliação da Rede e a certificação.
Barra do Rio Azul	4	Açúcar Mascavo Orgânico	Essa experiência está encerrada em função de falta de mão de obra para tocar o processo de produção coletiva de cana-de-açúcar e a agroindústria. Havia perspectivas e desejos de que jovens permanecessem ou voltassem para as unidades de produção, fato que não se concretizou
Severiano de Almeida	5	Hortaliças e Mudas Frutíferas	A prática está avançando, gradativamente a família vem aprofundando o conhecimento sobre a agroecologia e melhorando a produção que mesmo não sendo ainda certificada considera-se orgânica pela ausência de agroquímicos na sua produção. A dificuldade generalizada na produção de hortaliças é em todas as experiências a produção ou acesso a sementes e mudas agroecológicas.
Estação	6	Produção para Feira	Dificuldade entre as famílias para avançarem na agroecologia em função da prática anterior adotada na produção de grãos e pela não priorização da atividade da feira como uma alternativa de renda viável, mantendo ainda o foco nos grãos. Este grupo continua existindo, realizando a feira em Estação porém não se concretizou como um grupo agroecológico apesar da insistência e da assessoria do CAPA que em função disso se distanciou do grupo.
Severiano de Almeida	7	Adubação Verde, Horta e Frutas/SAF	Por dificuldades econômicas e desmotivação muitas famílias se afastaram do grupo por terem dificuldade de acompanhar as atividades e a participação em espaços de comercialização como na feira municipal em Severiano de Almeida. Evolução maior se deu na Unidade de Ilmo Regner que acessa o mercado de forma particular em Erexim com seus produtos.
Paulo Bento	8	Plantas Mediciniais e Produção para Feiras	Desarticulação entre as famílias e dificuldade de mão de obra fez com que o grupo inicial parasse as atividades, deixando de comercializar em duas feiras em Erexim. A agroindustrialização de suínos avançou apropriada por uma família. A produção e manipulação de ervas medicinais, organizada pelas mulheres vem crescendo e dentro das possibilidades avançando.
Erexim	9	Feira regional	A dificuldade de acessar o mercado pelas exigências sanitárias e de compreensão dos agricultores da legislação existente aliado às distâncias, o alto custo de transporte e regularidade de oferta de produtos fez com que famílias não conseguissem manter o processo de forma permanente. O embate com a legislação sanitária, a escala de produção, oferta de produtos, diversidade, ... forma condicionantes para que não se conseguissi manter o espaço em operação, fazendo com que o mesmo fosse extinto, tendo ainda para isso uma forte pressão pública pelo fato ainda de o mesmo estar localizado em um terreno público cedido antes pelo Estado e depois repassado ao Município de Erexim.
Severiano de Almeida	10	Produção para feira	Grupo de 3 famílias produzindo hortaliças e frutas para comercialização em duas feiras: Severiano de Almeida e em Erexim no Bairro São Cristóvão, feira esta com certificação participativa – produto orgânico- Rede Ecovida de Agroecologia. Dificuldade: mão de obra familiar.

			A Feira do Bairro São Cristovão foi inaugurada em agosto de 2012. Em abril de 2014 está em um pavilhão próprio. Neste mês (julho) vão estar comercializando 2 vezes por semana: aos sábados pela manhã e a partir do dia 16/07 também na quarta-feira das 16:00 h às 19:00 h
Severiano de Almeida	11	Implantação de SAFs	Em duas unidades de produção familiar foram encaminhados projetos ao Governo do Estado – SDR para melhoramento e ampliação de sistemas agroflorestais, com citrus e abacaxi. Dificuldade: falta de recursos para investir na ampliação da atividade.
Ervál Grande	12	Produção de Mirtilo e Phisalys/Agroindústria de Doces	Grupo de 4 famílias investindo na produção de frutas e na sua transformação, com certificação participativa. Falta de recursos para aquisição de sementes de adubação verde e equipamentos para facilitar o desenvolvimento das atividades.